



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA-UFU
FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO**

Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação

SOLANGE OLIVEIRA DA SILVA

**TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO DO
BAIXO SUL DA BAHIA (2007-2015)**

Uberlândia-MG

2018

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA-UFU
FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO**

Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação

SOLANGE OLIVEIRA DA SILVA

**TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO DO
BAIXO SUL DA BAHIA (2007-2015)**

Uberlândia-MG

2018

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA-UFU
FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO

Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação

**TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO DO
BAIXO SUL DA BAHIA (2007-2015)**

SOLANGE OLIVEIRA DA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientador: Dr. Sérgio Paulo Morais

Uberlândia-MG

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586t Silva, Solange Oliveira da, 1984-
2018 Trabalho infantil e educação do campo na região do Baixo Sul da Bahia (2007-2015) / Solange Oliveira da Silva. - 2018.
117 f. : il.

Orientador: Sérgio Paulo Moraes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.538>
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Menores - Emprego - Teses. 3. Evasão escolar - Teses. 4. Educação de crianças - Teses. I. Moraes, Sérgio Paulo. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO DO BAIXO SUL DA
BAHIA (2007-2015)

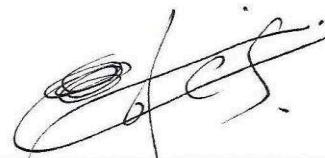
Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação da Universidade Federal de
Uberlândia (FACED/UFU), como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Educação sob a orientação do Professor
Dr. Sérgio Paulo Morais.

Data de Aprovação 05 / 03 / 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Cílson César Fagiani
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

DEDICATÓRIA

A todos os Educadores Sociais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, que no seu cotidiano lutam contra o trabalho de crianças nas atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes nas zonas urbana e rural.

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador da vida.

A minha família.

Ao meu orientador, Dr. Sérgio Paulo Morais, pelos conselhos sempre úteis e precisos com que, sabiamente, conduziu este trabalho.

A Marluce Nascimento dos Anjos moradora do Galeão e ex-vice-diretora da Escola Rural do Galeão, que a mim proporcionou a oportunidade de aproximação com a comunidade pesquisada.

EPÍGRAFE

Criança não trabalha,
Criança dá trabalho,
Criança não trabalha...
Versos da canção de Arnaldo
Antunes e Paulo Tatit no CD
“Palavra Cantada, 10 anos”.

RESUMO

O presente texto, debruçando-se sobre a realidade da criança na Ilha do Galeão, Cairu-BA e na zona rural do Jequiriçá, Valença-Ba, apresenta e discute as Políticas Públicas de combate ao trabalho infantil. Esta pesquisa investiga quais fatores levam as crianças a trabalhar e quais as consequências na aprendizagem e desempenho escolar, uma vez que o processo de ensino aprendizagem, juntamente com uma série de questões interna e externas à escola, resulta no que chamamos de desempenho escolar que por sua vez está interligado aos processos avaliativos. Considera-se neste construto que sendo o trabalho infantil prejudicial ao desenvolvimento integral da criança precisa ser questionado para quebrar barreiras em defesa dos seus direitos. Nesse sentido, apresenta alguns esclarecimentos sobre as causas e consequências desse acontecimento tão complexo que nega a infância e provoca o “fracasso escolar”, discutindo sobre possibilidades pedagógicas que estão sendo implementadas pelas escolas na busca de uma melhor qualidade da Educação do Campo. Durante nossa pesquisa na Região do Baixo Sul da Bahia no período de 2007-2015, percebemos que existe uma preocupação com o avanço dos educandos, se ele conseguiu outras habilidades, como foi sua aprendizagem global, aspectos que ajudam a melhorar o desempenho escolar das crianças que infelizmente, têm necessidades de trabalhar.

Palavras-chave: Trabalho Infantil. Criança. Educação. Fracasso Escolar.

ABSTRACT

This research deals with the reality of students from Ilha do Galeão, in Cairu, and the countryside of Jequiriçá, in Valença, both in the State of Bahia. It investigates the factors that lead to child labor and it shows and discusses public policies for preventing child labor. Furthermore, it deals with the consequences of child labor for school life, bearing in mind that the teaching-learning process, along with a series of issues from in and outside school, represents an institutional school performance, which is measured by external assessment processes. The research also deals with the teaching methods adopted by schools in the aforementioned areas, aiming at social improvements in Countryside Education. During the research in the Down South of Bahia, from 2007 to 2015, some educators tried to improve school performance of children unfortunately involved with child labor, despite the critics to the external assessment.

Keyword: Child Labor. Child. Down South of Bahia. Education. School Performance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1.....	20
O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.....	20
1.1. Algumas considerações sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.....	20
1.2. Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI.....	27
1.3. A relação entre o PETI e o Bolsa Família.....	30
1.4. O PETI e a relação trabalho infantil e desempenho escolar.....	34
CAPÍTULO 2.....	40
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – CONTRIBUIÇÕES PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO ESCOLAR DAS CRIANÇAS NO CAMPO.....	40
2.1. Classes Multisseriadas.....	40
2.2. Ser Educador Social do PETI no Meio Rural.....	46
2.3. Movimento de Organização Comunitária e o PETI.....	54
CAPÍTULO 3.....	59
EDUCANDOS TRABALHADORES NA ILHA DO GALEÃO, CAIRU-BA.....	59
3.1. Sobre a Ilha do Galeão.....	59
3.2. Trabalho Infantil e Escola: uma relação de tensões	62
3.3. O Trabalho Infantil e suas implicações na vida escolar de alunos e alunas da Escola Rural do Galeão.....	66
CAPÍTULO 4.....	78
DESEMPENHO ESCOLAR E O TRABALHO INFANTIL	78
4.1. Trabalho Infantil enquanto fator que influencia o desempenho escolar	78
4.2. Avaliações e o desempenho escolar.....	84
4.2.1. Análise dos índices IDEB das escolas pesquisadas.....	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE A.....	110
QUESTIONÁRIO PARA A PESQUISA CIENTÍFICA.....	110
APÊNDICE B	111
ENTREVISTAS DA PESQUISA.....	111

INTRODUÇÃO

Tomando enquanto objeto de estudo o trabalho infantil apresenta-se uma prática na qual crianças e adolescentes estão submersos nos dias de hoje, desta forma havendo negligência dos seus direitos enquanto cidadãos.

Vale salientar que o trabalho das crianças como forma de produção de vida está presente em todas as construções históricas da humanidade. Neste sentido, Adalberto Martins, (2002. p. 23), afirma “... *que na antiguidade, o trabalho do menor se dava, basicamente, no âmbito doméstico, com vistas à aprendizagem de um ofício e de caráter artesanal*”.

No inicio da Revolução Industrial, final do século XIX, grande parte do trabalho fabril era realizado por crianças e mulheres como forma de baratear a mão de obra. Marx, já registrava em 1867 que a redução dos salários acabava, muitas vezes, forçando o trabalhador homem adulto a inserir toda a família no mercado de trabalho para compensar a perda de renda.

Nos escritos de Marx e Engels (1992, p.59), percebe-se que “*em uma sociedade racional, qualquer criança deve ser um trabalhador produtivo (...)*”. E ainda hoje é significativo o número de crianças que dedicam parte do tempo da vida diária na produção da renda familiar.

Na obra de Marx, “*O Capital*”, encontramos relatos sobre trabalho infantil desde 1842¹; cabendo as primeiras sanções acerca dessa temática. Dentro os escritos de Marx percebemos a instituição de regras e condutas em favor dos direitos das crianças e adolescentes que trabalham:

¹ “O resultado de uma investigação de três anos sobre as condições de trabalho nas minas e fábricas na Inglaterra, Irlanda, Escócia e País de Gales, o *Relatório da Comissão do Emprego das Crianças* é um dos documentos mais importantes da história industrial britânico. Composta por milhares de páginas de testemunhos orais (por vezes, de crianças a partir dos cinco), as conclusões do relatório chocou a sociedade e rapidamente levou a legislação para garantir normas mínimas de segurança nas minas e fábricas, bem como controles gerais sobre o emprego de crianças. Grã-Bretanha tem uma longa tradição de trabalho infantil agrícola, em que as crianças foram mais frequentemente utilizados para assustar os corvos ou animais de chumbo para pastagem. Com o aumento da industrialização e, particularmente, o desenvolvimento da indústria do carvão, mais crianças começaram a entrar no mercado de trabalho em idade precoce. As crianças eram, em média, cinco vezes mais barato para empregar do que os adultos, e eram esperados para trabalhar as mesmas horas - o que, em comunidades de mineração, podem significar um dia de 14 horas. A Comissão descobriu também muitos casos em que as crianças tinham sido usados para subir para o funcionamento de máquinas industriais para limpar um congestionamento, às vezes com consequências fatais. A Comissão foi criada por Anthony Ashley Cooper, o 7º conde de Shaftesbury, com o relatório compilado por Richard Henry Horne, um amigo de Charles Dickens e algum colaborador de Dickens no Daily News. O relatório inspirado a literatura do protesto dos gostos de Benjamin Disraeli, Elizabeth Gaskell, Elizabeth Barrett Browning (*'The Cry of the Children'*) e o próprio Dickens - mais notavelmente em *A Christmas Carol*”. Disponível em: <https://www.bl.uk/collection-items/report-on-child-labour-1842>. Acesso em: 04 de jun. 2016.

[...] afirmamos que a sociedade não pode permitir que pais e patrões empreguem, no trabalho, crianças e adolescentes, a menos que se combine este trabalho produtivo com a educação. Crianças e jovens têm um direito à proteção da lei contra abusos do poder paterno, os quais destoem prematuramente sua força física e os degrada intelectual e moralmente. (MARX & ENGELS, 1992, p.60- 71).

Conforme Marx e Engels (1992, p.60-61), “*O emprego de crianças e adolescentes (...), noturnos ou em indústrias, cujos efeitos sejam nocivos à saúde deve ser severamente proibido por lei.*”

Atualmente, é preciso salientar que de acordo com a Constituição Federal Brasileira, artigo 7º, XXXIII, o trabalho infantil é proibido. Deste modo, reconhecido ilegal até os 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos (art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA). Também, a Constituição Brasileira prevê a proibição de quaisquer trabalhos insalubres, perigosos ou noturnos para menores de 18 anos.

Com o advento da modernidade e implementação de tecnologias nos sistemas fabris, indústria e agricultura, passou a existir uma ideia de senso comum que trabalho de criança não existe na sociedade atual. E se existe passa despercebido aos olhos de muitos, que ignoram e acreditam que é assim que deve ser. Haja vista que essa ideia se perpetua num regime de alternância, que se conjugava trabalho e educação a partir da infância.

No setor da agricultura é onde encontramos o maior índice de crianças e adolescentes trabalhando, em atividades que oferecem muito risco à saúde física e psicológica, esses riscos variam desde carregamento excessivo de peso, até o uso de produtos químicos como pesticidas e agrotóxicos.

Observa-se que a maior parte das crianças que atualmente estão trabalhando na agricultura, dentre outros, fazem exclusivamente para comer; sustento próprio e sustento da família, sendo algumas arrimo de família². Igualmente notamos que a família e a sociedade consente a utilização da força de trabalho prematura, chegando a ponto de destruir o potencial desenvolvimento das crianças.

Na tarefa de pesquisar a temática “trabalho infantil” no campo³, nos colocamos a compreender essa questão levando em consideração as especificidades da vida campesina. Para tanto, a presente pesquisa, assume o cuidado de tratar dessa temática dialogando também com crianças que partilham dessa situação. É necessário não confundi-se “trabalho infantil” e/ou “exploração do trabalho infantil” que é algo proibido por lei e que oferece vários tipos de

² Arrimo de família é uma expressão muito utilizada na linguagem popular. Significa a pessoa que sustenta a família, muitas vezes sendo a única que trabalha, sendo a tábua de salvação dos familiares. Fábio Andrade. Disponível em <https://jus.com.br/duvidas/42278/arrimo-de-familia>. Acesso em: 16 de mai. 2017 .

³Trata-se de uma educação dos sujeitos do campo, bem como, as problemáticas por eles vividas - Roseli Caldart.

riscos a integridade física e psíquica da criança, com formas de difusão e repasse de cultura por meio das gerações ao considerarmos que muitas crianças da zona rural exercem algumas atividades como forma de assimilação de costumes, aprendizagem de valores e atitudes; tornando-se em alguns casos um período de aprendizagem junto à família.

Podemos destacar que conforme BRANDÃO, (p. 67, 1981) “o fim da educação são os interesses da sociedade, ou de grupos sociais determinados” ⁴; e dependendo do contexto e da realidade que os indivíduos estão inseridos, o trabalho infantil assume diferentes vertentes. Assim, quando nos debruçamos na tarefa de pesquisar a temática “trabalho infantil” no campo, ponderamos que:

O campo é concebido como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura, é essa capacidade produtora de cultura que o constitui em espaço de criação do novo e do criativo e não, quando reduzido meramente ao espaço de produção econômica, como o lugar do atraso, da não cultura. O campo é acima de tudo um espaço de cultura. (RECK, 2007, p. 23).

Por meio da Educação no Campo buscamos a possibilidade real de integrarmos conteúdos e vivencias, onde a criança continuamente partilha uma aprendizagem agregada ao ambiente, seja na lavoura, no cuidado com os animais, e até pescando ou caçando. E por meio dessas habilidades culturais constroem sua história, num modo de vida peculiar à Educação no Campo.

Na análise para essa discussão, além dos textos (livros e artigos), das próprias vozes das crianças partícipes desta pesquisa (48 crianças), as imagens (107 fotos) contribuíram grandemente. Interessante observar que muitas imagens refletem bem a realidade das crianças do Galeão e da zona rural do Jequiricá, e independente do espaço geográfico, tais representações manifestam a mesma vivência, a realidade das crianças que desde cedo participam da marcha pela sobrevivência numa sociedade marcada pelas desigualdades. E foi através desses diálogos que foi-se definindo melhor os significados do trabalho infantil, compreendendo seus pretextos, fatores e principalmente suas consequências que refletem negativamente o espelho da educação em nosso país.

Esta pesquisa, portanto, é fruto de leituras e releituras de forma contextualizada para então chegar ao parecer e conclusões sobre o que foi analisado. Diferentemente da idéia positivista onde as suas lentes não lhes permitem uma visão ampliada com inúmeros ângulos a partir de interesses individuais, ou interesses da sociedade. Destarte, aplicamos entrevistas

que para Minayo, (1994), privilegia a obtenção de informações através da fala individual, a qual revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos que transmitem através de um porta-voz, representações de determinados grupos. As entrevistas foram feitas como técnicas para coleta de dados e permitiram a obtenção de respostas livres e espontâneas por parte dos informantes, valorizando a atuação desta entrevistadora, assim, resultaram na coleta de um conjunto de falas significativas de educadores, educandos e membros das comunidades. Também fora utilizada fotografias apesar de ser um dos materiais mais comuns.

Sobre a infância, e segundo Ariès, (1981) podemos dizer que na Idade Média (476-1453) havia a ausência de um conceito específico para denominar essa fase da vida, pois não existiam diferenças entre a idade adulta e as crianças. *“A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais”* (ARIÈS, 1981, p.14); e, por isso, usava as mesmas vestimentas, trabalhavam nos mesmos lugares e partilhavam dos mesmos tratamentos que os adultos.

Somente a partir do século XVIII com os estudos de Jean-Jacques Rousseau, em sua obra sobre educação, é que a criança passou a ser considerada de acordo com o seu nível de desenvolvimento físico e cognitivo. Logo, ponderando Sarat, (2005)

A infância, como uma fase da vida humana, tem sido discutida sob vários enfoques. Muito além de ser apenas um período definido biologicamente como parte do início da vida, a infância é uma construção cultural, social e histórica [...] (SARAT, 2005, p.02).

Pois é exatamente esse conjunto de construções que fizeram essa fase da vida um período tão admirável do ponto de vista investigativo. Durkheim, foi um pioneiro na investigação científica da infância enquanto problema social: *“Durkheim (1978), foi quem primeiro buscou tecer os fios da infância aos fios da escola com objetivos de moralizar e disciplinar a criança”*. NASCIMENTO, BRANCHER e OLIVEIRA, (2007). Destarte, é admirável pensar sobre o período inicial da vida, a infância; e por consequência refletir sobre as identidades estabelecidas no ambiente de vivência e as relações que os adultos constituem com os pequeninos. Uma vez que, as crianças no campo costumam viver em contextos onde as mesmas estão comumente associadas ao modo de vida dos adultos, de tal modo que *“(...) em sociedade as mais diversas, as crianças podem ser concebidas como mais ou menos atuantes na elaboração dos conhecimentos que se apropriam (...)”* (COHN, 2005, p. 38).

A história do trabalho infantil acompanha a trajetória do nosso país desde os tempos de Colônia, pois crianças descendentes de escravos negros e índios eram obrigadas a aumentar a mão-de-obra nas fazendas, na agricultura. Além disso, no inicio da Revolução Industrial no final do século XIX, grande parte do trabalho fabril era realizado por crianças e

mulheres como forma de baratear a mão de obra. BARBOSA, QUINTANEIRO e OLIVEIRA, (2002). Provocando, certo cerceamento social, salvo-conduto que na época da industrialização houve uma desorganização das famílias, porque muitos pais se vendo desempregados se entregavam ao alcoolismo, ao suicídio e até mesmo a criminalidade e prostituição MARX, K; ENGELS, (1999). Assim,

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar o trabalho de mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir o trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado em casa, para a própria família, dentro dos limites estabelecidos pelos costumes. (MARX, 1980, p. 450-451).

Esse fatores desmantelavam as famílias e tirava o homem do topo da hierarquia e decisões, pois os pais deixavam de exercer seus direitos e cumprir com seus deveres; a família passava a ser chefiada pelas mulheres que além das suas funções de mãe e esposa estavam em pé de igualdade com os homens e até mesmo ocupando o seu lugar. Vejamos,

Hoje em dia o custo do operário se reduz, mais ou menos, aos meios de subsistência indispensáveis para viver e perpetuar sua linhagem. Mas o preço do trabalho, como de toda mercadoria, é igual ao custo de sua produção. Portanto, quanto mais enfadonho é o trabalho, mais baixam os salários. [...] Quanto menos o trabalho exige habilidade e força, isto é, quanto maior é o desenvolvimento da indústria moderna, maior é a proporção em que o trabalho dos homens é suplantado pelo das mulheres e crianças. As diferenças de idade e sexo perdem toda significação social no que se refere à classe operária. Não há senão instrumentos de trabalho cujo custo varia segundo a idade e o sexo. (MARX; ENGELS, 1999, p. 8).

Porém houve a necessidade de solucionar e evitar a igualdade jurídica entre homens e mulheres, porque era lamentável o enfraquecimento das mesmas, tendo como fator a inserção da criança no mercado de trabalho, circunstância que acabava por gerar, como já foi dito anteriormente exclusão, pois *“O salário dos aprendizes era em geral a metade do que se pagava aos operários, o das mulheres a quarta parte, e o das crianças... já se pode imaginar.”* (BARBOSA, QUINTANEIRO e OLIVEIRA 2002, p.10).

Quando a questão são os conceitos, sabemos que desde a Revolução Industrial até a contemporaneidade, o trabalho que é a ação humana enquanto meio de sobrevivência vem sendo considerado enquanto categoria central na sociedade, pois é através das habilidades físicas e intelectuais que o homem consegue transformar a natureza e a matéria-prima criando

possibilidades e hábitos de vida. O trabalho é a ação humana sobre determinado objeto, ou lugar, assim sendo por meio do trabalho o homem passa a exercer influências sobre a sociedade ocasionando mudanças econômicas, políticas e culturais.

Sabemos que o trabalho alienado é notadamente visível nas zonas rurais, ribeirinhas e litorâneas de várias regiões do Brasil, também sendo muito comum a participação de crianças para atender a esta demanda do sistema capitalista vigente.

O trabalhador é tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais cresce sua produção em potência e em volume. O trabalhador converte-se numa mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadorias produz. A desvalorização do mundo humano cresce na razão direta da valorização do mundo das coisas. O trabalho não apenas produz mercadorias, produz também a si mesmo e ao operário como mercadoria, e justamente na proporção em que produz mercadorias em geral. (MARX, (s/d) apud BARBOSA; QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2002, p. 25).

Hoje muitas são as formas e os meios de trabalho envolvendo crianças. Esse *fato social* (DURKHEIM, 2007, p. 1-10) vem se tornando frequente e crescente desde a época da Revolução Industrial onde o modo de produção capitalista trouxe as crianças para o cenário de exploração da mão de obra barata. Estas pequenas notáveis vidas não eram e nunca foram representadas por associações, não fizeram cursos profissionalizantes, mas pela leveza e habilidade nas mãos, muitas crianças foram requisitadas para tornar mais prático e eficiente o trabalho com as primeiras máquinas de fiar e tear a vapor.

Todavia, quando a questão tange os rigores da Lei permitindo uma reflexão mais humanística, sabemos que “os direitos humanos são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações de vida que essas lutas produzem” (BOBBIO, 1992, p.32). A Declaração dos Direitos da Criança deixa claro que:

A criança não deverá ser admitida ao emprego antes de uma idade mínima adequada, e em caso algum será permitido que se dedique a uma ocupação ou emprego que possa prejudicar a sua saúde e impedir o seu desenvolvimento físico, mental e moral. (Princípio 9º) A criança tem direito à educação, que deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares. Deve ser lhe ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social e tornar-se um membro útil à sociedade. (Princípio 7º - Declaração dos Direitos da Criança).

Da forma que relata a Declaração dos Direitos da Criança, percebemos que a educação é um direito de todos, visto que os direitos humanos são direitos históricos, tornando assim

obrigação do Estado e da Família zelar pela instrução das crianças, a LDB 9394/96⁵ também assegura esse direito frisando a obrigatoriedade da família e do Estado. Para tanto deve ser gratuita e obrigatória, pois emerge gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações de vida que essas lutas produzem dando liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento.

Em vista da concretização desses direitos, é preciso salientar que de acordo com a Constituição Federal, artigo7º, XXXIII, o trabalho infantil é proibido. Assim, o trabalho infantil é reconhecido ilegal até os 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos (art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA). A Constituição Brasileira também prevê a proibição de quaisquer trabalhos insalubres, perigosos ou noturnos para menores de 18 anos. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF, o trabalho infantil pode ser agrupado em seis tipos principais, são eles: Os serviços domésticos, o trabalho infantil forçado, a exploração sexual comercial, indústria e agricultura, o trabalho de rua, o trabalho para a sua própria família.⁶

A Organização Internacional do Trabalho-OIT em um de seus Fóruns, *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil* e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, pretende que se fortaleça a vontade política de todos os agentes da sociedade brasileira para a implantação de um combate mais coerente e efetivo na busca de soluções para a grave questão do trabalho infantil, o que é correspondente de uma realidade social desumana⁷.

Prontamente, faz-se necessária a continuidade nas ações e Programas, entendendo que todos os esforços contra o trabalho infantil contribuem para a redução da pobreza, desigualdades e exclusão social. Apenas com o desenvolvimento de um plano lógico de ações do governo e da sociedade, será possível garantir permanência e o êxito na escola rural. Igualmente uma contribuição importante é apoiar economicamente as famílias dessas crianças; podemos perceber esse auxílio por meio do recebimento da bolsa-família. Esses Programas de ordem social, como é o caso também do Programa de Erradicação do Trabalho

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 16 de mai. 2017.

⁶ O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance Relatório Global no quadro do Seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho Conferência Internacional do Trabalho 95^a Sessão 2006. Disponível em: http://www.ilo.org/sites/default/files/topic/ipec/pub/relatorio_global_2006_339.pdf Acesso em: 13 de abr. 2017

⁷ O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance Relatório Global no quadro do Seguimento da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho Conferência Internacional do Trabalho 95^a Sessão 2006. Disponível em: http://www.ilo.org/sites/default/files/topic/ipec/pub/relatorio_global_2006_339.pdf Acesso em: 13 de abr. 2017

Infantil-PETI, visam melhor qualidade de vida, e de alguma forma colaborar com a ação pedagógica, contribuindo para melhorar o desempenho escolar das crianças.⁸

Essa pesquisa foi estabelecida a partir dessas inquietações. E no caminho da pesquisa foi despertado o prazer pela investigação. Debruçando-se sobre a realidade da criança-trabalhadora, investigam-se as consequências na aprendizagem e desempenho escolar, considerando que a prática do trabalho infantil não é algo recente, pois se perpetua em nosso país nas mais diversas regiões e no cultivo de vários produtos.

O trabalho além de prover as condições materiais de subsistência, contempla também, a dignidade do trabalhador e se converte num verdadeiro presente por ele desfrutado. Muitas vezes essa ideologia não passa de uma mera ilusão orquestrada e empregada para ludibriar o trabalhador infantil. Isto por que, o trabalho que deveria enobrecer o homem, esta disponível como forma de exploração e por falta de opção e oportunidades, muitas crianças se sujeitam a fazerem trabalhos não condizentes com as leis em vigor.

Consideramos neste construto que sendo o trabalho infantil prejudicial ao desenvolvimento integral da criança precisa ser questionado para quebrar barreiras em defesa dos direitos da criança. Nesse sentido, buscaremos esclarecimentos sobre as causas e consequências desse acontecimento tão complexo que nega a infância e provoca o “fracasso escolar”, discutindo sobre possibilidades pedagógicas que estão sendo implementadas pelas escolas na busca de uma melhor qualidade da educação do campo.

Em vista disso, as transformações que mais explicam o desempenho escolar são as características familiares do (a) aluno (a), tais como: nível de escolaridade, ou grau de instrução dos pais, características de cor, atraso escolar, reprovação anterior, número de livros disponíveis para acesso das crianças, presença de computador em casa. E levando em consideração as escolas da zona rural, sabemos que muitas delas não têm televisão nem computador, todos esses fatores tornam-se decisivos para elucidar o nível de desempenho das crianças.

As consequências do trabalho infantil explorado são diversas e podemos levantar enquanto hipóteses, dificuldades de leitura e escrita, baixa autoestima, “fracasso escolar”, baixo desempenho nas avaliações, e nível de aprendizagem abaixo do previsto nas escolas do campo. Essas e outras suposições impulsionaram essa pesquisadora a uma reflexão mais aprofundada e deram suporte para fazer uma análise à busca de resposta às questões: “As

⁸ Cartilha do Peti Disponível em: http://bibliotecacrescersemviolencia.org/pdf/2_trabalho_infantil/B17_Cartilha_Peti_MDS_2004.pdf. Acesso em: 24 de mar. 2017.

transformações técnico-organizacionais contemporâneas advindas no mundo do trabalho, ainda incorporam meninos e meninas no modo de produção capitalista? Ou Quais as consequências dessa incorporação do trabalho infantil no desempenho escolar de crianças em particular do campo?".

Essa temática visa contribuir para uma melhor orientação na busca de diversas ações pedagógicas, dentre elas: levar a conhecimento da sociedade educativa inúmeros debates e reflexões acerca do descomedimento do trabalho infantil, para que possamos buscar meios de evitar a falta de frequência à escola, impedindo que estas crianças tenham um futuro comprometido de forma irreversível, sem sucesso na vida escolar e profissional.

O presente estudo está dividido em quatro capítulos, no primeiro trataremos brevemente sobre o Programa de Erradicação de Trabalho Infantil, destacando ainda algumas normas e diretrizes na implementação do mesmo, dando destaque ainda para o programa Bolsa Família e discorrer sobre a questão do desempenho escolar.

No segundo capítulo, na condição de Educadora Social do PETI sintetizamos experiências desenvolvidas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Zona Rural do Jequiriçá no Baixo Sul da Bahia por meio de uma pesquisa-ação, igualmente expressa relatos de entrevista com professoras da Educação Básica do Campo no período de 2007-2015.

No Terceiro capítulo, realizamos observações e entrevista com crianças, professores e membros da comunidade do Galeão, assim a discussão se realiza no âmbito de dois componentes: "Trabalho Infantil e Escola: uma relação de tensões" e "Um estudo sobre o Trabalho Infantil na Ilha do Galeão e suas implicações na Vida Escolar das Crianças"; debruçamos sobre a realidade da criança-trabalhadora na Ilha do Galeão, apresenta e discute algumas políticas públicas de combate ao trabalho infantil, investiga quais fatores levam as crianças a trabalhar e quais as consequências na aprendizagem e desempenho escolar.

O quarto capítulo trata-se do rendimento escolar e trabalho infantil na zona rural do Jequiriçá e na Ilha do Galeão a partir das provas externas, o Sistema Nacional de Avaliação e dados institucionais sobre o trabalho infantil na região, durante o período observado pela pesquisa.

CAPÍTULO 1

O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL-PETI

Neste capítulo trataremos do Programa de Erradicação de Trabalho Infantil, destacando ainda algumas normas e diretrizes na implementação do mesmo, dando destaque ainda para o programa Bolsa Família. Ao final discorrer sobre a questão do desempenho escolar, haja vista que um dos objetivos do PETI com a jornada ampliada é de melhorar no desempenho escolar dos educandos.

1.1. Algumas considerações sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

O trabalho além de prover as condições materiais de subsistência, contempla também, a dignidade do trabalhador e se converte num verdadeiro presente por ele desfrutado. Muitas vezes essa noção não passa de uma mera ilusão orquestrada e empregada para ludibriar o trabalhador infantil. Isto porque, o trabalho que deveria enobrecer o homem, está disponível como forma de exploração e por falta de opção e oportunidades, muitas crianças se sujeitam a fazerem trabalhos não condizentes com as leis em vigor.

Considera-se neste construto que sendo o trabalho infantil prejudicial ao desenvolvimento integral da criança precisa ser questionado para quebrar barreiras em defesa dos direitos da criança. O termo trabalho infantil⁹, refere-se ao labor, remunerado ou não, mas que seja desenvolvido por crianças ou adolescentes de até 16 anos, “ressalva na condição de aprendiz a partir dos 14 anos”¹⁰ como incentiva os programas Jovem Aprendiz¹¹ e Aprendiz

⁹ Segundo as Nações Unidas, o termo “trabalho infantil” pode ser definido como o “trabalho que priva as crianças de sua infância e que é prejudicial para o desenvolvimento físico e mental”. Portanto, nem toda atividade feita por crianças deve ser classificada como trabalho infantil. Disponível em: <http://www.inpacto.org.br/pb/2016/06/nem-todo-trabalho-feito-por-criancas-e-trabalho-infantil-entenda/> Acesso em: 18 de abr. 2017.

¹⁰ Estatuto da Criança e Adolescente-ECA, Lei 8.089 de 13 de julho de 1990.

¹¹ O programa jovem aprendiz é um projeto do governo federal criado a partir da Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/00) com o objetivo de que as empresas desenvolvam programas de aprendizagem que visam a capacitação profissional de adolescentes e jovens em todo o país. O programa é composto por curso de aprendizagem gratuito com duração de até dois anos. Durante este período o aprendiz receberá ensinamentos teórico (sala de aula) e prático (dentro da empresa contratante). O jovem aprendiz recebe capacitação para aprimorar habilidades na área que atuará na empresa. Dessa forma, ele tem a chance de vivenciar o dia-dia dentro da empresa e, ao mesmo tempo, aprender uma profissão. Você entender o que é jovem aprendiz separei esta matéria em tópico para ajudar no seu entendimento. Disponível em: <https://www.vagasjovemaprendiz.com.br/jovem-aprendiz-o-que-e> Acesso em: 18 de out. 2017

Legal¹². O termo trabalho infantil é bem antigo e trabalhar nessa fase da vida, nem sempre significou evoluir, ao contrário, pode mesmo nos levar ao caos social, político e econômico, gerando situações de mais pobreza por parte de quem pratica e mais ambições por parte de quem explora.

O trabalho infantil embora proibido, segundo o artigo 7º (inciso XXXIII) da Constituição Federal de 1988, foi consentido pelos governos e sociedade até 1980. E a partir de 1980 cresce a preocupação com o trabalho dos pequeninos.

Muitas crianças trabalham devido às tradições que foram criadas na tentativa de reproduzir e explorar a força de trabalho das mesmas, pois existe um grande entrave a ser enfrentado na desconstrução do senso comum que acolhe e instiga a mão de obra precoce no mercado de trabalho. Esses mitos são do tipo ditos populares comuns de serem ouvidos em situações cotidianas, como por exemplo, podemos citar: “*O trabalho da criança ajuda a família!*” “*É melhor trabalhar do que ficar nas ruas!*” “*É melhor trabalhar do que roubar!*” “*A criança que trabalha fica mais esperta!*” “*Quem começa a trabalhar cedo garante o futuro!*”¹³ Esses mitos são desmistificados pela Organização Internacional do Trabalho-OIT da seguinte forma:

O trabalho da criança ajuda a família! • 48% das crianças e adolescentes trabalhadores não recebem qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados. • As demais crianças e adolescentes recebem valores insuficientes para alterar a sua própria condição de vida, quanto mais a de sua família. **É melhor trabalhar do que ficar nas ruas!** • Atribui ao espaço público um caráter unicamente negativo, despolitizando os espaços comunitários abandonando o desafio de re-significar o território para que possa ser reapropriado como um lugar de lazer, socialização e integração. **É melhor trabalhar do que roubar!** • O mito reforça no imaginário social a antiga concepção: menoridade + rua + ócio = delinquência. Matriz teórica do pensamento autoritário que legitimou o estabelecimento das práticas repressivas durante o século XX no Brasil e que colheu como resultados a reprodução da violência e o controle repressivo disciplinar sobre a infância e a adolescência. • O mito favorece uma idéia preconceituosa e negativa sobre a infância ao deduzir que criança ou adolescentes não trabalhadores estariam propensos à criminalidade. **A criança que trabalha fica mais esperta!** • Antecipar as etapas de desenvolvimento da criança e do adolescente pela via

¹² Aprendiz Legal é um programa voltado para a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho, que se apoia na Lei da Aprendizagem (10.097/2000). Com o Aprendiz Legal, temos o desejo de contribuir para a formação de jovens autônomos, que saibam fazer novas leituras de mundo, tomar decisões e intervir de forma positiva na sociedade. Acreditamos que é responsabilidade compartilhada do Estado, da sociedade, da família e dos próprios jovens fortalecer sua autoestima e sua condição de cidadãos por meio do trabalho. Inserir os jovens no mundo do trabalho, combater a evasão escolar e o trabalho infantil são apenas alguns benefícios da Lei da Aprendizagem. É por esses e outros fatores que ela não pode ser encarada apenas como uma obrigação por parte das empresas. Mais do que uma Lei que deve ser cumprida, é um instrumento capaz de transformar a realidade de milhares de jovens e impactar de forma positiva a sociedade. Na nova campanha do Programa Aprendiz Legal, os responsáveis em dar esse recado são os próprios jovens, os beneficiados diretos pelo cumprimento da Lei da Aprendizagem. Disponível em: <http://site.aprendizlegal.org.br/o-que-e> . Acesso em: 18 de out. 2017.

¹³ Organização Internacional do Trabalho.

do trabalho infantil subtrai algo que não pode ser recuperado que é o direito universal de todos de ter uma infância. • A responsabilidade precoce com o trabalho, geralmente repetitivo, autômato é castrador da criatividade, significa ceifar as possibilidades de desenvolvimento integral. **Quem começa a trabalhar cedo garante o futuro!** • Os trabalhos disponibilizados à criança e ao adolescente geralmente são muito precários e com baixo nível de qualificação. • As crianças e adolescentes normalmente não escolhem a atividade, mas são forçadas a trabalhar em qualquer tarefa.¹⁴

E na tentativa de desmistificar esses mitos na prática e buscar soluções para esse problema, surge o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, que tem sua origem nos movimentos sociais em favor dos direitos das crianças e dos adolescentes, ao obter a atenção das autoridades refletindo em iniciativas que vieram implementar grandes esforços ao passar por grandes desafios na busca pela erradicação do trabalho infantil. Segundo Veiga, (1998, p. 89): “(...) *o problema aparece na forma de denúncia, mobilizando sindicato de trabalhadores, o ministério público, as delegacias regionais do trabalho e outros órgãos públicos de defesa da cidadania.*”

Uma das reivindicações para implantação do PETI em um município é o estabelecimento de um comitê de combate ao trabalho infantil, formada por membros do governo, da sociedade civil, Conselhos, Ministério Público, Juizados, entre outras instituições que atuam na área de proteção à criança e ao adolescente. Esta Comissão tem caráter consultivo e propositivo, com finalidade de coordenar, apoiar, acompanhar as ações do PETI.¹⁵

O PETI institui um conjunto de ações do Governo Federal implementado em 1996¹⁶, reconhecido em nível nacional como experiência única que tem como órgão responsável o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e a Secretaria Nacional de Assistência Social. O PETI propõe a reduzir as desigualdades, evasão escolar e a exploração social atendendo crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos que se encontrem em situação de trabalho, o programa também oferece um sistema de bolsa para as famílias que dele participam. Desta forma o programa possui as seguintes estratégias:

¹⁴ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. “*Diretrizes Operacionais*”. Disponível em: http://www.fnpeti.org.br/arquivos/publico/Documentos/FNPETI/Anexos_Atas/2010/Anexo_I_MDS.pdf Acesso em: 31 de abr. 2017.

¹⁵ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) nos Municípios da Zona da Mata Mineira: Um Exercício de Avaliação Qualitativa. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/anaclaudiapedrosaIMPLEMENTATIONANALYSISOFTHECHILDHOODWORK.pdf> Acesso em: 03 de abr. 2017.

¹⁶ Cartilha do Peti. Disponível em: http://bibliotecacrescersemviolencia.org/pdf/2_trabalho_infantil/B17_Cartilha_Peti_MDS_2004.pdf. Acesso em: 24 de mar. 2017.

1. Complementação de renda das famílias com bolsa escola; 2. Jornada complementar à jornada regular da escola pública - a chamada jornada ampliada implementada pelos monitores com a intenção de atender às dificuldades de aprendizagem na educação pública e motivar os alunos de forma diferente; 3. Envolvimento das famílias em programas de orientação desenvolvidos pelos agentes de família 4. Auto-sustentabilidade das famílias através de programas de geração de trabalho e renda; 5. Apoio aos egressos com programas sociais; 6. Mobilização da sociedade.¹⁷

Segundo Carvalho, (2008) o programa surgiu em 1990, assim que os valores e proposições do Estatuto da Criança e Adolescente-ECA foram promulgados pela Lei 8.089 de 13 de julho de 1990 e começam a ser assimilados e cobrados. A discussão em torno da temática trabalho infantil ganhou maior visibilidade assim que o Brasil começou a fazer parte do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil da OIT e Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. (CARVALHO, 2008).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é um documento, Lei 8.069 criado em julho de 1990 em substituição ao “Código de Menores”¹⁸, foi aprovado no Congresso Nacional e visa à proteção à infância e adolescência no país “é o marco legal que reuniu reivindicações de movimentos sociais que trabalhavam em defesa da ideia de que crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos e merecem acesso à cidadania e proteção.¹⁹” O Estatuto da Criança e do Adolescente tem sua origem em consonância com as preocupações dos organismos internacionais, por exemplo, a Organização das Nações Unidas-ONU, nasce num contexto de consolidação da democracia no país, haja vista o período em que é instituído (década de 90). Todavia, mesmo antes da instituição do ECA, já se pensava sobre a situação da criança e do adolescente em situações adversas e de trabalho infantil tomando como referência a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, procura garantir proteção integral à criança e ao adolescente, responsabilizando a família e toda a sociedade.

Porém, o que queremos ressaltar é que antes de se estabelecer o ECA, os sujeitos em foco não tinham Políticas Públicas que assegurassem direitos relativos à tais faixas etárias por meio de programa efetivo de governo, haja vista que:

¹⁷Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI na Bahia. Estudo Qualitativo Autoria: Rocio Castro. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2003/POP/2003_POP1731.pdf Acesso em 17 de abr. 2017

¹⁸ LEI Nº 6.697, DE 10 DE OUTUBRO DE 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm Acesso em: 18 de abr. 2017.

¹⁹ Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e da Declaração Universal dos Direitos da Criança 1990. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/07/eca-25-anos-linha-do-tempo-direitos-criancas-e-adolescentes> Acesso em: 18 de abr. 2017.

O ingresso prematuro no mercado de trabalho perpetua uma realidade cruel e irreversível. Ao iniciar uma vida profissional antes do tempo, a criança é privada de formação educacional mínima a garantir-lhe cidadania e efetiva inserção social. Torna-se um adulto mais vulnerável à exploração, forte candidato ao trabalho realizado em condições indignas e precárias, à margem de proteção legal. (BERTELLI, 2012 apud WEIMER & REUSCH, 2015, p.7).

A instituição do ECA foi bem sucedida, na medida que a partir de denúncias e reivindicações sobre trabalho infantil o Brasil começou a fazer parte do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil-IPEC, da Organização Internacional do Trabalho. Nessa circunstância Carvalho, (2008) afirma que:

(...) em 1992, o Brasil passou a fazer parte do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil - IPEC, da Organização Internacional do Trabalho. Em 1994 foi criado e instalado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, com o apoio do Unicef e a participação de organizações não-governamentais, empresários, representantes de Sindicatos, da Igreja, do Poder Legislativo e do Judiciário. No segundo semestre de 1996, o Fórum Nacional lançou um Programa de Ações Integradas, que traçou o caminho para a implementação do Programa de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil - PETI no país, orientado para o combate às chamadas "piores formas" desse trabalho, ou seja, àquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. (CARVALHO, 2008, 554).

Nesse contexto, e conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil, 2010), sabemos que o programa foi iniciado no estado do Mato Grosso do Sul com o apoio da OIT e do Unicef, onde diversas crianças trabalhavam em situação de risco e perigo nas carvoarias. Compreendemos que o programa inicialmente priorizou as áreas rurais, com plantações de sisal, algodão, cana de açúcar, tabaco e outros. Em princípio o foco do PETI era combater as piores formas de trabalho infantil numa faixa etária de 7 a 14 anos, não dando visibilidade para a exploração sexual até 15 anos. Em seguida por apresentarem algum tipo de labor envolvendo crianças o programa foi desdobrado para outros estados como Bahia e Pernambuco, também para as regiões da zona canavieira e sisal (CARVALHO, 2008).

Para a implementação do Peti na Bahia, em 1996, foi criada a Comissão Interinstitucional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, vinculada à Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia – Setras; no início com um caráter marcadamente oficial. Contudo, com o apoio do Fórum Nacional e do escritório local do Unicef e a sustentação de uma forte rede de entidades de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e de uma sociedade local bastante ativa, desenvolveram-se articulações, pressões, debates e negociações que contribuíram para dar ao programa uma feição diferenciada (RAMOS; NASCIMENTO, 2001 apud CARVALHO, 2004, p. 53)

Na Bahia, o PETI foi iniciado na região do sisal, que é um lugar com alto índice de pobreza e força de trabalho infantil. A implementação do PETI nessa região foi fruto do associativismo, como por exemplo, sindicatos rurais e lideranças eclesiásticas e o Movimento de Organização Comunitária-MOC, com grande participação da sociedade civil. Os critérios de implantação desse programa nessa região foi mobilização social, utilização da força de trabalho infantil e o índice de pobreza; os primeiros municípios a receber o PETI na Bahia foram Conceição de Coité, Retirolândia, Riachão de Jacuípe, Santaluz e Valente todos da região sisaleira em 1997, mas o programa se estendeu rapidamente para 93 municípios e foi supervisionado por 8 técnicos da Secretaria do Trabalho-SETRAS, órgão encarregado da gestão. Visando evitar que o PETI se tornasse um mecanismo de captação de votos e manutenção de poder, houve uma junção do mesmo com representantes do poder civil e poder público. A Universidade Federal de Bahia-UFBA foi designada para o cadastramento e seleção das famílias participantes, visando assegurar a participação e transparência na gestão do programa.²⁰

Já em 1998, este programa se expande para as regiões canaviais do estado do Rio de Janeiro, em 2000 para o Rio Grande do Sul e daí por diante outros estados aderiram ao programa, havendo a universalização do mesmo, pois passou a atender todas as formas de trabalho infantil visto que o principal objetivo do PETI é a retirada de crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz, também os que colocam em risco a saúde ou segurança como ressalta o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA – Lei 8.089 de 13 de julho de 1990.

Em 2002 o programa alcança um crescimento significativo no número de beneficiários estendendo-se a zona urbana e metropolitana ao contemplar o trabalho insalubre ou perigoso como nos lixões, pedreiras, comércio ambulante dentre outros. (CARVALHO, 2008). Assim, prevendo contribuir na erradicação do trabalho de crianças e adolescentes, seja na zona urbana ou rural o programa cresceu em todo o país:

Envolvendo uma parceria entre governo federal, Estados e municípios, dando prioridade a áreas que utilizam o trabalho infantil em larga escala e em condições especialmente intoleráveis, ao longo dos anos o Peti se expandiu significativamente. Em 2000, ele já atendia a cerca de 140 mil crianças e adolescentes no país. Em 2001, houve um grande aumento e, em 2002 esse número chegou a 810.769, beneficiando 2.590 municípios em todos os Estados da Federação. (CARVALHO, 2004, p.51)

²⁰ Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI na Bahia. Estudo Qualitativo Autoria: Rocio Castro. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2003/POP/2003_POP1731.pdf Acesso em 17 de abr. 2017

Esse crescimento do programa deve-se em parte ao fato de que também é grande o número de crianças trabalhando em todo canto do país, pois o objetivo do PETI é afastar meninos e meninas de trabalhos considerados noturno, perigoso e humilhante ao oferecer um incentivo financeiro às famílias participantes. Conforme a Cartilha do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil:

Retirar crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante; possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola; fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer no período complementar ao da escola, ou seja, na jornada ampliada; proporcionar apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações socioeducativas; promover e implementar programas e projetos de geração de trabalho e renda para as famílias. (BRASÍLIA, 2004).

Em relação à erradicação do trabalho infantil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o PETI também visa possibilitar o ingresso, permanência e bom desempenho na escola, além de permitir a participação destes em atividades socioeducativa de convivência. Para que isso aconteça foi instituído o que conhecemos hoje de jornada escolar ampliada, onde o educando frequenta o PETI no contraturno à escola.

A execução da Jornada Ampliada exige a existência de uma proposta pedagógica, uma vez que deve ser composta por atividades eminentemente complementares para o desenvolvimento sócio educativo e cultural da criança e do adolescente assistidos – um instrumento de consolidação da inclusão social. Nesse aspecto, as famílias e comunidades alcançadas pelas ações do PETI devem necessariamente ser inseridas no processo de construção das propostas de trabalho, tanto no que diz respeito a sua participação ativa na indicação de seu conteúdo, quanto no que se refere ao respeito as suas vocações e costumes. (BRASÍLIA, 2004)²¹

O programa quando oferecido na zona rural ou urbana, longe da moradia do educando deve preferencialmente oferecer transporte para os alunos se locomoverem até a Jornada Ampliada, além de interatuar com as escolas de modo que o reforço escolar complemente as atividades escolares, permitindo que o trabalho realizado aumente o desempenho do aluno.

A democratização de acesso à educação sistematizada não garante à população a contemplação de todas as suas necessidades educacionais. Por isso, acabam criando espaços para outros ambientes educacionais que vão complementar a educação escolar, como é o caso das jornadas ampliadas do PETI. Existem ainda as chamadas Colônias de Férias, já que o programa não pode ser interrompido no período de férias escolares. Dentre os objetivos da

²¹ Cartilha do Peti Disponível em: http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PETI.pdf Acesso em: 24 de mar. 2017

educação não-formal²², com a jornada ampliada, está a proposta de enriquecer a história de vida dos indivíduos ampliando a gama de vivências e experiências formativas de subgrupos da população respeitando as diferenças e a diversidade cultural.

A jornada ampliada se destina a crianças que sejam contempladas no Cadastro Único²³ no município ou que sejam identificadas pela assistência social enquanto exercendo trabalho infantil.

De acordo com Arregui, (2000),

O PETI faz parte de uma política de assistência social focalizada especialmente em um dos mais importantes fatores de exclusão das crianças, que é a introdução precoce no mercado de trabalho. Impedindo-o de ir a escola, do convívio familiar e com os amigos de forma harmoniosa, impossibilitando-o de adquirir habilidades e condições de desenvolvimento físico, psicológico e etc. (ARREGUI, 2000 apud WEIMER; REUSCH, 2015, p.10)

Entendemos que para desfrutar o direito é necessário que o indivíduo tenha condições de exercer a sua cidadania. Esse exercício está relacionado ao nível de conhecimento e de conscientização que este tem aos seus direitos e deveres e dos mecanismos para efetivá-los.

1.2. Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI

Atualmente encontramos o trabalho infantil em atividades de difícil fiscalização e contextos informais como a agricultura familiar, trabalho doméstico, aliciamento pelo tráfico dentre outras. Todas essas formas de trabalho são naturalizadas ou invisíveis em nossa

²² Segundo outro autor, Trilla (1985, p. 22), a educação não formal pode se definir como: [...] conjunto de meios e instituições que geram efeitos educacionais a partir de processos intencionais, metódicos e diferenciados, que contam com objetivos pedagógicos prévia e explicitamente definidos, desenvolvidos por agentes cujo papel educacional está institucionalmente ou socialmente reconhecido, e que não faz parte do sistema educacional graduado ou que fazendo parte deste, não constitui formas estrita e convencionalmente escolares.

Gohn (2010, p. 33) [...] um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação da cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais.

²³ “**Cadastro Único para Programas Sociais** – é um sistema que contém informações sobre as famílias brasileiras de baixa renda agrupadas em um só lugar. São famílias de baixa renda aquelas que possuem meio salário mínimo mensal por pessoa integrante da mesma ou aquelas em que a renda total mensal é de até três salários mínimos. São essas as famílias que vivem em estado de pobreza ou extrema pobreza e precisam do auxílio do governo para conseguirem suprir algumas necessidades, preferencialmente, as básicas. Através do CadÚnico, essas famílias então, tem a possibilidade de ingressarem em programas sociais promovidos pelo Governo Federal. O CadÚnico é a ferramenta que fornece dados sobre cada membro da família, sobre sua renda, do estado da casa em que a família reside, do acesso a serviços sociais básicos, e mais uma porção de informações para o Governo Federal. Através desses dados obtidos pelo **CadÚnico**, o Governo Federal estuda os perfis das famílias cadastradas e dependendo da situação de pobreza das famílias, pode criar ou reformular as leis e regras desses programas sociais para atender melhor a suas necessidades. Programas sociais como o **Bolsa Família** utilizam informação retirada diretamente do sistema, cadastrado pelas famílias que desejam participar de algum programa social específico.” Disponível em: <http://calendariobolsafamilia2015.com.br/cadunico/> Acesso em: 17 de abr. 2017.

sociedade, e os gestores públicos pouco reconhece essas atividades de criança enquanto trabalho infantil. Mas a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS²⁴, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 são marcos legais que dão sustentação ao PETI, no que diz respeito ao tempo integral (jornada ampliada), frequência mínima exigida, idade mínima exigida para o trabalho, amparo e proteção às crianças e adolescentes, dentre outros.

Dentre as normas e diretrizes do PETI podemos destacar enquanto objetivos das mesmas erradicar em conjunto com diversos setores o trabalho infantil seja na zona rural ou urbana; ainda permitir o acesso, permanência e bom desempenho na escola, desenvolver atividades complementares à escola (jornada ampliada); conceder uma complementação de renda (bolsa); propiciar apoio e orientação às famílias, promovendo às mesmas participações em projetos de qualificação profissional e geração de trabalho e renda. Dentre esses objetivos destacam-se algumas características do programa e sua concepção conforme o ponto 4:

4. As ações desenvolvidas no âmbito do PETI devem ter como locus de atenção a família, a qual deve ser trabalhada por meio de ações sócio-educativas e de geração de trabalho e renda, que visem garantir a sua proteção e inclusão social, promovendo assim, melhoria na sua qualidade de vida.²⁵

As famílias e não os indivíduos são vistas como centro da ação e devem ser tratadas como parceiras ativas responsáveis por mudanças decisivas na realidade familiar, comunitária e social. Logo, as famílias com renda *per capita* de até ½ salário mínimo, devem ser priorizada a participação no PETI devido à situação de extrema pobreza, também essas famílias contam com trabalhos sociais de proteção e atendimento integral visando a geração de trabalho e renda. Campos, (1999) explana acerca das bases do programa:

O Programa tem como bases para o desenvolvimento de suas ações: a integração entre sociedade e governo, que atuam de maneira pactuada e conjuntamente visando um processo de intervenção para a erradicação do trabalho infantil; condições estratégicas para o acesso, o ingresso, a

²⁴ “Em 2011, o PETI foi introduzido na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), conforme o disposto no Art. 24-C da Lei 12.435, de 06 de julho de 2011, e passou a passou legalmente a integrar o SUAS, sendo reconhecido como uma estratégia de âmbito nacional que articula um conjunto de ações intersetoriais visando o enfrentamento e a erradicação do trabalho infantil no país, desenvolvida de forma articulada pelos entes federados e com a participação da sociedade civil, sendo impressa nova dimensão ao programa, o qual deverá protagonizar as articulações com os demais serviços e ações de proteção social, bem como com as demais políticas públicas afetas ao tema, sociedade civil e órgãos de controle social.” ²⁴ Perguntas e Respostas: O Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6286022-Perguntas-e-respostas-o-redesenho-do-programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-2a-versao.html> Acesso em: 18 de abr. 2017

²⁵ MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PORTARIA Nº 458, DE 4 DE OUTUBRO DE 2001. Disponível em: <http://sistemas.fecam.org.br/SUAS/portariasMDS/PORTARIA%20n%C2%B0458%20de%2004%20de%20outubro%20de%202001.pdf> Acesso em: 18 de abr. 2017.

permanência e sucesso de crianças e adolescentes na escola; a importância da compreensão de que o trabalho infantil deve ser erradicado não apenas a partir das intervenções junto às famílias, mas também a partir do contexto das atividades econômicas procurando substituir o trabalho infanto-juvenil por mecanismos de compensação financeira (repasse de renda); a exigência de se procurar o envolvimento dos setores empresariais para parcerias; a estratégia para incluir a participação consciente das famílias no Programa mediante apoio psicossocial e subsídio financeiro, assim como a busca conjunta de outras opções de geração de emprego e renda; e a determinação de erradicar o trabalho infantil como uma das estratégias do Governo Federal no desenvolvimento social, através da justiça e dos direitos dos cidadãos. (CAMPOS, 1999 apud WEIMER; REUSCH, 2015, p.10)

O programa é bastante complexo por várias razões, dentre essas podemos destacar que o PETI se propõe a promover melhorias nas condições de vida a partir de situações de vulnerabilidade causadas por fatores culturais e sociais que se inter-relacionam. Consequentemente, requer ações intersetoriais envolvendo políticas públicas.

Ainda o ponto 5.1 das diretrizes e normas do PETI prevê que:

5.1 O PETI foi idealizado dentro de uma concepção de gestão intergovernamental, de caráter intersetorial. Para tanto, faz-se necessário que todas as instâncias trabalhem de forma pactuada e integrada, dentro das competências de cada esfera de governo, envolvendo, em todas as etapas, a participação da sociedade civil.

A sociedade civil representa um elemento bastante significativo no processo que compõe o desenvolvimento do programa, pois as discussões sobre o trabalho infantil giram em torno não só da esfera estatal, mas percorre toda a sociedade na busca de soluções que impedem ou dificultam o acesso à educação, contribuindo para que a dignidade da criança seja afetada.

Conforme as diretrizes e normas a implementação do programa tem como etapas básicas:

Sensibilização e mobilização, levando à construção de pactos estaduais, com compromisso de ação conjunta e articulada de um elenco de atores governamentais e não governamentais; Elaboração de diagnóstico socioeconômicos regionais, tendo como referência a questão do trabalho infantil; Constituição de comissões estaduais e municipais com papel ativo na formulação e implementação do programa nos respectivos estados e municípios – envolvendo órgãos gestores e conselhos, Ministério Público, Delegacia Regional do Trabalho, sindicatos patronais e de trabalhadores, ONGs e outros organismos envolvidos com o tema; Elaboração de um Plano de Ações Integradas, que define as ações a serem efetivadas, as responsabilidades dos parceiros, o cronograma de execução e as formas de articulação entre os órgãos participantes. (SILVEIRA, 2000, p.22)

Como podemos perceber a metodologia de implantação do PETI nos municípios onde há identificação de trabalho infantil passa pela sensibilização e mobilização de várias esferas, tendendo facilitar a operacionalização do mesmo para que possa haver ações efetivas e responsáveis visando o benefício por meio do programa atingindo assim um maior contingente populacional de forma articulada e integrada.

1.3. A relação entre o PETI e o Bolsa Família

As crianças desde muito cedo, tornam-se provedoras naturais da família, e em alguns casos são até arrimo de família, assim, é bem comum que logo cedo a infância dessas crianças sejam ocupadas pelo trabalho. Pois estas tomam pra si as responsabilidades de sobrevivência da família que muitas vezes encontram-se desamparadas.

Entretanto, sabemos que os governantes investem recursos em programas e projetos sociais visando atender à demandas da população em todo o território brasileiro. Esses programas e projetos são de grande importância visando combater as disparidades sociais e econômicas no combate e controle da pobreza e a fome. Sabemos que o trabalho infantil segue seu rumo em famílias das classes mais desprovidas da população, mas nem sempre está associado à subsistência, haja vista que algumas famílias enaltecem o trabalho em detrimento a infância e a educação.

Considerando esse contexto e outros que perpassam o trabalho infantil, existe o cadastramento e identificação de crianças em situações de trabalho. Assim em busca de soluções e visando melhorias significativas na erradicação do trabalho das crianças, ocorre a junção do PETI ao Bolsa Família, que é um programa que visa a redução da pobreza e da fome no país. O Programa Bolsa Família foi criado pela medida provisória nº 132, de 20 de Outubro de 2003, transformada na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. A integração do PETI com o Bolsa Família ocorreu na tentativa de evitar a duplicidade de benefícios, entre ambos e ampliar o atendimento, visando melhoria na gestão, portanto:

Em 2005, ocorreu a integração do PETI com o Programa Bolsa Família, o que trouxe modificações significativas que racionalizaram e aprimoraram a gestão de ambos os programas, incrementando a intersectorialidade e o potencial das ações, ao se evitar a fragmentação e a superposição de esforços e de recursos. Essa integração possibilitou a ampliação da faixa etária para crianças e adolescentes com até 16 anos, ampliou o foco de atendimento para todas as formas de trabalho infantil registrados no CadÚnico, a extensão da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para

todas as crianças e adolescentes de famílias inseridas no PBF com marcação de trabalho infantil e o acompanhamento dessas famílias pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF/ Centros de Referência de Assistência Social-CRAS. ²⁶ (2014, p. 4-5)

É por meio do cadastro Cadúnico que as famílias são direcionadas aos programas como o PETI e recebimento de Bolsa Família. Essa associação do Bolsa Família ao PETI serviu para fortalecer as famílias na medida que estas cumprem as condições para continuar a receber o benefício, são fatores condicionantes ao Bolsa Família: vacinação para crianças, acompanhamento médico para grávidas e lactantes, matrícula e frequência escolar para crianças e adolescentes.²⁷

O pagamento do benefício acontece mensalmente, assim, existe a possibilidade de mudança na realidade de muitos beneficiários, no que diz respeito à saúde e escolaridade, principalmente contribui na qualidade de vida de mulheres beneficiadas conforme afirma Morton, 2013:

Os governos de 45 países oferecem atualmente transferências condicionadas de renda, e o programa brasileiro é o maior no mundo. Como a maioria dessas transferências, o Bolsa Família envia pequenos pagamentos mensais para domicílios que mandam os filhos para a escola e completam suas vacinas; são geralmente as mulheres que recebem o benefício. Várias pesquisas sobre o programa identificaram modestos mas importantes impactos na escolaridade e saúde das crianças (MORTON, 2013, p. 50)

Mas muitas famílias permitem que seus filhos frequentem o PETI visando apenas o recebimento do auxílio, que é uma bolsa paga somente às crianças inseridas no Programa que tenham a frequência mensal mínima de 75 % na escola e na jornada ampliada. Quanto à frequência mínima exigida podemos dizer que:

No ano de 2007, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome criou o Sistema de Acompanhamento do Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (SISPETI), um programa informatizado que permite acompanhar a frequência mínima de 85% nas atividades sócioeducativas das crianças e adolescentes inseridas no PETI, sendo que tal frequência é uma das exigências para a permanência da família no programa e também no PBF, para as famílias em que ocorre situação de trabalho infantil. O SISPETI é alimentado pelos municípios, que devem informar o cumprimento da frequência e as atividades oferecidas, e pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC/MDS), que fica responsável por informar quanto às crianças e adolescentes beneficiados. (ZOCAL, s/d, p.11)

²⁶ Perguntas e Respostas: O Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil .

²⁷ Documento da Presidência da República, Controladoria Geral da União – O Programa Bolsa Família. Disponível em: http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_bolsafamilia.pdf Acesso em: 18 de abr. 2017.

Essa frequência torna-se fator decisivo no recebimento do Bolsa Família, pois muitas famílias deixam de receber o benefício em função de ausências injustificadas às aulas durante o mês.

O Bolsa Família em domicílios mais pobres seria uma complementação da renda familiar na manutenção das necessidades básicas, como alimentação, pagamento de contas de energia e água, compra de remédios e roupas. É importante ressaltar que os domicílios beneficiados pelo Bolsa Família apresentam níveis de renda diversificado. E nem todas as famílias associam esse benefício à compra de gêneros alimentícios, pois existem as que investem na educação dos filhos, e as mães de família que associam esse dinheiro à busca da autonomia, e mais conforto quanto a compra e uso de aparelhos domésticos em seus lares. O programa Bolsa Família associado ao PETI na região do Baixo Sul da Bahia é fator de circulação de renda, gerando crescimento na economia local, pois é notória a circulação de bens de consumo e gêneros alimentícios nos mercados em dias de pagamento deste benefício, assim o Bolsa Família contribui na dinamização da economia dos pequenos municípios no interior do Baixo Sul.

O Programa Bolsa Família tem três objetivos básicos, são eles: combater a fome; permitir acesso aos direitos básicos como saúde e educação e associar os adultos ao mercado de trabalho, ao proporcionar orientação às famílias por meio de atos sócio-educativos e planos de geração de trabalho e renda como, por exemplo, cursos profissionalizantes e outros.²⁸

Torna-se importante salientar que programas como esses tendem a atender um público em situação de extrema pobreza, consentindo comunidades em situações adversas de trabalho infantil, todavia os recursos muitas vezes não são suficientes para atender a todos. É percebido também que alguns programas como o Bolsa Família não alcançam os resultados esperados pelo governo, devido à falta de monitoramento e avaliação.

O programa também tem características negativas quando associado a práticas assistencialistas e pode representar uma forma de controle da ida das crianças à escola, enquanto tentativa de desvinculá-la do trabalho infantil, quando “*interferem e forçam uma reinterpretação e reconfiguração de valores tradicionais nativos no que diz respeito à socialização infantil e à estrutura familiar*” (PIRES, 2009, p. 1). Pois no mês que a criança não obtiver essa frequência mínima exigida, nem justificativa para tal, o pagamento da bolsa fica suspenso. Desta forma cabe às famílias cumprir um compromisso com a permanência e

²⁸ Cartilha Olho vivo no dinheiro público. Programa Bolsa Família: Orientações para acompanhamento das ações do Programa Bolsa Família. Controladoria Geral da União. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/controle-social/arquivos/bolsafamilia2012.pdf> Acesso em: 18 de abr. 2017.

frequência das crianças de forma forçosa e sem comprometimento visando apenas o incentivo financeiro. GORCZEVSKI, (2013), salienta que:

[...] educar, formar cidadãos comprometidos com valores éticos, com a paz, com a justiça e com os direitos humanos não é uma responsabilidade unicamente dos estados. Não emana unicamente da vontade política dos governos ou de incentivos financeiros. Essa é também uma missão da sociedade e exige que cada um de nós assuma sua parcela de responsabilidade. Ignorar isso pode ser um erro perigoso, aliás, como dizia Hobbes o inferno é a verdade descoberta tarde demais. (GORCZEVSKI, 2013 apud WEIME; REUSCH, 2015, p. 5)

É tarefa de toda a sociedade desenvolver ações, nesse processo de educar e formar cidadãos comprometidos, pois torna-se necessário a formação da consciência crítica, e o oferecimento de oportunidades visando minimizar a pobreza. Desta forma o PETI, compromete-se quando busca trabalhar “(...) *por meio de ações socioeducativas e de geração de trabalho e renda que contribuam para o processo de emancipação, para sua promoção e inclusão social, tornando-as protagonistas do seu próprio desenvolvimento social*”. (PETI, 2002).

E nesse sentido de se trabalhar na assistência das famílias, essas começam a ter acesso ao Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza-Pronager²⁹, programa com vistas a proporcionar uma capacitação rápida, para pessoas com baixa escolaridade e pouca capacitação, visando formação profissional que contribua na busca de crédito para a redução do desemprego visando equilíbrio das desigualdades. Notamos ainda que:

O Pronager é um programa que visa gerar ocupação e renda para os chamados ‘excluídos’ sociais, potencializando todos os recursos e vocações econômicas da comunidade. O Pronager parte da capacitação de pessoas desempregadas ou subempregadas, para sua organização em empresas,

²⁹ É o resultado do acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Governo Brasileiro, através do Ministério da Integração Nacional - MI e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação - FAO-ONU, com a interveniência da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ACB-MRE. E tem como Objetivos: Combater a situação de desemprego e subemprego das comunidades pobres urbanas e rurais, viabilizando a organização (social e econômica) de pessoas e comunidades - condição essencial para o fortalecimento de grupos sociais até então excluídos (homens e mulheres) - melhorando a qualidade de vida de seus membros e concorrendo para o desenvolvimento local sustentável.; Gerar ocupações produtivas e renda, potencializando todos os recursos e vocações econômicas da comunidade, a partir da capacitação de pessoas (desempregadas e/ou subempregadas) para sua organização em empresas , associações e/ou cooperativas de produção de bens e/ou serviços, com competitividade no mercado. Disponível em: <http://www.oocities.org/br/asppcomag/pronager.html>. Acesso em: 06 de abr. 2017.

associações e cooperativas de bens e/ou serviços com competitividade no mercado (PETI, 2002, p. 14).

Notadamente que o Pronager foi um programa difícil de ser concretizado em muitas áreas, pois não havia apoio aos pequenos empreendimentos que ele tentou estimular, tal como a falta de crédito por exemplo.

Em vista disso, compreendemos que esses programas além de uma porta de entrada também devem oferecer aos indivíduos uma porta de saída para beneficiários, objetivando desvencilhá-los de práticas assistencialistas e descobrir o exercício pleno da cidadania que é uma tarefa na qual os cidadãos como autores sociais cumprem seus deveres e também lutam pelos seus direitos, reivindicando a educação, saúde, trabalho, moradia, segurança e lazer. Sob este aspecto, a articulação entre os indivíduos sociais é de extrema importância para a conquista de interesses comuns e para a superação das dificuldades, pois a reivindicação dos direitos básicos deverá ser uma luta coletiva para alcançar a transformação da realidade.

1.4. O PETI e a relação trabalho infantil e desempenho escolar

Segundo o Unicef, o trabalho infantil está incorporado à pobreza e ao baixos níveis de desenvolvimento humano e social, que, por sua vez, resultam da falta de oportunidade de estudos. Podemos afirmar que as características familiares afetam o desempenho escolar, principalmente famílias de baixa renda, que mal tem condições de comprar os materiais escolares dos filhos. Desta forma sabemos que existem países com altos índices de analfabetismo e baixos índices de crianças nas escolas.

A jornada ampliada do PETI, além de representar apenas um espaço para o lúdico e o criativo também concebe um momento de melhora no desempenho escolar das crianças por meio do reforço escolar. Assim, conforme um dos objetivos do PETI, destacamos o anseio na busca pelo bom desempenho de crianças e adolescentes na escola, sabe-se que com o recebimento do Bolsa Família, o desempenho escolar das crianças melhora, pois quanto melhor a renda e a escolaridade dos pais, maior a frequência à escola e melhor o desempenho dos filhos.³⁰

ASSAAD, (2005) apud ONO, (2015) ainda relata que o trabalho infantil tem impactos negativos sobre a frequência à escola, pois as crianças que desenvolvem algum tipo de

³⁰ “Os programas de transferência de renda do governo brasileiro, como o PETI e o Bolsa Família, tiveram importante papel na ampliação da frequência à escola e na redução do trabalho infantil.” [ILO. 2004] - ILO, International Labor Organization. O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21. Brasília: ILO 2004.

trabalho tendem a ocupar-se sendo privadas de frequentarem a escola de forma adequada, devido à ocupação ou cansaço físico e mental.

Mas em contra partida sabemos que o desempenho escolar tem inúmeras causas e consequências haja vista que pode variar de criança para criança, isso vai depender dos impactos do trabalho infantil sobre as mesmas.

HEADY, (2000) apud ONO, (2015), afirma que utilizar a frequência à escola como forma de ponderar o desempenho pode negligenciar o fato de existirem escolas com baixa qualidade, e baixo desempenho. Porém não nega o fato de que as crianças que dividem o seu dia com trabalho e estudo tem menos possibilidades de avanço e êxito, haja vista terem menos tempo para realizar as tarefas escolares, ou mesmo terem que dividir o tempo das tarefas escolares e do brincar com os episódios de trabalho, assim tornando-se menos competentes se comparadas com crianças que só estudam e não tem que se dedicar ao trabalho no seu dia-a-dia.

Seguindo a mesma linha de raciocínio EMERSON e SOUZA, (2007) afirmam que não é mais confiável utilizar a frequência enquanto demonstrativo de desempenho. Nesse sentido, vale salientar que muitas crianças matriculadas no PETI, às vezes não tem frequência regular ao programa, tendo apenas justificativas frágeis sem comprovação quanto à ausência; e na verdade estas crianças deixam de frequentar o PETI porque estão empenhando-se no trabalho, como por exemplo, as crianças da Ilha do Galeão e da zona rural do Jequiriçá. Mas no turno da escola elas estão frequentes, e desta forma o desempenho pode não ser satisfatório quanto à frequência ao PETI, e ser bastante proveitoso no que diz respeito às avaliações e provas da escola e do governo. Ainda quando o assunto é desempenho escolar e provas do governo, podemos afirmar que o desempenho pode variar dependendo das características e traços culturais das localidades, principalmente em se tratando de zona rural e região Nordeste devido à leitura de mundo dos indivíduos e a subjetividade que pode variar. Ainda,

Uma segunda crítica é que os resultados derivam de entrevistas diretas, refletindo, em grande medida, a percepção tanto das crianças como dos próprios entrevistadores, sujeitas, portanto, à um grau considerável de subjetividade. Por exemplo, Pires (1988), utilizando a mesma metodologia - entrevistas para um conjunto estatisticamente não representativo de crianças trabalhando em supermercados - chega a conclusões bem mais desfavoráveis do impacto do trabalho infantil sobre a escolarização das crianças (amostra diferente ou diferença de percepção?). Por fim, as respostas das crianças frente às perguntas que procuram avaliar a influência do trabalho sobre o desempenho parecem variar bastante. Desconsiderando a questão da subjetividade e veracidade das respostas, isso pode indicar que o impacto do trabalho sobre o desempenho pode variar de criança para criança. Se o objetivo é avaliar o impacto médio do trabalho sobre o desempenho para um

universo específico, estes estudos não são muito esclarecedores. (CAVALIERI, 2002, p. 17)

Podemos considerar que as respostas dos educandos sobre as perguntas que procuram avaliar o desempenho podem variar, da mesma forma que varia a subjetividade e veracidade de respostas de criança para criança, pois cada criança é singular e o desenvolvimento se dá em ritmos diversificados.

Além disso, Cavalieri, (2002) afirma que os impactos do trabalho sobre o desempenho é um tanto ambíguo do ponto de vista teórico, pois se o desenvolvimento do trabalho gera renda, e essa renda pode ser convertida em avanços, proporcionando assim um melhor aproveitamento escolar. Vejamos seu raciocínio:

[...] se por um lado o trabalho reduz o tempo que as crianças despendem em outras atividades, inclusive estudo, por outro ele eleva a renda familiar e, como tem sido reconhecido, a renda tem um impacto positivo e direto sobre o desempenho. Da mesma forma, é possível que o trabalho desenvolva certas características que sejam positivas ao desenvolvimento, como por exemplo: disciplina, responsabilidade, ou ainda, uma melhor percepção da importância da educação. (CAVALIERI, 2002, p.12)

Pensando dessa forma, teríamos a busca de um desempenho enquanto uma prática que exclui, seleciona e classifica a rotina das crianças não contribuindo para a redução do trabalho infantil, pois ao considerar o desempenho a partir dessa óptica deixamos de considerar o “fato social” como um todo, não analisando quais motivos levaram essas crianças a contribuir de forma prematura com a complementação da renda. Ainda estaríamos dando maior importância ao trabalho em detrimento à educação e o brincar nessa fase da vida que é a infância.

Analizando o desempenho, êxito ou fracasso escolar a partir do ponto de vista dos impactos físicos, e psicológicos advindos do trabalho infantil, CAVALIERI, (2002), salienta que:

Como forma de evidenciar que o trabalho influencia negativamente a produtividade no estudo, por vezes, têm se ressaltado, o esforço exagerado ao qual as crianças estão submetidas em certos postos de trabalho, levando as mesmas à fadiga e ao cansaço extremo. Entretanto, isto desvia a questão do trabalho em si, para os tipos de trabalho que as crianças estão realizando. Ou seja, a questão deixa de ser trabalhar ou não, mas qual ocupação exerce. (CAVALIERI 2002, p. 12)

O desempenho escolar, sobre esse ponto de vista, tem tolerado o espaço ocupado pelo trabalho infantil na vida dos pequeninos que deveriam ser destinados ao lúdico, ao descanso e ao convívio familiar e comunitário.

Notadamente, que o esforço exagerado tem propiciado cansaço físico e mental, e por esse motivo tem gerado os altos índices de repetência, evasão e abandono escolar em várias partes do país. Conforme Cavalieri, (2002), o desempenho escolar com base no trabalho infantil, pode variar dependendo do tipo de atividade desenvolvida e a quantidade de esforço empreendido. Assim, trabalhar ou não, seria relativo, já que a ocupação passa a ser fator decisivo nos resultados do desempenho. Essa proposição analisa apenas a questão do esforço empreendido, quando na verdade se analisarmos qualquer tipo de ocupação, por exemplo, uma que não requeira o empenho de força física, o que deveria estar em jogo é a questão da redução do tempo para os estudos. A criança terá o tempo de estudo reduzido, não importando qual ocupação pratique, e nesse sentido o trabalho irá sim ter influências negativas no desempenho escolar.

Tratando de desempenho escolar, há ainda, questões de ordem econômica sem haver preocupação com os direitos humanos, pois sabemos que em alguns países ricos, existem adolescentes que trabalham remunerados no período de férias escolar, com o objetivo de obter recursos e dar continuidade aos estudos, assim gozando de maior independência financeira não correndo o risco de abandonar os estudos por falta de recursos.

Expondo esses fatores causas e consequências, torna-se perceptível, descrever que nossa primordial questão refere-se ao desempenho escolar no campo da educação, tendo em vista as adversidades, ou a desigualdade de vida que remete à produção do fracasso escolar, pois uma das causas que atrofiam o desempenho das crianças na atualidade é a atividade de trabalho.

Conforme Marx, (1988), o trabalho infantil na época da Revolução Industrial envolvia habilidades e certa preparação, vejamos:

A coisa é simples. Aqueles que só permanecem metade do dia na escola estão sempre lépidos e quase sempre dispostos e desejosos de receber instrução. O sistema de metade trabalho e metade escola faz de cada uma dessas atividades descanso e recreação em relação à outra e consequentemente muito mais adequadas para a criança do que a continuidade ininterrupta de uma das duas. Um garoto que desde manhã cedo fica sentado na escola não pode concorrer, especialmente quando faz calor, com outro que chega lérido e fagaceiro do seu trabalho (Child. Empl. Comm. apud MARX, 1988, p. 85).

A partir do momento que nos empenhamos no universo dessa problemática que envolve o trabalho a crianças e/ou adolescentes, passamos a perceber a importância de se conhecer e discutir sobre tais questões. Pois, muitas vezes o que é visto como treinamento pode torna-se uma forma de alienação capitalista. Sabemos que situações como estas são

possibilidades de estabelecer análises referentes ao trabalho e desempenho escolar. Os problemas de aprendizagem (desempenho escolar) devem ser entendidos sob enfoques múltiplos considerando os fatores de ordem psicológica, pedagógica, e por último social, que envolve os contextos, familiar, escolar, econômico e cultural. Os fatores de ordem social e pedagógica são os que mais nos interessam no decorrer da pesquisa.

Para alguns educadores o desempenho escolar é o mau comportamento, é o desenvolvimento do aluno, seu insucesso ou fracasso escolar, em decorrência da dificuldade de aprender e armazenar conteúdos. Nesse sentido, levando em consideração as crianças estudantes que têm a necessidade de trabalhar, podemos dizer que o desempenho escolar está associado à dificuldade de aprendizagem, comportamento e grau de eficiência, portanto, se estabelece como um dos principais agravantes para o fracasso escolar do aluno, por que depende da motivação e do controle emocional dos sujeitos.

Estudando as relações do desempenho escolar, percebemos que os termos dificuldade de aprendizagem, dificuldade escolar, problema de aprendizagem serão empregados num mesmo sentido, se referindo à maneira pela qual o fracasso escolar é expresso, e atribuído sempre aos estudantes, desta forma:

É bastante significativa a correlação entre o trabalho infantil e a frequência escolar no Brasil. A proporção de crianças que não estudam e que trabalham é mais do que o dobro, quando se compara com aquelas que estudam. As crianças que frequentam a escola também trabalham menos. Entretanto, a discussão presente é se esses dois fatores possuem uma relação causa-efeito ou se, na verdade, os dois são efeitos de outros fatores, tal como a renda familiar [ILO³¹, 2006b]. (AGNOL, 2011, p.20).

Segundo Novaes, (1977), independente de quais sejam as causas associadas à dificuldade de aprendizagem, o aluno não consegue rendimento escolar adequado e seu relacionamento com o grupo é insatisfatório, o que o coloca em posição de inferioridade, gerando incerteza, bloqueios emocionais, acanhamento, agressividade e, especialmente, autoconceito negativo.

No próximo capítulo, versamos sintetizar nossas experiências desenvolvidas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Zona Rural do Jequiriçá no Baixo Sul da Bahia no ano de 2009³². Igualmente expressa relatos de entrevista com professoras da Educação Básica do Campo, que discorrem sobre o cotidiano escolar, os desafios, limites e a

³¹ ILO, International Labor Organization. *The end of child labour: within reach*. Geneva: ILO 2006.

³² Comunidade onde realizei minha primeira experiência pedagógica na Educação do Campo, numa jornada ampliada composta por 40 alunos crianças e adolescentes, uma classe multisseriada na comunidade rural do Jequiriçá, cuja principal fonte de renda é a cultura do dendê para fabricação do azeite e outros derivados, mandioca na produção de farinha e cultivo do guaraná, cravo e urucum.

relação ensino/aprendizagem, refletindo sobre os problemas, os dilemas e as perspectivas que envolvem a busca pela valorização e reconhecimento da cultura e identidade no campo, pois a Educação do Campo deve ser contextualizada no sentido de haver relações entre a educação ministrada e a vida do aluno, seu ambiente, sua comunidade.

CAPÍTULO 2

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – CONTRIBUIÇÕES PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO ESCOLAR DAS CRIANÇAS NO CAMPO

2.1. Classes Multisseriadas

Valença³³ é uma cidade localizada na região do Baixo Sul da Bahia com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM 2010 igual a 0,623³⁴.



Figura 1. Fonte: IBGE

33 Mesmo evoluindo, o IDHM de Valença ainda está longe de ser o ideal. Segundo o estudo, o município ocupa a 80^a posição no estado da Bahia e 3.631 no país. Em 10 anos, Valença recuou da 58^a posição em 2000 para 80^a em 2010 entre os 417 municípios no estado da Bahia; e de 3.432 para a 3631^a nos 5.565 municípios do Brasil no seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM). Segundo o índice, o município teve um incremento de seu IDHM de 65,69%, entre 1991 e 2010, ficando acima da média do crescimento Nacional (47,46%) e abaixo do crescimento Estadual (70,98%) segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013, divulgado nesta segunda (29). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 39,58% entre 1991 e 2010. Com IDHM de 0,623, o município está situado na faixa media de avaliação (entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,190), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,129), seguida por Longevidade e por Renda. Em 1991, a renda per capita era de R\$ 186,10, passou para R\$ 260,46 em 2000 e 376,23 em 2010. Ranking - Valença ocupa a 3631^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3630 (65,23%) municípios estão em situação melhor e 1.935 (34,77%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 417 outros municípios de Bahia, Valença ocupa a 80^a posição, sendo que 79 (18,94%) municípios estão em situação melhor e 338 (81,06%) municípios estão em situação pior ou igual. Disponível em: <http://avozdobaixosul.blogspot.com.br/2013/07/valenca-idh-de-valenca-evoluiu-acima-da.html>. Acesso em: 08 de fev. 2018.

³⁴Fonte: IBGE. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/1FYT> Acesso em: 15 de mai. 2017.

A zona rural do Jequiriçá em Valença-BA é uma comunidade composta por um conjunto de várias fazendas pertencentes ao município de Valença-Bahia, destaca-se na comunidade a agricultura familiar enquanto principal gerador de renda para as famílias do local, onde a população sobrevive principalmente do cultivo e cultura do cravo, cacau, pimenta do reino, guaraná, urucum e azeite de dendê e plantio de mandioca para produção da farinha.

A comunidade é composta por treze escolas municipais, onde funcionam os núcleos do PETI, e a maioria dos professores que dão aula nessas escolas são transportados da cidade de Valença para a zona rural do Jequiriçá nos turnos matutino e vespertino. Os alunos também contam com transporte escolar intracampo e campo cidade para locomoverem-se de suas residências até a escola e ao PETI. A comunidade não conta com posto médico para atendimento da população, assim todos os procedimentos de saúde são enviados para a cidade, também não existe transporte público para que as pessoas se desloquem com mais facilidade, apenas um “pau de arara”³⁵ que presta serviços uma vez ao dia. Desta forma,

quando se consideram as dificuldades que os moradores da área rural têm em desfrutar os serviços (saúde, lazer, educação, bancário etc.) muitos deixam de procurar tais serviços, seja pela ausência do transporte, seja pela falta de recursos para pagar os custos de deslocamento. Dessa forma, gera-se uma população de excluídos que somente terá melhores condições de vida se for beneficiada por alguma política pública voltada para o transporte. (EGAMI, ET AL, 2008, p.1)

Tais fatos observados e vivenciados somam-se a outros como, por exemplo, a comunidade conta apenas com energia elétrica, não há acesso à rede de internet e a água que usufruem é carregada em baldes ou pelo sistema de “bombeamento” dos rios para as residências. Devido ao fato de não haver o sistema de água encanada na comunidade, as escolas constantemente ficam sem aulas, pois as bombas d’água apresentam muito defeito, desta forma impedindo muitas vezes durante o ano que haja aulas, devido a falta de água para consumo e higiene nas escolas.

³⁵ “O pau-de-arara é um meio de transporte irregular ainda muito usado no nordeste. Surgiu por causa da falta de outros veículos que suportassem muitas pessoas. Esse caminhão tem sua carroceria adaptada com tábuas que servem de banco e uma lona que protege da chuva. É, para muitas pessoas, parte da sua jornada de trabalho diária. Foi utilizado também para a migração dos nordestinos para o sul do país. É muito comum no nordeste e serviu de inspiração para Luiz Gonzaga, que compôs uma música cujo o título é o nome do meio de transporte. O nome pau-de-arara é uma comparação com a gritaria que era o transporte de aves por uma vara com a desorganização que é o caminhão usado hoje em dia.” Disponível em: <https://brasilbrasileiro1001.wordpress.com/2012/10/18/pau-de-arara/> Acesso em: 22 de abr. 2017.

A jornada ampliada era composta por uma turma de 40 alunos dentre eles crianças e adolescentes, uma classe multisseriada, característica comum para atender à demanda e o público alvo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Campo.

As escolas com classes multisseriadas têm uma longa história. Foram – e continuam sendo – os primeiros tipos de escolaridade possíveis para as zonas rural e urbano periféricas (embora sejam maiorias na zona rurais). Sua característica básica, a de reunir em torno de um professor vários alunos de séries diferentes, data de décadas atrás e perpetua-se até hoje, embora na história da educação brasileira existam apenas vagas notícias sobre a educação rural e a educação da população em geral, excetuando-se o caso daquela dirigida aos filhos das elites e a “catequese jesuítica”. (FERRI, 1994, p.28)

As classes multisseriadas são os principais tipos de classe existente na zona rural e tem como característica básica reunir alunos de diversas séries e/ou anos diferentes em redor de um único professor formando assim uma única turma. Atualmente a tarefa essencial de uma classe multisserie na zona rural perpassa pelo desafio de evitar que o homem da roça deixe o campo para buscar trabalho na cidade.

Em dias que não havia como dar aulas na Jornada Ampliada do PETI, devido à falta de água para fazer comida e utilização dos banheiros, realizávamos várias visitas nas residências dos educandos e algumas vezes constatamos que estes estavam em atividade de trabalho junto à família. Atividades que representavam certo perigo como, por exemplo, nas casas de farinha, raspando mandioca com facas. Outras vezes ouvimos relatos dos educandos que afirmavam que os dias que não vinham para o PETI encontravam-se catando cravo, também trabalhando em carvoarias com familiares. A jornada ampliada no PETI poderia ter sido mais proveitosa com melhor rendimento dos educandos, se não fossem os empecilhos desse tipo, pois esses fatores dificultaram o andamento das tarefas.

Na zona rural do Jequiriçá, os educandos em sua maioria são transportados por morarem em comunidades distantes que não são contempladas pelo programa, ou incorporadas ao Sistema de Nucleação ou Agrupamento de Escolas do Campo,

Processo que tem por objetivo a organização do ensino no meio rural, em escolas-núcleo, contrapondo-se a organização em escolas multisseriadas – orientação esta que implica em maior apoio técnico e financiamento a escolas de menor tamanho, mas localizadas no seio de cada comunidade, ainda que recebendo um pequeno número de alunos. A nucleação viabiliza-se por meio do uso intensivo do transporte escolar e deslocamento de alunos desde suas comunidades para escolas com maior população, onde estes são reunidos em classes de acordo com sua faixa etária. (GONÇALVES, 2010, p. 1).

Igualmente, os educandos são transportados devido à inexistência de núcleo próprio e quantidade reduzida de educandos com perfil para atender às exigências do programa em determinadas comunidades, pois alguns núcleos deixaram de existir. A professora da zona rural, afirma que: *“O Programa não é desenvolvido de maneira correta e adequada à realidade dos alunos. Esse ano mesmo o PETI, do local que trabalho não está funcionando, as crianças de lá vão pra outra comunidade se quiserem permanecer no PETI”*. (Professora da zona rural do Jequiriçá).

Quanto à questão da Política de Transporte Escolar e da Nucleação Escolar,

O processo de nucleação de escolas rurais não é exclusivo do Brasil, uma vez que esse modelo, com diferentes nomenclaturas, aplicou-se em países tão diferenciados como Estados Unidos, Costa Rica, Índia, Irã, Colômbia, Canadá... No Brasil, as primeiras experiências situam-se nas décadas de 70 e 80 e foram ampliadas em decorrência da atual LDBEN e da criação do FUNDEF, de que resultaram uma acentuada municipalização no Ensino Fundamental. Este processo corresponde, na prática, ao fechamento ou desativação de escolas unidocentes (multisseriadas), seguido pelo transporte dos alunos para escolas maiores, melhor estruturadas e abrangendo ciclo ou ciclos completos, funcionando como núcleo administrativo e pedagógico.³⁶

Contudo, os transportes escolares devem preferencialmente fazer o deslocamento intracampo e não campo-cidade³⁷; esse deslocamento tem que ser próximo de suas residências, valorizando o modo de vida social, a cultural, os valores, as identidades e diversidades das populações do campo. O processo de nucleação corresponde à desativação das escolas multisseriadas, seguido pelo transporte dos alunos para escolas maiores, melhor estruturadas e abrangentes, funcionando como núcleo administrativo e pedagógico. Esse processo pelo que me parece favorece algumas comunidades no que diz respeito à concentração dos problemas escolares a serem resolvidos, mas para que a nucleação funcione de maneira eficaz é preciso uma ponderação no que se refere às escolas até então existentes e tudo o que elas já produziram em termos de emancipação e integração cultural.

Longe de resolver os embargos e as dificuldades de ordem institucional que envolve a Nucleação, na tentativa de vencer as barreiras culturais, o trabalho em grupo com os educandos da jornada ampliada e a equipe do PETI Valença, foi essencial e priorizado na

³⁶ Conselheiro Murilo de Avellar Hingel – Relator do PARECER CNE/CEB Nº. 023/2007. Disponível em: <http://s187246.gridserver.com/materia/diretrizes-para-a-educacao-basica-parecer-cneceb-0232007-consultareferente-as-orientacoes-para-o-atendimento-da-educacao-do-campo/>. Acesso em: 14 de abr. 2017.

³⁷ Conselheiro Murilo de Avellar Hingel – Relator do PARECER CNE/CEB Nº. 023/2007. Disponível em: <http://s187246.gridserver.com/materia/diretrizes-para-a-educacao-basica-parecer-cneceb-0232007-consultareferente-as-orientacoes-para-o-atendimento-da-educacao-do-campo/>. Acesso em: 14 de abr. 2017.

obtenção do desempenho esperado dos educandos na busca pela frequência, para tentar minimizar as práticas visíveis e conhecidas de trabalho infantil naquela comunidade.

Durante toda a experiência na jornada ampliada, trabalhamos formas de envolver todos nas atividades, evocando fatos da vida pessoal, social e cultural com temas que foram facilmente desenvolvidos visando à veiculação da realidade local, traduzindo preocupações de todos no dia-a-dia, deste modo envolvendo a criança, a família, a escola, o mundo animal, o mundo vegetal, o mundo geográfico enfim, um universo de coisas que podem ser socializadas adequando uma leitura do mundo e desenvolvendo o aprendizado e respeito à cultura dos estudantes. (SILVA, 2012, p. 7).

Numa perspectiva construtivista em que o conhecimento “*se constitui pela interação do Indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia (...)*” conforme afirma Becker, (1994), trabalhamos temas relacionados ao contexto vivido pelos educandos, levando em consideração o conhecimento prévio para uma melhor contextualização. Assim, podemos reconhecer que o conhecimento não provém do nada, mas que pode e deve ser construído e reconstruído através de conceitos existentes anteriormente. Assim, contemplando o diálogo e a discussão enquanto fatores fundamentais na ação e reflexão.

Foto 1. Intercâmbio no PETI



Fonte: Elaine Brito. As crianças do PETI da zona rural do Jequiriçá no Projeto de Extensão “Cinema no Campus” UNEB XV, 2011, filme exibido As Aventuras de Madeline.

A foto anterior mostra o antigo auditório da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus XV, uma sala ampla e os alunos do PETI da Cascalheira, Jequiriçá como podemos notar são poucos alunos, pois nem todos os pais autorizaram a participação no intercâmbio.

Segundo Ribas, (2008), o educador deve ser alguém inventivo, competente e empenhado com o advento das novas tecnologias, para que possa permitir-se e permitir aos educandos uma maior interação em contextos múltiplos de conhecimento causando grandes impactos na educação gerando uma nova cultura, assim transmitindo novos valores comunicacionais e informacionais. Pois, para Moran, (2013):

Educar é colaborar para que professores e alunos - nas escolas e organizações - transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. É ajudar os alunos na construção da sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional - do seu projeto de vida, no desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e profissionais e tornar-se cidadãos realizados e produtivos. (MORAN, 2013, p.1).

Igualmente, conforme Moran (2013), buscando mudanças na forma de ensinar por meio da inserção de tecnologias, visando permitir maior motivação percebemos que aquelas crianças poderiam se interessar em participar do Projeto Cinema no Campus na Universidade do Estado da Bahia, Campus XV. Tratou-se de um projeto de extensão que faz exibições de filmes seguidas de debate entre os participantes, que em sua maioria são estudantes da Universidade e comunidade local. No final do semestre, de acordo com o número de sessões frequentadas, o participante receberia um Certificado de Participação, emitido pelo Departamento de Educação Campus XV da UNEB. E foi lá no “Cinema no Campus” onde as crianças do PETI Jequiriçá tiveram o primeiro contato com os aparelhos de computador ao visitarem um Laboratório de Informática, e assistiram a uma sessão de filme infantil.

A rápida difusão de novas tecnologias, em particular as associadas aos computadores, alteram significativamente os processos de repercussão das experiências, e consequentemente, os modos de viver em sociedade tanto das crianças quanto dos adultos. Este ritmo evolutivo em termos tecnológicos foi acompanhado por um volume crescente do conhecimento e manipulação na área de informação.

Enquanto prática pedagógica interdisciplinar e contextualizada, também exploramos a localidade, esvaziamos as quatro paredes da sala de aula com o objetivo de buscar um novo olhar sobre a comunidade. Desta forma, através da leitura de mundo as crianças exploraram o ambiente que vivem por meio das formas, cores e cheiros, das plantas, animais e composição do solo permitindo-se investigar o lugar que pode ser fonte de partida para o professor tirar proveito junto à turma.

A tarefa da Educação no Campo agrupou dimensões que interpreta em responsabilidades sociais nos níveis político e pedagógico na qual segundo Vygotsky, (1984), a aprendizagem é um aspecto universal e necessário para o processo de desenvolvimento, ou seja, a aprendizagem é organizada e desenvolvida através das relações do individuo e seu contexto social. Porque “*Educar é encharcar de sentido cada ato da vida cotidiana*”³⁸ na busca por uma maior conscientização e responsabilidade.

2.2. Ser Educador Social do PETI no Meio Rural

“*O Educador Social no meio rural pode ser considerado um transformador de realidades.*” (SILVA, 2012, p.7). Neste sentido, o compromisso do educador com relação ao educando é fazer com que o mesmo aprenda mediado pelo conhecimento de realidades rurais. Assim é necessário que este seja competente, e saiba buscar formas alternativas para o desenvolvimento das atividades e para isso ele deve ser conhecedor e criador de estratégias para poder inferir no desejo das crianças e adolescentes de forma positiva criando condições favoráveis à emancipação. Pois,

O educador é um personagem fundamental na cena composta da educação social ideal. Ele deve ser alguém que faça a diferença, que fique na memória dos meninos e meninas como alguém que acreditou, estimulou, apresentou caminhos, ensinou sobre coisas grandes e pequenas da vida, ensinou ou reacendeu a esperança, e ainda, generosamente deu/recebeu afeto nessa relação. (SOUZA; MÜLLER, 2009, p. 3208)

Visto que a zona rural pode ser concebida enquanto um território que comporta diferentes maneiras e hábitos de vida se comparados aos espaços urbanos, pois os ambientes rurais ao longo da cultura e sociedade humana podem ser visto como sendo o lugar onde os seres vivos buscam fortalecer laços afetivos de harmonia, de respeito e união, mas também é um lugar onde se configuram as relações de poder expressas pela materialidade ou pelo simbolismo cultural. Igualmente,

O educador social, além do que foi comentado, precisa conhecer com “intimidade” o contexto onde trabalha e suas dinâmicas de funcionamento. Então se faz imprescindível conhecer e saber de relações políticas. O conhecimento sobre a política é necessário para que o movimento prático da resolução dos problemas ou da busca da garantia dos direitos, saia do âmbito particular, para o âmbito público, tendo ressonância para todos os cidadãos. Ou seja, um direito violado de um menino, pode estar sendo violado para todos os meninos e meninas e isso deve ser identificado para que seja

³⁸ Paulo Freire apud Laura Isabel Marques Vasconcelos de Almeida. Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2008/12/19/outrou/bad879e8d37e495bf4c18d9720689fb2.pdf> Acesso em: 13 de abr. 2017.

solucionado para todos, já seja por meio de novas leis ou da reformulação delas, pela criação de programas municipais, ou de outras formas. (SOUZA; MÜLLER, 2009, p. 3207).

Nesse sentido, o educador deve ser conhedor da realidade local, para saber posicionar-se frente a acontecimentos políticos e sociais, pois por meio do contexto, poderá atuar de forma decisiva sendo um agente de transformação da realidade das meninas e meninos. Haja vista que “*Educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente.*” (GADOTTI, 1991, p. 90).

Desta forma, no intuito de criar e recriar o saber educativo, alguns pesquisadores como Ivani Fazenda, (1993) e Moacir Gadotti, (2006) acreditam que a melhor maneira de fazer com que o ensino/aprendizagem aconteça de forma contextualizada é através da interdisciplinaridade³⁹, onde a mesma proporciona uma interação real em busca de objetivos comuns, não se afastando da cultura do lugar.

Por meio das atividades de pesquisa, fizemos uso de leituras, explanamos o assunto, construímos questionários e fomos a campo fazer o registro das entrevistas com uso de diário de campo e máquina fotográfica, em seguida fizemos o retorno dessa atividade em forma de apresentação para os pais. Assim,

Trabalhar nessa perspectiva exige uma postura do professor que vai além do que está descrito [...], pois é necessário que ele assuma uma atitude endógena e que faço uso de metodologias didáticas adequadas para essa perspectiva. É através do ensino interdisciplinar, dentro do aspecto histórico-critico, que os professores possibilitarão aos seus alunos uma aprendizagem eficaz na compreensão da realidade em sua complexidade.⁴⁰

Destarte, de acordo com Ivani Fazenda, (1993) para alcançarmos objetivos comuns no trabalho pedagógico, devemos relacionar disciplinas e temas transversais em atividades ou projetos de estudo, projetos de pesquisa e ação, pois a interdisciplinaridade entendida nas ciências da educação deve estabelecer relações internas entre as disciplinas da educação, para então romper fronteiras.

O princípio da interdisciplinaridade permitiu-nos um grande avanço na idéia de integração, proporcionando que os interesses de cada educando fossem preservados e sintonizados com as grandes questões de ordem social, política e econômica da época. A

³⁹ Neste trabalho, abordamos o tema interdisciplinaridade e o defendemos enquanto prática pedagógica, pois foi o eixo central que buscamos desenvolver tanto nos projetos no PETI, quanto nas práticas de formação continuada pelas quais passamos durante o Programa.

⁴⁰ Interdisciplinaridade por Emanuelle Oliveira Disponível em: <http://www.infoescola.com/pedagogia/interdisciplinaridade/> Acesso em: 23 de abr. 2017.

interdisciplinaridade surgiu segundo Ivani Fazenda, que pesquisa a interdisciplinaridade há 30 anos, na França e na Itália em meados da década de 60, pela necessidade de dar uma resposta à fragmentação causada por uma epistemologia de evidencia positivista.

Logo, as ciências que estavam divididas por inúmeras disciplinas, foram restituídas por meio da interdisciplinaridade, que é uma nova forma de pensar; de pensar a ciência e as questões que norteiam as salas de aula. Segundo Leis, (2005):

A interdisciplinaridade pode ser entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea. Ela tem a ver com a procura de um equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora, assim como entre as visões marcadas pela lógica racional, instrumental e subjetiva. (LEIS, 2005, p. 1).

Sendo assim, muito mais do que várias disciplinas, focalizando ou estudando em conjunto um tema singular.

Deste modo, a prática docente comum encontra-se centrada no trabalho voltado para o adiantamento de aptidões e habilidades, buscando sempre apoio na associação ensino-pesquisa e no trabalho com diferentes fontes expressas em diversas realidades, que comportem diferentes interpretações sobre os temas/assuntos trabalhados em sala de aula.

Para realizar um trabalho interdisciplinar, é necessário estabelecer tanto uma definição comum dos conceitos teóricos afins, quanto uma metodologia que dê conta dessa situação particular. Essa redefinição conceitual e metodológica é necessária para que se possam ultrapassar os limites impostos pela organização acadêmica que justapõe as disciplinas como entidades autônomas, distanciadas da vida real. (ORRICO, 1999, p. 20).

Conforme William Heard Kilpatrick, (1871-1965)⁴¹, na perspectiva de trabalharmos com a Pedagogia de Projetos:

Pude dentre outros, está utilizando a discografia de Luiz Gonzaga como fonte de informação e colaboração cultural onde experimentamos situações de vida real, pois julgo ser um material adequado que possibilitou a formação de personalidades fortes, dentro de condições de cooperação e equilíbrio social, na incorporação de algumas habilidades experimentando algo de novo; através das músicas consegui demonstrar e identificar a construção dos valores no meio rural. (SILVA, 2013, p. 8).

Destarte utilizando as músicas de Gonzaga podemos representar o crescimento do povo do Nordeste e suas transformações no meio em que vivemos. Pois a escola deve se envolver com os costumes de seus educandos, onde músicas, pinturas e danças soem com alegria buscando “*saídas de mudança que signifiquem um ir à escola como a um lugar de*

⁴¹ William Kilpatrick e o Método de Projeto. Disponível em: <http://apei.pt/upload/ficheiros/edicoes/Artigo%20Destaque.pdf>

crescimento, de interesse, de desenvolvimento do saber e da própria identidade” (GANDIN, 2005, p.14). Assim, Freire, (2001) afirma que:

Em minha visão “SER” no mundo significa transformar e re-transformar o mundo, e não adaptar-se a ele. Como ser humano, não resta dúvida de que nossas principais responsabilidades consistem em intervir na realidade e manter nossa esperança (FREIRE, 2001, p. 37).

De acordo com Freire, (2001), todos nos somos organismos capazes de erguer ideias e transformar a realidade social em um mundo mais igualitário, porque é na escola que permanecemos durante a melhor parte da vida formativa, sendo assim, é necessário que a criança tenha autonomia e uma das melhores formas de iniciar esse processo de autonomia é fornecer estímulos pelo ambiente em que vive, assim desenvolvendo suas habilidades e criando certos valores, tanto culturais como profissionais.

A interdisciplinaridade segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN’s supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de investigação e/ou intervenção. Dando suporte ao trabalho da “Pedagogia de Projetos” com temas transversais e aliados à necessidade de se trabalhar o contexto da comunidade no PETI da zona rural de Jequiriçá, realizamos contação de estórias, realizamos entrevistas, leitura de imagens e construímos diferentes tipos de textos.

Os educandos foram estimulados a recontar e dramatizar as histórias e construírem diferentes tipos de gêneros textuais, para isso utilizamos diversos livros infantis e infanto-juvenis que retratam os valores referentes à Ética, Cidadania, Saúde, Meio Ambiente, Trabalho e Pluralidade Cultural, dentre a bibliografia podemos destacar os livros: “*O Pássaro sem Cor de Luís Norberto Pascal*” para falar sobre preconceito, “*A Menina Bonita do Laço de Fita de Ana Maria Machado, Bruna e a Galinha d’Angola de Gercilga de Almeida*”, história afro para crianças; “*O Mundinho Azul de Ingrid Biesemeyer Bellinghausen*” para falar sobre água e meio ambiente e “*A Família do Mundinho de Ingrid Biesemeyer Bellinghausen*”, para falar de família e identidade”. Nas nossas atividades de contação de histórias utilizamos o Baú de Leitura⁴² no qual é dividido por mote, sendo que o mote 1 é

⁴² Abrangência do Baú de Leitura: 92 municípios do semiárido; 606 escolas do campo; 1.650 professores/as envolvidos/as; 45 mil crianças e adolescentes envolvidos/as; 1.600 Baús de Leitura itinerantes nas escolas; 64 mil livros de literatura infanto juvenil circulando pelas escolas do campo. Dados do Relatório 2011 do Movimento de Organização Comunitária- MOC. “O Projeto Baú de Leitura (PBL) complementa e fortalece a educação do campo nos municípios onde atua. Está inserido dentro do Projeto CAT, nas escolas municipais e nas jornadas ampliadas das ações socioeducativas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). É um projeto que busca incentivar o gosto duradouro pela leitura, através de uma metodologia específica, na qual, através da literatura infanto juvenil, da contação de histórias contextualizadas, da arte educação, motiva educadores/as, crianças, adolescentes e suas famílias a adquirirem o gosto pela leitura. Ou seja, o Baú é um projeto de formação de leitores/as, fazendo da leitura instrumento de desenvolvimento das pessoas, de cidadania na busca pela

Identidade, o mote 2 é Meio Ambiente e Tecnologia, o mote 3 é Cidadania”, assim realizamos pequenas oficinas de produção textual onde por meio do trabalho individual e coletivo podemos criar poesias sobre O que é ser criança? O que é família? Contudo, tivemos o cuidado de promovermos a interação e criatividade, através do desenvolvimento de atividades oral e escrita visto que nem todos eram alfabetizados. Ainda, expomos as histórias de forma lúdica, identificando e analisando as riquezas de valores e experiências, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades e potencialidades psicomotoras e proporcionando um contato construtivo e um conhecimento valorativo acerca das criações poético-literárias e imagéticas, fomentando uma cultura de valorização da leitura e interpretação do espaço social onde vivem.

Segundo relato dos moradores, uma das características marcantes da zona rural do Jequiriçá é a de ser uma comunidade de origem quilombola e sabemos que na História do Brasil, os negros quilombolas contribuíram decisivamente na demarcação do nosso território, resistindo às lutas violentas da classe dominante, durante o período da colonização, monarquia e república.

Desta forma permitindo estudos culturais utilizamos estória em vídeos como “*Kiriku e a Feiticeira, Kiriku e os Animais Selvagens*”, ainda na tentativa de sensibilizar e levá-los à reflexão sobre questões etnicorraciais, assistimos aos documentários: “*Vista a Minha Pele*”, retrata questões sobre preconceito racial e “*Capoeira Angola*” que mostra a cultura da dança afrobrasileira, sua origem e os instrumentos musicais e o documentário “*Na Cabeça*” que mostra tipos de cabelos de pessoas negras que afirmam sua cultura e identidade promovendo a autoestima, e partimos para uma possível discussão e construção de um tabuleiro de jogos que retrata a questão do preconceito e cultura Africana, abrindo-se o leque dessas discussões, pois sabemos que a população negra enfrenta graves questões referente ao nível de escolaridade, condições de saúde, desemprego, exploração do trabalho infantil, altas taxa de mortalidade infantil, falta de ações afirmativas nas escolas.

Desenvolvemos atividades de análise e interpretação de músicas como, por exemplo, “*Xote ecológico e Asa Branca*” de Luiz Gonzaga, Planeta Água de Guilherme Arantes para falar sobre meio ambiente e exploramos a nascente de um rio. Também, trabalhamos com análise e interpretação da música “*Hey Joy*” Composição: Billy Roberts (versão: O Rappa), essa música traz reflexões bastante atuais sobre violência, exclusão social, racismo e também

melhoria de vida e da erradicação da pobreza.” Disponível em: http://moc.org.br/upload/relatorios/09-04-2012_09_51_32.pdf Acesso em: 22 de abr. 2017.

faz pensar sobre cidadania na tentativa de refletirmos sobre uma cultura de paz. Por meio das músicas também foi possível a criação de redações sobre questões relevantes ao meio ambiente, família e identidade; alimentos, saúde e higiene.

Pra promover a integração, e incentivar a pratica de lealdade e respeito construímos o correio da amizade visando à troca de cartas e pequenos bilhetinhos. Sempre incentivados por meio de dinâmicas, músicas e filmes podemos confeccionamos brinquedos e realizamos brincadeiras folclóricas como jogar peteca, jogos de dama e xadrez, bolinhas de gude, cabra-cega, pular corda, pular elástico e realizar outras brincadeiras que estimulam a coordenação motora e raciocínio. Também, contivemos momento de pesquisa de campo com a turma, conhecendo importância da cultura e cultivo do azeite de dendê para a comunidade local, num “rodão de azeite” conhecemos o trabalho de agricultura familiar.

Arranjamos leituras de imagens de animais da África, leitura de Telas de Tarsila do Amaral e de artistas da Região do Baixo Sul, e a partir daí realizarmos uma oficinas que culminou em uma exposição de telas dos educandos sobre temas relacionando aos conteúdos da aula. Também, realizamos entrevistas do tipo semi estruturada e estruturada, com agricultores locais, investigando a produção do adubo orgânico a partir do estrume de vaca, nosso principal objetivo foi a culminância de uma horta orgânica no PETI, destacando a importância da alimentação saudável. Como forma de os estudantes produzirem conhecimento e agregarem valor aos conhecimentos prévios, usamos a realidade local e pessoal para dar sentido e contextualização às leituras, inspirados no Projeto Baú de Leitura do Movimento Organização Comunitária-MOC e no Projeto MUTÁ⁴³ na tentativa de incentivar a leitura prazerosa e contextualizada visando a democratização da leitura pautada na cultura local. Assim, podemos definir essa prática pedagógica como uma ressignificação da cultura por meio da contação de estórias que segundo Demo, (2002) torna-se “*um curso estratégico [...] trabalha o direito de aprender*” que possibilita aos educadores e educandos transformar a realidade social de forma ativa, consciente, dando um toque de prazer, de

⁴³ Curso que participei - Proposta Formação dos Promotores de Leitura Comunidade da Bolívia-VÇA. “O Instituto Mutá iniciou suas atividades na cidade de Valença, Bahia, em 1997, e desde 2013 integra a coalizão de organizações sociais ligadas ao CADI Brasil. A área de atuação do CADI Valença é o bairro da Bolívia, o mais populoso do município, com cerca de 27.000 habitantes, um ambiente altamente desagregador dos vínculos familiares e de grande vulnerabilidade social, decorrentes de altíssimos índices de violência que vitimiza sobretudo jovens e adolescentes. Atualmente, são atendidas 710 crianças e adolescentes nas 15 atividades socioeducativas, socioeconômicas, socioambientais e artísticas da instituição, além do desenvolvimento da metodologia Rede Pólis e do grupo voltado à geração de renda para pais e mães. Além disso, o CADI VALENÇA também contribui para a distribuição dos produtos do Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, a famílias carentes, e apoia a comunidade na área da saúde, mediante parcerias com profissionais nas mais diversas especialidades.” Disponível em <http://www.cadi.org.br/site/unidades/> Acesso em 23 de abr. 2017.

ludicidade. CUNHA, (1994) ressalta que a brincadeira oferece uma “*situação de aprendizagem delicada*”, isto é, o educador precisa ser capaz de respeitar e nutrir o interesse da criança, dando-lhe possibilidades para que envolva em seu processo, ou do contrário perde-se a riqueza que o lúdico representa.

Nessa mesma perspectiva ALMEIDA apud SANTOS, (1999) afirmam que:

[...] A educação lúdica é uma ação inerente na criança e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações constantes com o pensamento coletivo [...]. (ALMEIDA, 1995, p.11)

Brincar de forma que, a brincadeira esteja relacionada ao cotidiano, gerando situações de interesses e necessidades que integrem também o mundo dos adultos através de temas transversais, pois na Pedagogia de Projetos alguns temas são transversais, nos levam sempre a outros assuntos, realidades locais e sociais. E surge daí a necessidade de argumentar a respeito do preconceito racial, retratando a temática da “Afrodescendência”, pois alguns educandos relataram, que um de seus maiores defeitos era a cor da pele, ou seja, deixou explícito de forma vergonhosa que não se aceita como é, na condição de negro, ou seja, uma forma de negação de sua identidade. Foi complicado lidar com essa temática, em se tratando de crianças, Brasil e preconceito racial, onde infelizmente esta questão se perpetua na nossa sociedade e comunidades escolares, e:

A forma de o professor caracterizar a criança negra evidencia seu despreparo para lidar com situações de discriminação na sala de aula, pois em muitos momentos o professor julga a criança negra culpada pela discriminação sofrida. (OLIVEIRA apud CAVALLEIRO 2005, p. 33-34).

Assim percebemos a urgência de despertarmos na relação educador-educando, para a valorização da cultura negra, que esta sendo vista de forma desigual, esquecendo-se que os negros constituem mais de metade de nossa população. Deste modo,

Á experiência escolar amplia e intensifica a socialização da criança. O contato com outras crianças da mesma idade, com outros adultos não pertencentes ao grupo familiar, com outros objetos de conhecimento, além daqueles vivido pelo grupo familiar vai possibilitar outros modos de leitura do mundo. (CAVALEIRO, 2005, p.17).

Destarte, além dos conteúdos básicos considerados universais, é papel da escola por meio dos educadores, trabalhar o conhecimento que permita ao indivíduo situar-se na condição de sujeito social, o que requer também revermos hábitos, atitudes e comportamentos que possibilitem o pleno exercício da cidadania e cultura. Tornando-se de fundamental importância levar os educandos a conhecer a nossa história, a nossa origem cultural, para sabermos de que maneira podemos influenciar nas transformações sociais. Deste modo, o

ponto de partida é o conhecimento dos nossos direitos sociais, da nossa biografia e bibliografia da nossa sociedade: conhecer a formação do eu, onde e como se constitui o espaço que ocupamos e com quem compartilhamos esse espaço.

Nesse sentido, faz-se primordial considerar as conquistas da Lei 10.639/03⁴⁴ para a não ocultação cultural, permitindo a afirmação das nossas origens, estilos e crenças.

Isto aponta para a urgência de se olhar mais de perto as experiências escolares que essas crianças e jovens vivenciam. Os pesquisadores da área escolar precisam aprender para propor situações de aprendizagem que considerem a presença fundamental dos afro-brasileiros na sociedade e, com isso, no currículo cotidiano e na biblioteca escolar, proporcionar outros encontros identitários, mas, dessa vez, de inclusão, de sucesso e, portanto, de aprendizagens positivas. (MATTOS, 2009, p.29)

Desta forma, partindo-se da Lei 10.639/03 buscamos colaborar para o aumento da autoestima e autoemancipação dos (as) alunos (as) negros (as), reconhecendo a diversidade presente em sala de aula e demonstrando a importância da convivência pacífica frente às diferenças, visando à construção de uma postura de aceitação e respeito ao outro e à realidade brasileira e baiana.

E com o propósito de ampliar o conhecimento de mundo dos educandos e estimular o processo de consciência crítica por meio de práticas cotidianas aliados aos conhecimentos de sala de aula, reconhecendo que o aluno tem direito de vivenciar e conhecer diversas formas de pensamento e cultura para o desenvolvimento do senso crítico. Escolhemos músicas africanas para fazer parte do recreio, a interação foi apropriada, visto que eles se identificaram e começamos a fazer círculos de dança afro, incluindo “samba de roda” e “capoeira”. Pois, a cultura deve fazer parte da escola e a escola deve fazer parte da cultura das classes populares. Assim,

Mais que pensar a reorganização das disciplinas há que se pensar como o cotidiano escolar – em seus tempos, espaços e relações – pode ser visto como um espaço coletivo de aprender e conhecer, respeitar e valorizar as diferenças, o que é fundamental para a construção da identidade dos envolvidos no processo educacional (ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, 2006, p. 79).

De acordo com essas orientações, tornou-se necessário trabalharmos a temática cultura afro-brasileira de forma que possamos está privilegiando a aprendizagem e diversidade principalmente nas comunidades de origem quilombolas, ajudando na superação do racismo e todo o tipo de discriminação, com didáticas e projetos que busquem elevar essa postura de superação das desigualdades, visto que a lei busca reparar os danos sofridos pelos

⁴⁴ Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todos os estabelecimentos de ensino da educação básica, em vigor desde 09 de janeiro de 2003.

descendentes de africanos negros, tanto os danos psicológicos quanto os danos materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos desde os tempos de escravidão.

E com esse pensamento, o professor necessita que sua prática, considere as experiências desenvolvidas pelos discentes, ocupando o cargo de mediador da construção do conhecimento. Além disso, propomos a pesquisa como princípio educativo no meio rural visando à interdisciplinaridade, e um melhor aproveitamento entre teorias e prática.

Quando tomamos o PETI enquanto prática educativa no Campo, evidenciamos que *“todo auxílio e política que venha ajudar ao aluno a desenvolver suas capacidades cognitivas de aprendizagem é benéfico. Não digo que acaba com o trabalho infantil, mas minimiza que as crianças trabalhem o tempo todo e todos os dias deixando de ir para a escola.”*⁴⁵, pois além do repasse de cultura e transmissão de ensinamentos, nossos educandos do campo, estão cada vez mais cedo na lida em carvoarias, raspando mandioca, catando cravo, para contribuir no sustento da família.

2.3. Movimento de Organização Comunitária e o PETI

Na perspectiva da educação no PETI, sabemos que as classes são uma abertura para a transformação social dos indivíduos, ao colaborar na construção de cidadãos ativos e participativos na busca por sua autonomia, pois todos nos somos instrumentos capazes de construir ideias e converter a realidade social em um mundo mais humano. O Movimento de Organização Comunitária-MOC, com tradição e experiência opera em prol das famílias necessitadas da zona rural e das periferias urbanas; teve sua origem em 1967 e atua em três territórios rurais do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, atendendo trinta e seis municípios. É um instituto civil, de direito privado, para fins benéficos e não econômicos, de caráter educacional, voltado para o desenvolvimento sustentável da sociedade.⁴⁶

O Movimento de Organização Comunitária-MOC, apesar de não atuar na região do Baixo Sul, foi um grande promotor de cursos e capacitações dos monitores que atuam no PETI na região do Baixo Sul. Nos diversos encontros, foram ministrados cursos de contação de estória e literatura, destacando se o Projeto “Baú de Leitura” que trouxe contribuições significativas para o fortalecimento do PETI na Educação do Campo:

⁴⁵ Professora da zona rural do Bonfim, Escola: Dr. José Andrade Soares.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.moc.org.br/o-moc> Acesso em: 19 de abr. 2017

O Projeto Baú de Leitura vem contribuindo com a melhoria da educação nas escolas do campo, pois proporciona às crianças e adolescentes o acesso a livros de histórias infantis, o desenvolvimento da criatividade, da oralidade, da expressão corporal, das diversas dimensões artísticas e leitura crítica de mundo. Podemos afirmar que as escolas que tem o Baú de Leitura tornam-se mais atrativas, as crianças encontram mais motivação para freqüentar. Além destes elementos, tanto as crianças quanto educadoras e educadores elevam a auto estima, fortalecem suas identidades, lêem e interpretam mais, ampliando a visão crítica de mundo e fazendo outras descobertas, ajudando a mudar a realidade a partir dos livros lidos e dos debates provocados em sala de aula.⁴⁷

Por meio do Baú de Leitura, as crianças do campo também compartilham espaços e discussões de (re) produção cultural e auto-organização, ao estabelecerem interações e desempenharem papéis de forma atuante e participativa, o que lhes permitem desenvolvimento e aprendizagem do contexto da luta no campo de forma autônoma, ao refletirem sobre a organização de suas práticas.

A equipe do MOC também realizou capacitação por meio de diversas oficinas, permitindo um maior aprendizado para atuação em salas de aula do PETI e igualmente visando facilitar e articular o trabalho desenvolvido junto com as famílias das crianças assistidas pelo programa, uma vez que a participação da família é imprescindível. Assim,

Acreditando na capacidade das pessoas para exercerem seus direitos, o MOC as incentiva a buscar o crédito e a assistência técnica para a geração de trabalho e renda; promove a habilidade das pessoas para que, organizadas, interfiram junto ao poder público, apresentando propostas ao orçamento municipal, participando politicamente dos Conselhos de Políticas Públicas, como instrumentos de efetivação dos direitos; promove a participação das mulheres na sociedade e promove os direitos específicos das crianças a frequentar a escola, a brincar/jogar, a sonhar com dias melhores. (Movimento de Organização Comunitária-MOC)⁴⁸

Comungando com os objetivos do Bolsa Família de erradicação da pobreza, o MOC também, visa o incentivo e a busca do crédito por meio de suas qualificações, assim as pessoas de forma organizada interferem junto ao poder público requerendo seus direitos.

Destarte, o MOC prioriza diversas atuações,

A entidade prioriza ações no campo da incidência em políticas públicas, participação social, convivência com o Semiárido, agroecologia, relações sociais de gênero, economia solidária, educação do campo contextualizada, soberania e segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento sustentável, direito à comunicação, entre outros. A instituição desenvolve suas ações baseadas em princípios e valores que fortalecem a sua missão. Dentre eles, estão à transparência, cidadania, justiça, equidade nas relações sociais e as

⁴⁷ Entrevista com a técnica do MOC, Vera Carneiro, coordenadora do Programa de Educação do Campo. Disponível em: <http://www.moc.org.br/publicacao/geral/330/o-bau-de-leitura-e-um-projeto-de-conquistas> Acesso em: 19 de abr. 2017.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.moc.org.br/o-moc> Acesso em: 19 de abr. 2017.

práticas democráticas. Um dos princípios das ações institucionais é a valorização do conhecimento local, dos fazeres, dos sabores e saberes das pessoas, povos, grupos e comunidades, primando pela proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, de jovens, de mulheres, dos povos do campo e comunidades tradicionais contribuindo na construção do desenvolvimento economicamente viável, ambientalmente sustentável, socialmente justo, cultural e humanamente solidário. (Movimento de Organização Comunitária-MOC)⁴⁹

Pois a realidade é o encontro entre homens e valores ao caminharem rumo à luta por seus direitos, fazendo da educação um instrumento para a transformação social, e desde a infância, meninos e meninas encontram-se inseridos nas práticas e discussões inerentes ao trabalho e vida política.

Neste contexto, o MOC alia o saber técnico e o saber da comunidade (saber acadêmico e saber popular), com base no princípio de que não há um conhecimento pronto e acabado. É o processo de interação e questionamentos mútuos, que produz o novo saber, necessário e básico à comunidade para alterar sua realidade e sua vida. A comunidade é o sujeito do processo e torna-se importante trabalhar a dimensão de organização coletiva, atuando no questionamento e na produção de políticas públicas, e na fiscalização de sua execução. Nesta metodologia, a paciência pedagógica é um elemento estratégico para evitar imposições de conhecimento, pois o caminhar da comunidade não tem o mesmo ritmo do caminhar técnico. (Movimento de Organização Comunitária-MOC).⁵⁰

Igualmente, compreendemos que uma das principais tarefas para aliar o saber técnico e o saber da comunidade é a prática da pesquisa, assim aliando saber acadêmico e saber popular; tanto nos espaços escolares, quanto nos não escolares na zona rural ou urbana, pois através destes podemos vivenciar fatos e realidades diferenciadas, visando o desenvolvimento de práticas para o melhoramento do ensino-aprendizagem ao conceber os espaços de educação informal como lugares onde ocorrem incorporações e afirmações de culturas através das interações e experiências sociais e políticas.

Um dos pontos fortes e interessantes do trabalho do MOC é o desenvolvimento de uma metodologia, em que todos são considerados sujeitos da ação. Não se trata de identificar pessoas a serem beneficiadas, mas sim de construir com as pessoas o processo do trabalho e de seu próprio desenvolvimento. Por isso, o trabalho do MOC respeita e reflete criticamente, com as pessoas, valores, tradições e culturas, ao passo que busca promover o indivíduo como um ser capaz de conhecer e produzir conhecimento, acreditando na capacidade das pessoas mudarem a si mesmas e a realidade. A educação baseada na produção coletiva do conhecimento é o elemento fundamental deste processo. (Movimento de Organização Comunitária-MOC).⁵¹

⁴⁹ Disponível em: <http://www.moc.org.br/o-moc> Acesso em: 19 de abr. 2017.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.moc.org.br/o-moc> Acesso em: 19 de abr. 2017.

⁵¹ Disponível em: <http://www.moc.org.br/o-moc> Acesso em: 19 de abr. 2017.

Fica claro que toda a realidade depende do olhar, de quem vê os valores, assim o meio cultural assume significados distintos conforme as diferenças individuais e racionais empregadas no momento da ação, tornando-se necessário acreditarmos nas possibilidades de descobrir caminhos melhores e mais apropriados para resolver problemas vivenciados no momento da ação, logo:

O processo pedagógico se estrutura a partir do incentivo a que pessoas e grupos produzam conhecimento sobre sua própria realidade, como instrumento de transformá-la. A idéia inicial é provocar inquietações e estimular a busca por alternativa para os problemas encontrados. (Movimento de Organização Comunitária-MOC).⁵²

O envolvimento de todos, PETI, escola e comunidade é imprescindível para proporcionar o incentivo adequado visando melhoria no desempenho escolar e erradicação do trabalho infantil. Igualmente, por meio da investigação e da prática conseguiremos trabalhar a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social do meio onde vivem, buscando acabar com a discriminação que o ensino vem sofrendo ao desenvolver competências e habilidades comuns por meio de um contentamento cooperativo, sem orgulhos e com subserviência junto às comunidades. Pois, na contemporaneidade, “*Se trabalhamos tradicionalmente é porque somos tradicionais. (...) Enquanto não tivermos claro os nossos referenciais teóricos e nossos objetivos,*” (KAERCHER, 1998, p. 13-14) as raízes não serão arraigadas, e a árvore não crescerá frondosa trazendo bons frutos para a educação.

A discussão do próximo capítulo se realiza no âmbito de dois componentes, a saber:; “Trabalho Infantil e Escola: uma relação de tensões” e “Um estudo sobre o Trabalho Infantil na Ilha do Galeão e suas implicações na Vida Escolar das Crianças”. Debruçando-se sobre a realidade da criança-trabalhadora na Ilha do Galeão⁵³, apresenta e discute algumas políticas públicas de combate ao trabalho infantil. Investiga quais fatores levam as crianças a trabalhar e quais as consequências na aprendizagem e desempenho escolar, considerando que a prática do trabalho infantil não é algo recente, perpetua-se em nosso país desde a época da escravidão. Considera-se neste construto que sendo o trabalho infantil prejudicial ao desenvolvimento integral da criança e precisa ser questionado para quebrar barreiras em defesa dos seus direitos. Nesse sentido, apresenta alguns esclarecimentos sobre as causas e

⁵² Disponível em: <http://www.moc.org.br/o-moc> Acesso em: 19 de abr. 2017.

⁵³ O local pesquisado. Uma pequena área litorânea da Mata Atlântica, onde as pessoas vivem basicamente da agricultura e da pesca que para a maioria é o sustento de cada-dia. Apesar de suas belezas naturais e históricas, o turismo não tem sido explorado como poderia ser haja vista pela falta de praias com águas cristalinas para substituir as águas escuras dos mangues próximos as “beiradas” (margens da ilha) além é claro de um interesse maior do poder público em investimentos de infra-estrutura para este fim.

consequências desse acontecimento tão complexo que nega a infância e provoca o “fracasso escolar”, discutindo sobre possibilidades pedagógicas que estão sendo implementadas pelas escolas na busca de uma melhor qualidade da educação rural.

CAPÍTULO 3

EDUCANDOS TRABALHADORES NA ILHA DO GALEÃO, CAIRU-BA

3.1. Sobre a Ilha do Galeão

Na comunidade do Galeão⁵⁴ pudemos observar as relações populares expostas na forma de trabalho. A comunidade quilombola é de cultura econômica rudimentar, baseada na pesca e no extrativismo vegetal (piaçaba), destacando-se os pescadores agricultores, pecuaristas comerciantes e lavradores, podendo a partir daí notar a presença da cultura do homem do campo as diferenças estabelecidas entre si, entre o ambiente (campo x cidade). As relações estabelecidas na Ilha do Galeão mostram claramente que campo e cidade são indissociáveis, pois é através da produção e criação rural que a cidade sobrevive com o fornecimento de víveres do campo e matérias-primas. Portanto estabelece uma relação de interdependência, pois o campo precisa produzir e a cidade não pode parar de comprar. A Ilha possui energia elétrica, água encanada e coleta de lixo, não possui ruas, apenas caminhos de areia, visto que não é possível a entrada de carros, também possui duas escolas.

Em conversa com o senhor Paulo José⁵⁵ de 82 anos, morador da Ilha a mais de 60 anos, descobrimos que a Ilha de Galeão foi um grande centro de produção agropecuária e mais recentemente de exportação de piaçava e dendê que eram então beneficiadas no local. Esse beneficiamento foi por muitos anos a principal fonte de renda dos moradores, mas que devido a problemas trabalhistas obrigaram os trabalhadores a reclamarem direitos e deveres dos proprietários das fazendas, esses serviços foram desativados e o beneficiamento hoje é feito em outros centros. Ele ainda destaca que essa ruptura no sistema econômico, levou a pequena Ilha do Galeão a se recolher essencialmente nas atividades de mariscagem, bem

⁵⁴ Cercado por mata atlântica e densos manguezais, os noroeste da ilha de Tinhare está o povoado Galeão construído em 1623. Neste pequeno povoado não há turismo, apenas um vilarejo bastante simples que está na APA (Área de Proteção Ambiental). O acesso pode ser feito de barco, tanto por Cairu – Sede Administrativa – como por Valença. Outra opção é fazer a trilha em meio a mata desde a Gamboa até o Galeão, são aproximadamente 10 quilômetros de distância. Sua economia está apenas na pesca e nas plantações de piaçava e óleo de dendê que ajudam com a renda para os moradores em geral. A principal atração é a sua Igreja São Francisco Xavier que está situada no alto de um morro e pode se avistar dela grande parte da costa ao seu redor. Para os que saem de Valença, a igreja logo pode ser avistada, pois foi construída estrategicamente em um local bastante alto. A Igreja São Francisco Xavier, com o nome do padroeiro do povoado é a mais antiga do arquipélago e foi construída no ano de 1626 sob influência da colonização jesuíta. No seu interior possuem imagens de São Francisco Xavier e Nossa Senhora da Conceição. Sofre uma grande ampliação nos séculos 19 e 20. Disponível em: <http://www.morrodesaopaulobahia.com/sobre-morro-de-sao-paulo/povoado-morro-de-sao-paulo-regiao.htm>. Acesso em : 08 de fev. 2018.

⁵⁵ Daqui por diante todos os nomes dos entrevistados apresentados são nomes fictícios.

como em relação às produções de piaçava e dendê, que muito geram empregos nas fazendas ainda hoje.



Figura 2. Fonte: IBGE

O IDHM 2010 da Cidade de Cairu-BA, a qual a Ilha do Galeão pertence é de 0,627⁵⁶. E atualmente, segundo informação do morador Milton de Jesus, 42 anos, a Ilha do Galeão possui uma população com mais ou menos quatro mil habitantes. Essa quantidade de moradores refere-se ao número de trabalhadores adultos economicamente ativos, ele relata ainda que: “*em Galeão existe umas 800 casas, cada casa possui um casal, que na maioria das vezes têm de três a cinco filhos, por isso aqui tem bem mais de mil pessoas*”. Nal, ainda disse que por volta de 1982 a Rua da Igreja de São Francisco, onde ele mora desde quando nasceu tinha três casas, e que hoje deve ter umas sessenta casas.

Dona Maria de Souza, 63 anos, comerciante local e ex-marisqueira, também afirmou que esses dados referem-se ao número de títulos eleitorais cadastrados na zona, que somam um total de aproximadamente mil títulos. Ela relata: “*Na época em que nasci o Galeão já tinha por volta de umas 300 casas*”, Logo, nota-se que as estimativas apresentadas pelos dois referem-se apenas aos cidadãos.

Indagados sobre a origem da ilha, a Dona Maria e a Milton contaram sobre a história de um grande fazendeiro conhecido por Marabá que controlava o comércio da região e trazia pessoas de fora para a ilha, no intuito de trabalharem em suas fazendas na colheita da piaçava,

⁵⁶ Fonte IBGE. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/3CG> Acesso em: 15 de mai. 2017.

do dendê e na criação de gado. “*Toda semana vinha três/quarto barco carregado de animal para abater em Valença*”, relata Milton.

Milton diz que a dinâmica da ilha ainda é a piaçava e o dendê, mas que também se trabalha com a pesca, mas que como a pesca é por tempo, não pode mais fazer disso a única fonte de renda. Dona Maria rebate e diz: “*oxe, não pode vivê o que Milton? Hoje as pessoa tem as leis de direito, o defeso*”. Ela se refere ao projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2003 que decreta ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fazer jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie. Ainda, segundo Dona Maria, a atividade econômica com a piaçava hoje está menos desenvolvida.

Nal trabalha com o plantio e colheita da piaçava e o do dendê, ele relatou que vende a arroba da piaçava “suja” por R\$ 14,00 e a “limpa” por R\$ 22,00: “*Pago R\$ 7,00 pros homi tirar a piaçava do pé e R\$ 3,00 pras as mulher catar*”. O dendê normalmente ele vende a R\$ 150,00 a tonelada (t), mas para a OLDESA⁵⁷ ele vende a R\$ 250,00t. Esses produtos são transportados por barcos. “*Aqui as mulheres trabalha bastante, os homi pesca e as mulher catá*”, disse dona Maria.

A relação dos moradores de Galeão com a cidade de Valença é constante. Dona Maria disse que a maioria se desloca todos os dias para Valença, depende da necessidade, pois o Galeão não possui farmácia. E que o Galeão festeja todos os anos no dia 03 de dezembro o dia do Padroeiro, São Francisco de Xavier. Nesse dia fazem uma Missa festiva e em seguida a festa na rua com bandas, a festa de largo. Já o padre que celebra as missas no Galeão vem da cidade de Cairu-BA.

Diante do observado podemos dizer que o Galeão é uma ilha cercada de manguezais, de onde ao longe podemos ver a igreja mais antiga de Cairu. O senhor Geraldo ainda nos deu informações sobre a Igreja de São Francisco Xavier, construída no alto de um morro em 1644, dela podemos ter uma bela vista das paisagens naturais que compõe o cenário. Na ilha ainda é possível encontrar marcas fortes da colonização portuguesa, como o casarão “*Quatro Estações*”, construído no século XIX. Também tivemos informações de alguns moradores sobre marcas fortes da cultura africana através das manifestações folclóricas, como: Zambiapunga, Afoxés, bumba-meu-boi, lavagem da igreja São Francisco Xavier que

⁵⁷ O empreendimento Oldesa Óleo de Dendê, é uma empresa privada com atuação no ramo do agronegócio do dendê. Sua atividade essencial é a extração de óleos vegetais obtidos a partir da matéria prima constituída pelos frutos de palma (dendezeiros).

antigamente era realizada por escravos, Cordão de São Benedito, entre outras que ainda hoje fazem parte das manifestações culturais da Ilha.

3.2. Trabalho Infantil e Escola: uma relação de tensões

A escola deve ser considerada como um espaço de encontro, de vivência de várias culturas, independente da classe social, construindo nos indivíduos um espírito crítico e emancipatório, “*respeitando e valorizando a trajetória de vida dos educandos*”, assim todos “*produzem conhecimentos e aprendem juntos*”. (GADOTTI, 2012, p. 2)

Conforme Menezes-Filho, (2008, p.2), as transformações que mais explicam o desempenho escolar são as características familiares do (a) aluno (a), tais como: “*nível de escolaridade, ou grau de instrução dos pais, características de cor, atraso escolar, reprovação anterior, número de livros disponíveis para acesso das crianças, presença de computador em casa*”. E levando em consideração as escolas da zona rural, sabemos que muitas delas não têm televisão nem computador, todos esses fatores tornam-se decisivos para elucidar o nível de desempenho das crianças.

O trabalho infantil não é uma agravante apenas dos países subdesenvolvidos, pois países com França, Bélgica e Estados Unidos também estão submersos nesta realidade.

Para falar de pobreza é essencial pensar em escola pública, também como um espaço na busca pela emancipação política, econômica e cultural, pois a sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades sociais e ideológicas que excluem, negligenciam e infelizmente inferiorizam a voz e vez de grande parte da população que se torna “*massa de manobra*” para políticos corruptos e até mesmo para a mídia. (SILVA, 2009)

Desta forma, independente da pobreza econômica, “*Temos que ser iguais todas as vezes que as diferenças nos inferiorizam, e temos que ser diferentes todas às vezes que as igualdades nos descaracterizam*” (SANTOS, 1999, p.45) não podemos perder de vista que por meio dos movimentos sociais das mobilizações coletivas que atendem tanto os interesses individuais quanto os coletivos, conseguiremos efetivar transformações na sociedade (GOHN, 2001). Pois, os Movimentos Sociais têm caráter popular no qual reivindicam transformação cultural, política e econômica, para promover melhoria da qualidade de vida de seus protagonistas, indo além da esfera de interesses particulares, promovendo organização e transformação na vida social. Contudo para que as transformações aconteçam torna-se inevitável a existência de conflitos, trazendo ideias de oportunidades, de viver e de aprender

no contexto das relações de aprendizagem e conhecimento como direito constitucional em nosso país.

A pobreza, também vem a ser um fator social de grande influência na obtenção do êxito de um sistema educacional, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Num contexto social de extrema pobreza e miséria é inútil ao professor ir para a escola apenas dar aulas, pois o mesmo deve criar possibilidades para que o (a) educando (a) construa e reconstrua sua aprendizagem, de forma autônoma possibilitando a emancipação social enquanto fenômeno político. Segundo Pedro Demo (2002, p.89-102), a pobreza política impede todo e qualquer avanço social e cultural. Ele também defende a qualificação profissional do professor, pois este está sendo visto como o elemento fundamental em meio a qualquer tecnologia que venha a existir na escola. Em vista disso, é essencial ao professor ter condições de elaborar uma proposta pedagógica própria e para que isso aconteça é necessário recorrer à pesquisa para então haver a possibilidade da construção de materiais didáticos em conformidade com a realidade de seus alunos; e por meio desses materiais, o professor-pesquisador vai ter suporte para avaliar adequadamente, permitindo que seus/suas alunos (as) tornem-se conscientes e críticos enquanto em contato com a sua realidade e o seu contexto. Pois tomando Vygotsky, (1998) enquanto referência, jamais podemos perder de vista a noção de infância como a alegria de brincar, de pular corda, de jogar bolinhas de gude, a idade dos porquês, um bom momento para aprender boas maneiras, o gostar de ouvir estórias. Visto que:

A alegria da brincadeira como exceção circunstancial é que define para as crianças desses lugares a infância como um intervalo no dia e não como um período peculiar da vida, de fantasia, jogo e brinquedo, de amadurecimento. Primeiro trabalham, depois vão a escola e depois brincam, no fim do dia, na boca da noite. A infância é resíduo de um tempo que está acabando. (MARTINS, s/d, p.67).

O trabalho de crianças, seja no campo ou na cidade, não tem como ser bom para a educação nem para a sociedade, pois a esse fator atribuem-se elevados índices de repetência e conforme Antuniassi, (1983, p. 96), “(...) a atividade de trabalho está negativamente associada à vida escolar”. Toda essa situação complicada envolvendo o trabalho e a transmissão de costumes para os filhos e filhas de trabalhadores agrícolas, em sua maior parte, explica-se pelo indício de pobreza e miséria que existe, sobretudo na região rural do Nordeste, que combina baixa renda das famílias, pouca ou nenhuma escolaridade dos pais e grande precariedade dos serviços públicos. Infelizmente, nem sempre acompanhar os pais na lida diária significa apenas um momento de aprendizagem, segundo Marx, (1867) a redução dos salários acaba, muitas vezes, forçando o trabalhador homem adulto a inserir toda a família no

mercado de trabalho para compensar a perda de renda. Essa exploração gera dificuldades de aprendizagem, pois os (as) alunos (as) não conseguem rendimento escolar satisfatório e isso dificulta o relacionamento adequado com os outros colegas, pois a criança explorada sente-se inferiorizada chegando até mesmo a negar suas origens.

Por questões culturais, e segundo os estudos de Antuniassi, (1983, p.42), “(...) o trabalho infanto-juvenil na agricultura brasileira aparece na várias regiões sócio-económicas, no cultivo dos mais diversos produtos”. Desta forma, torna-se comum na zona rural que crianças acompanhem e ajudem seus pais em atividades de pesca, no plantio e colheita de cacau, guaraná, mandioca, cravo e pimenta do reino, dentre outras culturas próprias da Região do Baixo Sul da Bahia. Mas, aliado a esses fatores de ordem cultural, também prevalecem a pobreza, que reafirma o trabalho infantil em nossa região como um problema de exclusão social complexo, de fácil visibilidade tanto na zona rural quanto na zona urbana. Nesse sentido percebemos que a questão é bastante delicada. Porém sabemos que algumas vezes não se trata de trabalho forçado e exploração, pois é bastante corriqueiro, na zona rural que os filhos acompanhem as atividades dos pais sem que isto signifique necessariamente exploração desumana; há de se ter esclarecimento cultural ao tratar deste tema principalmente quando fazemos relações com a zona rural, pois segundo Neves, (2008):

[...] há formas de trabalho infantil, fundamentais na transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e de construção do herdeiro e, principalmente, do sucessor, no caso do trabalhador artesanal, profissional ou camponês. Sob a orientação e supervisão dos pais ou de gerações anteriores de trabalhadores, os adolescentes ou pré-adolescentes se incorporam ao processo de socialização profissional e de ritualização da mudança de posição, ingressando-se na idade adulta. (NEVES apud BUFALO, 2008, p. 10).

Estas formas de transmissão de costumes e cultura: “*Trata-se de educar a criança e o jovem para participar das tarefas da produção, de cuidar da sua própria vida e da vida coletiva e partilhar de tarefas compatíveis com sua idade.*” (FRIGOTTO, 2005, p.15). Exemplo, a criança que ajuda a retirar o leite da vaca para a refeição da própria família.

Porém, quando as crianças que trabalham começam a frequentar a escola de maneira diferente das outras crianças da mesma idade que não trabalham, ocasionam repetências ou desistências devido a aspectos que desfavorecem uma boa aprendizagem, porque os (as) alunos (as) que constantemente estão com cansaço físico e mental, tornam-se assim impossibilitados de realizarem adequadamente as tarefas e participarem ativamente no processo de ensino-aprendizagem, pois o “(...) *Trabalho infantil é uma atividade que gera*

benefícios imediatos na forma de renda, mas também gera custos por não estudar e/ou por reduzir o tempo de lazer". (KASSOUF, 2007, p. 323).

Foto 2: Criança Gari



Fonte: Solange Oliveira da Silva. Esta cena nos mostra certa realidade urbana, onde mãe e filha exercem o trabalho de Gari.

Cenas como essas vêm crescendo próximo a nós; e conforme observações em loco essa mãe e filha estão constantemente, trabalhando juntas inclusive em dias chuvosos, varrendo ruas como gari, com carrinho da Prefeitura Municipal de Valença-BA, a mãe varre e a filha recolhe o lixo com a pá e empurra o carrinho. Imagens como essas algumas vezes passam despercebidas, mas que podem facilmente serem associadas ao êxodo rural, pois muitas famílias estão abandonando suas terras, suas casas para adotarem um estilo de vida urbano, em busca de melhores salários ou formas diferentes de emprego, assim, o êxodo rural por sua vez acaba por ocasionar mais situações de trabalho infantil nas cidades, pois os hábitos rurais de repasse das culturas, e incorporação de valores de trabalho permanecem mesmo quando os indivíduos mudam de ambiente, assim privilegiando esta prática de crianças e adolescentes na colaboração com seu trabalho para aumentar os rendimentos e produtividade da família.

Além disso, podemos afirmar que muitas crianças trabalham nas ruas para ajudar a família mediante a ausência do pai ou na impossibilidade de ser o provedor do grupo. Realidades como esta nos dá subsídios para validar que todas as informações disponíveis ajudam a constatar que no Brasil é significativo o número de crianças exploradas no trabalho. Na região do Baixo Sul da Bahia, é comum vermos crianças trabalhando nas praias, no comércio, lavando carros. Trabalho infantil nesse cenário é simplesmente força de trabalho barata para o empregador; além do mais é desvalorizada porque se torna “*apenas o trabalho de crianças*”.

3.3. O Trabalho Infantil e suas implicações na vida escolar de alunos e alunas da Escola Rural do Galeão.

Este espaço reserva-se à análise da pesquisa que fizemos tendo como referência a vida escolar de crianças trabalhadoras que estudam na Escola Rural do Galeão. Interessávamos saber se essas crianças estavam sendo expostas a situações de risco, se eram exploradas. Desejávamos também saber se o trabalho que elas realizam implicava em baixo rendimento escolar ou se provocava evasão escolar.

Localizada na própria Ilha, situada na Rua Direta S/n, no município de Cairu-Ba, distrito de Galeão, está a Escola Rural do Galeão. Os alunos da escola supracitada são oriundos de classes sociais baixas, de famílias que em sua maioria apresenta pouco ou nenhum nível de escolaridade. Na escola, já se dispõe de novas tecnologias, apesar de ser pouco aproveitada, devido falta de formação dos educadores, pois o ensino ainda é ministrado de forma convencional, também a maior parte dos alunos demonstra “desinteresse” pela aprendizagem.

A Escola Rural do Galeão era de responsabilidade do Estado, mas a partir de 1997 passou a ser responsabilidade do Município, ganhando em sua Razão Social a palavra *Rural*; segundo informação da diretora, essa mudança foi positiva, no sentido de haver envio de recursos para a escola. Ela disse que, antes para se conseguir algum recurso material ou financeiro era muito mais complexo, era muito burocrático, pois tudo dependia da DIREC em Valença, já com a Prefeitura fazem a relação das necessidades da instituição e enviam no inicio do ano, sendo assim, os materiais são providenciados com antecedência para todo o ano letivo.

A escola possuía um Projeto Político Pedagógico que foi elaborado em 2002 pela Secretaria de Educação de Valença e enviado à escola sem nenhuma preocupação com a

realidade social que cerca a comunidade. Um documento engavetado, desconhecido por todos. Não é estranho, portanto que muitos ainda acreditem que um currículo seja apenas uma lista de disciplina e conteúdos (ARAÚJO, 2008). Hoje existe um novo Projeto Político Pedagógico desenvolvido no ano de 2010 pelas atuais professoras, coordenadoras e direção, também contando com pouco de envolvimento da comunidade local.

A escola funciona em três turnos. Pela manhã, já com o ensino fundamental de nove anos. Uma turma de 2º ano e três turmas de 3º ano. A escola está subdividida em ano e série. Existe também uma turma de 3º série pela manhã. À tarde têm turmas de 4º série, Maternal, Infantil I, Infantil II e uma turma de 1º ano do ensino fundamental e a noite tendo duas turmas da Educação de Jovens e Adultos que é multisseriada – mas que devido à dificuldade de acesso a essa comunidade e a disponibilidade de transporte para retornar após o horário noturno não houve acesso a essa turma. A escola possui apenas quatro salas com 12 turmas, e por este motivo a instituição se utiliza de duas salas do prédio da Associação Comunitária, que funciona como anexo.⁵⁸

Não conseguimos obter informações concretas sobre quando foi fundada a escola. Segundo a diretora existem documentos registrando, mas naquele momento ela não podia verificar, pois teria de procurar em arquivos que já não estavam mais em uso. Ela nos disse que sabia que a escola tinha muitos anos de existência, e que foi recuperada em 1997 pelo Governo do Estado da Bahia. Logo após fizemos junto com a diretora uma observação nas instalações da escola e notamos que a escola em termo de espaço é muito pequena, não tem biblioteca, apenas uma pequena estante com livros onde atualmente funciona uma pequena sala de informática, também não dispõe de um espaço de lazer adequado para as crianças, nem de mesas para lanchar, tão pouco refeitório. A sala da diretora é um cubículo, onde a mesma divide o espaço entre os computadores, ou seja, a sala da direção é a mesma sala de informática.

Apesar dos avanços se comparada a anos anteriores, onde na sala da diretora havia uma mesa, um armário de duas portas, uma mesinha de computador que estava quebrado e uma máquina de mimeografar, percebemos que a escola *na roça* não sendo a mesma da escola urbana em seu contexto e condições infraestruturais, é pensada como uma anomalia (SANTOS, 2003). As professoras relataram que durante o diurno elas não sofriam com evasão, as crianças não precisavam largar as atividades escolares para ajudar os pais nas épocas de pescaria, pois são beneficiadas pelas ações do governo – bolsa família. Mas,

⁵⁸ 2007 – Acervo da Pesquisa

conforme PIERSON, (1966) apud ANTUNIASSI, (1983) “os filhos começam bem cedo na vida a ajudar” os pais; percebemos esse período da vida principalmente no verão quando se intensifica as atividades sazonais como a pesca e a mariscagem.

As professoras do Galeão relataram que gostam de trabalhar com as crianças, pois são como as de qualquer outro lugar. Mas que sentem falta da presença de alguns pais na vida escolar dos filhos. “*Muitas chegam com atividades sem fazer*” diz uma professora. Enquanto educadores, sabemos que devido a realidade da comunidade em termos socioeconômicos e mesmo educacionais muitos pais não compreendem de fato o que está exposto e solicitado nas atividades, pois muitos adultos na zona rural não conseguiram nem completar o ensino fundamental. Nesse sentido é de se compreender, mas não devemos aceitar a completa ausência dos pais na escola e um completo distanciamento na vida escolar dos seus filhos.

A diretora afirma que, durante o turno da noite quando funciona uma turma multisseriada, o movimento de evasão é menor, pois aqueles que pescam são beneficiados pelo defeso, logo, de certa forma, assegura a presença do aluno na escola. Mas segundo a fala da professora, é fácil notar a dificuldade que os alunos têm em absorver, ou mesmo compreender o conteúdo ensinado, acredita que foge bastante da realidade dos pais de família que passam a madrugada na maré, pescando para o sustento de suas famílias, sendo assim vítimas do processo de universalização que o ensino em nosso país teve de se ajustar. “(...) *condenada a imitar a escola urbana... Não há preocupação em aproveitar e explorar a bagagem cultural, os recursos locais, as experiências de vida que a criança traz de casa e do meio.*” (SANTOS, 2003, p. 149).

Essa ideia de considerar os saberes prévios dos alunos, focar sempre a realidade deles como ponto de partida para e sempre apresentar a eles novos conhecimentos foi muito propagado por Paulo Freire, que valoriza a presença do saber dos estudantes das camadas populares na sala de aula. Ou seja, Freire sempre se atentou para que o aluno ultrapassasse as fronteiras da realidade mostrada pelos livros didáticos e pelos professores presos muitas vezes neste único mundo, pois “*o povo tem direito de saber não só de saber melhor o que já sabe, mas também saber o que ainda não sabe*”. (FREIRE, 1988, p.32).

O aluno da Ilha é, assim, um aluno pobre, filho de pequenos proprietários ou de pais que não possuem nenhuma terra, ou vive de pequenas pescarias. Por isso, até se quiser pensar na sua formação, se torna obrigado a custear esse momento tão importante e definitivo no decorrer de sua vida por meio de sua força de trabalho Lávio Galeno, 10 anos, estudante da 4^a série escola Rural do Galeão, relata que:

A estiva para mim é uma coisa boa para agente ganhar dinheiro, de vez em quando que eu não venho porque eu vou pra escola, depois eu vou pra banca, só venho de quatro hora (16 horas da tarde) para de noite, tem barco aqui de noite, eu venho porque eu gosto de vir, vou juntar dinheiro para comprar um carro de plástico, eu não tenho força para fazer esse trabalho, mas eu pego o que eu guento, eu não faltou muito à, só faltei um dia que eu fui para Valença. Com esse dinheiro vou ajudar os meus pais à pagar a roupa da minha formatura, o *smoque*, se eu não estivesse agora aqui na estiva eu estaria em casa estudando. (Lavio Galeno, 2011)

O trabalho em estivas é muito comum na Ilha do Galeão em Cairu, onde muitos meninos passam o dia esperando para carregar bagagens no cais a beira mar, alguns trabalham até a noite, não importando o clima, pode está chovendo ou fazendo sol eles estão lá. Alguns se arriscam na tentativa de pegar a corda do barco jogada à beira da ponte, debruçando-se e virando na água para ajudar o marinheiro. Vejamos os relatos dos meninos da estiva na Ilha do Galeão, o que eles entendem por brincar e a relação de ganhar dinheiro por meio do próprio suor. Lucas Silva, 12 anos, estudante que participa da jornada ampliada PETI – Galeão relata sua experiência enquanto trabalhador na estiva:

Eu trabalhava na estiva para ganhar um dinheirinho e comprar uma bermudinha, ia para a estiva para conseguir dinheiro, hoje não vou mais para a estiva, mas armo ratueira, (uma espécie de armadilha feita com Garrafa PET, um elástico e pedaço de arame para pegar gaiamum), primeiro eu armo a ratueira no mato para pegar os “bitrelo” que é os gaiamum grande, os outros eu cevo e vendo, ganho 15, 12 reais. Desse dinheiro eu dou algum pros meus pais. Eu sou mais ficar na estiva do que armar ratuera, porque no Porto agente não fica sozinho, a estiva cansa pouco, só que na ratuera, no mato é mais arriscado cobra, um bocado de bicho, se cortar; no mato eu fico sozinho. (Lucas Silva, 2011)

Não podemos negar que eles, juntamente com o seu trabalho são exemplos de luta pela sobrevivência, de força de vontade, determinação e esperança porque nutrem os desejos de transformações e encorajam até a própria família, pois “*pegar estiva é carregar uma feira para ajudar minha mãe*”, na tentativa de desestabilizar os pilares da falta de emprego ou da vida ociosa; porém não devemos esquecer-nos de ser criança de descobrir e redescobrir as inúmeras possibilidades de aprendizagem e diversão que o ambiente possa oferecer, por que “*ser criança aqui no Galeão é passear, tomar banho de maré, ir para a escola...*”.

Assim, entendo ser necessário abrir espaço para o resgate do saber brincar, pois suas práticas diárias de trabalho se confundem com a atividade lúdica e prazerosa que proporciona alegria espontânea e integração, tornando-se assim apenas mais um processo de isenção da infância.

O trabalho infantil é um empecilho ao desempenho escolar. Entretanto vejamos o que diz a criança trabalhadora de apenas 11 anos:

Eu venho para a estiva para ficar aqui brincando, carregar carrinho com mercadoria é uma brincadeira para ganhar dinheiro, eu ajudo minha mãe, não canso porque na estiva pega eu e pega meu colega, outra coisa que eu fazia era trabalhar no bar com minha mãe para ajudar ela. Aquele carro que eu trabalho foi minha mãe que mim deu no dia das crianças, ela perguntou o que eu queria e eu disse que queria um carrinho de mão, uma galiota. Agente estuda pela manhã, e à tarde agente fica aqui todo dia pegando estiva, para ajudar a mãe à comprar pão e alimentos, é um trabalho pesado, para homem forte, mas agente consegue fazer se eu não estivesse aqui eu estaria armando ratueira, mas aqui agente também ganha dinheiro. (José dos Anjos, 2011)

As crianças da estiva não se sentem constrangidas por estarem trabalhando, mas muitos fazem isso por necessidade financeira das famílias. O trabalho de estiva dos meninos do Porto do Galeão é um trabalho remunerado, mas não existe uma relação direta entre empregado-empregador, percebemos em suas falas que elas o fazem por conta própria, e de maneira informal, assim não havendo transferência a um patrão de parte do que ganham, ou produzem; em vista disso, não há exploração da mão de obra por parte de um empregador direto. Nada obstante, fatos como estes se arrastam até nossos tempos, tornando o terreno fértil, para que esses pequenos adultos enfrentem jornadas exaustivas de trabalho. Entretanto, pelo fato de não haver certa exploração, torna-se importante reconhecer que esses meninos estão mais vulneráveis à futura desvalorização de sua força de trabalho, não estando livre de cansaço físico, e acidentes de trabalho.

Foto 3: Estivador Mirim



Fonte: Solange Oliveira da Silva. Mostra o cotidiano de trabalho na estiva dos meninos na Ilha do Galeão, Cairu-BA.

A cena mostra uma criança empurrando o carrinho com mercadorias e outro menino carregando, outro carrinho de mão na cabeça. É um trabalho que requer o empenho de certa força física, não estando longe de acontecer acidentes.

As principais causas que levam à exploração, escravização, violência e acidentes infantis no trabalho são a pobreza e o desemprego dos pais que na maioria das vezes serve como justificativa para inocentar aqueles que empregam em busca de força de trabalho particular: ágil, barata, abundante, fácil de manipular em função da idade, da ilegalidade do trabalho. Junto a essa visão, existe o fato de que: muitas famílias consideram “algo maravilhoso”, ficando “por demais agradecidos” quando um de seus filhos, ou todos podem contribuir para o sustento próprio ou de toda a casa (OSOWSKI e MARTINI, 2002), mas questões como estas vão além da consciência de cada mãe ou pai, acredito ser uma questão de conscientização da sociedade como um todo, em reconhecer e aplicar as leis que circundam esta temática, por meio de políticas públicas mais efetivas e satisfatórias, pois percebe-se que, o “arcabouço jurídico” que disciplina o trabalho de criança infelizmente não é reconhecido socialmente, tão pouco respeitado.

Quando falamos em desempenho escolar, sabemos que a ajuda da família é circunstancial, visto que a assistência da família é de fundamental importância e indispensável, pois nem sempre os professores conseguem dar conta do ensino de todos (as). Mas quando nos referimos às crianças da Escola Rural do Galeão, sabemos que nem sempre esse auxílio é possível. Segundo José Carlos, 11 anos, aluno da 4^a série na escola Rural do Galeão no ano de 2007 afirma que é filho de pais separados, mora com o padrasto, sua mãe e cinco irmãos. Filho de mãe marisqueira ele afirma que *“Algumas vezes não posso ir à aula, porque tenho de cuidar dos meus irmãos, para que a minha mãe possa trabalhar e ajudar no sustento da família, mas minha mãe me ajuda nas atividades da escola quando tenho alguma dificuldade”*. (José Carlos, 2011). Quanto a sua professora, ele diz que ela é ótima e ensina bem, e que ele não tem muitas dificuldades, tanto que vai passar de série sem ficar na recuperação. Para José Carlos, seu futuro é ser policial, porque ganha bem e ele quer ajudar sua família; e por esse motivo procura faltar às aulas apenas quando esta doente.

Reconhecer as especificidades e os diferentes modos de vida de nossos educandos é fator determinante para evitarmos o fracasso e a evasão escolar em decorrência tanto do trabalho infantil quanto de outros fenômenos sociais, pois: Marcos Santos, 14 anos, 4^a série estudante da Escola Rural do Galeão no ano de 2007, relata que está atrasado na escola e que

perdeu dois anos por causa de brincadeiras. Seu pai é pescador “*coloca camboa*⁵⁹”, para pescar peixes e mariscos; sua mãe é marisqueira. Seu sonho é ser marinheiro, pois o mesmo acompanha seu tio durante as sextas-feiras, sábados e aos domingos, na embarcação fazendo cobrança dos passageiros além de conduzir o barco como ajudante.

Torna-se necessário reconhecer que a escola atual de acordo com (DEMO 2002, p.89-102) é “*coisa de pobre para pobre, sobretudo a escola publica*” consequentemente o que interessa é problematizar que nela “*lateja vibrantemente uma grande esperança*”, visando à autonomia das pessoas e junto com elas a independência da sociedade num saber pensar e intervir oferecendo oportunidades e respeito para que o conhecimento chegue nivelando por baixo. Analisando exatamente essa realidade atualmente percebemos que há tendências à desistência e frequência irregular na escola por motivos de trabalho, e vontade de ganhar dinheiro por parte de muitos meninos da comunidade.

Ronaldo de Jesus, ex-aluno, 12 anos, estudante desistente da escola rural do Galeão, afirma que trabalha na estiva, mas não tem o carrinho e esta juntando dinheiro para comprar um carro e carregar mais compras, pois no braço ele não aguenta carregar muita mercadoria, diz que o principal objetivo em estar trabalhando é comprar o seu próprio carro para carregar mais compras, e que gosta de fazer isso, pois com esse dinheiro pode comprar merenda e algumas vezes comprar comida e pão.

Para Ronaldo não importa a hora, pois pude perceber a presença dele durante a parte da manhã e tarde na estiva e o mesmo pode afirmar, “*Vem um barco de noite, seis horas* (dezoito horas), *agente vem pegar a feira dos outros, e ganha um trocadinho para comprar um pão, a comida. O nosso trabalho na estiva ajuda o povo aqui do Galeão.*” Na tentativa de obter uma resposta coerente, indaguei Ronaldo com relação à ele ter permanecido no porto durante a manhã e também à tarde, e ele se justifica dizendo que: “*hoje eu perdi a aula, não fui para a escola...*” A diretora da escola afirma que já ofereceu vários conselhos para ele, pois até para trabalhar na estiva é necessário saber ler e escrever, para entregar a mercadoria, o pacote, certo à pessoa certa, mas que Ronaldo, já é desistente e evadiu a escola neste ano letivo. Sabemos que esse argumento não convence o ex-aluno, pois se assim fosse o mesmo estaria na escola devido a impossibilidade de realizar o seu trabalho.

Os relatos apenas confirmam a realidade que cerca a comunidade da Ilha de Galeão. Diferente da impressão que se tem quando avistado ao longe, Galeão é mais uma das várias comunidades rurais de baixo nível social e econômico que existe na Região do Baixo Sul.

⁵⁹ Segundo um pescador da Ilha do Galeão, “*camboa é um cerco colocado no meio do mar onde o camarão entra e não consegue sair.*”, ou seja, utensílio de trabalho na pesca do camarão.

Sou marisqueira, cato siri, pesco, pesco peixe, robalo e todo tipo de peixe que pesca com linha de anzol. Aqui no Galeão o custo de vida é muito difícil e as crianças quando começam a crescer que pegam de nove anos para cima eles começam a trabalhar para ajudar suas pais, comprar sua merenda porque muitas vezes os pais não têm como oferecer à eles; então eles mesmo vão pegar estiva e muitos deles ganham para ajudam seus pais em casa. Se eles não tivessem trabalhando não é que as famílias estivessem passando mais dificuldade, mais é uma forma que eles têm de contribuir com seus pais, muitos deles ali, não tem pai, tem só a mãe, na estiva o que eles ganham ali, já compram um pão. Eles trabalham nos horários que os barcos chegam, se fossem meus filhos, eu não deixaria eles pegarem estiva, mas tá na consciência de cada mãe. Os meus foram criados aqui, trabalhavam, mas nunca pegaram estiva, porque eles nunca quiseram, eles ajudavam com as coisas em casa, mas pegar estiva, não isso porque eles nunca quis.

(Moradora da Ilha do Galeão, 53anos, 2011).

As escolas são as maiores vítimas da pobreza econômica da comunidade onde está inserida, do descaso, e algumas vezes da ignorância sobre a importância de se manter vida costeira, ou mesmo da vida rural. A diversidade local, a idiossincrasia do indivíduo da comunidade deve ser um dos eixos de propostas dos currículos de qualquer escola. Ao olhar para a realidade da escola e da comunidade que a rodeia é necessário propor atividades que façam sentido para os estudantes, isso certamente controla a evasão do alunado, o êxodo e melhora significativamente na qualidade do ensino tanto do aluno quanto da escola como um todo.

Indaguei alguns educadores para saber qual opinião e/ou visão que eles têm do PETI, se é um Programa realmente eficaz, que ajuda a melhorar o desempenho escolar evitando que a criança esteja trabalhando. Observei a seguinte resposta de um dos Educadores Sociais do PETI Galeão:

Para melhorar o desempenho escolar das crianças, aqui nos trabalhamos com jogos, algumas atividades escritas, perguntas orais, bate papo, conversas e as crianças tiram dúvidas e curiosidades fazendo perguntas. As crianças que não trabalham se direcionada aos estudos, com certeza têm um rendimento melhor do que aquelas que trabalham, as que trabalham consequentemente tem um rendimento menor. Acredito que o PETI, tem uma função muito importante nesse momento de educação, porque as crianças vão para a escola e os professores têm carga horária a cumprir e as horas que eles recebem municipais não dão para eles organizarem direito as aulas, o tempo de sala é curto com essas crianças e são muitas crianças por sala e as vezes não dá para fazer um acompanhamento direto com essas crianças, e o PETI, acaba conseguindo por ser um número menor de crianças por sala aqui no Galeão. (Educador Social do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, 2011).

Sabemos que através de jogos, desafios e soluções de problemas as crianças podem desenvolver suas habilidades ampliando a construção de conceitos, expressando melhor o que pensam e acreditam, pois os aspectos cognitivos e emocionais são inseparáveis nas crianças.

Porém é importante salientar que nem sempre é possível trabalhar com atividades práticas dentro da sala de aula, visto que este trabalho pode ser limitado quando a escola não possui recursos (espaço físico, materiais etc.), também quando não há apoio ao docente quanto a essas práticas.

O programa PETI, enquanto espaço de educação não-formal⁶⁰ visa extinguir as piores formas de trabalho infantil no nosso país. No Galeão não pode ser diferente devido à realidade vivida e exposta por acolher crianças na faixa etária dos 6 aos 15 anos, possibilitando o acesso e a permanência das mesmas na escola e na jornada ampliada; concedendo uma complementação de renda a “Bolsa Família do Governo Federal”, pois assim visa proporcionar apoio e orientação às famílias beneficiadas, buscando uma integração e inserção das mesmas no referido programa. Contudo, e com todas as divergências, sabemos que a implantação de Programas Políticos como o PETI centra-se seus esforços na educação, cultura, esporte e lazer, pois o objetivo maior é combater de maneira que possa minimizar o trabalho infantil, levando em consideração que todas as crianças e adolescentes estejam de forma permanente ingressos e reingressos na escola.

Conversando com a garota de 12 anos que é estudante do PETI e da Escola Rural, percebemos que a timidez foi o principal aspecto em sua fala, que quase não saía à boca; envergonhada ao relatar que além de ir ao PETI e a escola Rural do Galeão, nas horas vagas tem que trabalhar e, algumas vezes, faz por pedido dos pais: “*venho pro PETI porque eu gosto, aqui eu brinco, faço o dever, pinto, eu prefiro está aqui no PETI do que está em casa, quando eu estou em casa eu vou para a rua vender ostra, e o dinheiro que eu ganho dá para comprar comida, as vezes minha mãe que pede para eu ir vender ostra*”.

Sobre essa realidade podemos constatar que na Ilha de Galeão essa situação de competição entre escola e trabalho não é diferente, e por não ser uma área de forte fluxo turístico, percebemos que a pobreza torna-se um forte agravante social. Tal condição é percebida no que diz esta Moradora da comunidade do Galeão e mãe de educandos do PETI e da Escola Rural do Galeão:

Nem uma comida dentro de casa eu tenho, porque o dinheiro é pouco, agradeço muito a Deus em primeiro lugar, ao governo federal e ao prefeito porque se ele tirasse esse PETI daqui, muitas mães ia sofrer porque seus filhos não ia ter o que alimentar. As mães já sabe que quando procurar seus filhos sabe que estão no PETI, sabe que eles tem almoço, sabe que eles tem merenda, eles não falta nada, nem merenda, nem almoço, nem professor, até uma biblioteca aqui tem pra eles pesquisar, são livros velhos mais serve pra

⁶⁰ Entendida enquanto atividades organizadas, sistemática, educativa realizada fora do marco de uma instituição escolar oficial de ensino, sem um currículo pronto, nem havendo necessidades de aprovação e/ou reprovação dos educando.

eles pesquisar. Eu não sei o que seria de mim se não fosse o PETI, porque as minhas filhas agradeço muito a Deus por elas estarem aqui, porque o horário do almoço, dias mesmo não sei nem o que dar café pra eles. O meu marido é pescador de pescar siri, dias ele pega o siri, dias não pega, já pensou chegar no horário de meio dia e não ter o que comer. Já tem o PETI, eles almoçam, é um lugar para eles ficarem ao invés de está na rua e aqui tem tudo que eles querem, brincam no horário certo, tem tudo no horário certo. Pena que quando chegar no mês de dezembro, já vai encerrar aqui, pra mim já vai ser o motivo de eu mim virar mais ainda no siri, porque, tem que ter o café da manhã, tem o almoço, tem o café da noite como vai ser se eu num trabalhar, só o meu marido trabalha. Quem vai para o mangue tudo bem, mas eu que só posso mim vira com o siri. (Moradora da Ilha do Galeão e mãe de Estudante, 48 anos, 2011).

Percebemos que devido à pobreza e ao grau de carência econômica das famílias, as crianças da Ilha do Galeão estão sendo obrigadas a dividir parte do tempo entre escola e trabalho. Segundo relatos, de moradores locais:

O trabalho mais visível dos meninos aqui no Galeão, é que eles ficam pegando estiva, o pessoal vem de Valença para carregar a feira para levar nas casas, eles vão pro mato armar ratoeira para pegar guaiamu, vão com os pais pescar e não é muito, são mais essas coisas mesmo, às vezes eles vai na rua vender um geladinho, vender cocada. E na minha opinião de uma certa maneira, não é explorado, eles faz para ajudar os pais, não é um trabalho pesado para acabar eles não. (Moradora da Ilha do Galeão, 32 anos, 2011).

Mas é sabido que o desenvolvimento de atividades como estas acabam por comprometer o desempenho e assiduidade à escola, pois trabalho e educação são atividades rivais, tornando-se estruturas de reprodução da pobreza quando gera evasão:

De uma certa maneira pode prejudicar na escola e provocar cansaço sim, porque o tempo que eles tão fazendo esse trabalhando, eles podiam realmente tá em casa tomando a lição, o desempenho deles aqui na escola, a maioria dos meninos não é bom, justamente, não só pelo trabalho infantil mas porque muitos é desinteressado mesmo. Com relação ao trabalho pra mim não é muito puxado pra eles não, porque é um trabalho que eles faz em prol de ajudar os pais que necessita da ajuda deles. (Moradora da Ilha do Galeão, 32 anos, 2011).

As crianças que conseguem conciliar esta dupla jornada o fazem com bastante força de vontade e determinação, pois conforme a necessidade, algumas delas estão evadindo cada vez mais a escola em busca de trabalho no Cais do porto como forma de suprir a carência financeira que vive suas famílias. Auxiliar do PETI no Galeão e mãe de estudante da escola Rural do Galeão afirma:

Eu distribuo a merenda e a comida aqui no PETI; eles estarem aqui é uma maravilha, como se fosse um reforço pra eles, quando eles saem do colégio eles vêm almoçar ficam logo aqui para estudar, aprender mais um pouco né, no colégio eles já aprendem o bastante, e aqui é como se fosse um reforço eles vão fazer os deveres de casa, as tarefas daqui que os professores passa. O PETI não impede de eles estarem trabalhando na estiva nem armando

ratuera, eles vão para a estiva porque querem ter um trocado na mão, porque eles vão mais dia de sábado, é o dia que eles pegam mais estiva, não tem colégio e eles em vez de está na rua, muitos no tempo de está parado, eles vão pegar uma estiva porque já ajuda até o pão e o dinheiro que as mãe ganha no marisco não dá nem para sobreviver, muitas ganha o bolsa família e outras não, é uma forma de ajudar os pais. (Auxiliar de serviços gerais do PETI Galeão e mãe de aluno, 38 anos, 2011).

Realmente, conforme o observado em lócus, o PETI não impede essas crianças de estarem trabalhando na estiva, pois o número de crianças, os meninos era bem maior no Cais do Porto do que dentro das salas de aula do PETI, nas salas de aula do PETI tinha algumas poucas meninas. Logo podemos dizer que em relação ao sexo, o trabalho de estiva é desempenhado em sua maioria por crianças do sexo masculino. Ainda, é aos sábados que existe maior demanda pelos serviços de estiva, pois é durante esse dia da semana que as pessoas costumam ir até a cidade mais próxima Valença, pra fazer compras, pois conforme sabemos as feiras nessas localidades costumam ser em dias de sábado, movimentando o comércio da região. Conforme dito, o Educador Social do PETI reconhece que os seus educandos exercem atividades de trabalho, vejamos o que ele relata:

Sou educador do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e sei que algumas das crianças na minha turma exercem atividade fora do PETI, como por exemplo, ajudando a lavar roupa, prato, outras ajudam a catar siri que é uma atividade aqui da comunidade de pescadores. Elas dão uma ajuda aos pais, não é mesmo um trabalho, a faixa etária delas é de 9 a 14 anos. (Educador Social do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, 2011).

Mais uma vez vemos explicita a fala de que é apenas uma “ajuda” e não se trata de trabalho infantil, pois é esse o discurso que tem a maioria das pessoas em relação a este assunto. Ainda quando indagados sobre o conhecimento de alguma Lei ou Programa de combate à exploração infantil, o educador responde:

Conheço o Comissariado de Menores e o Conselho Tutelar que a função deles é fiscalizar se estas crianças estão ou não trabalhando, eu também exerço essa função de está fiscalizando, chamo os pais para conversar porque essas crianças não podem está trabalhando porque se não o rendimento escolar delas vão cair. Só que os pais falam que não é um trabalho, estão colocando as crianças apenas para aprender algumas funções, tanto que eles não colocam as crianças para poder trabalhar horas determinadas e sim alguns minutos, alguns momentos se precisarem. (Educador Social do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, 2011).

Sabemos que existem órgãos fiscalizadores do trabalho infantil, e como relata o educador do PETI que também se incumbe dessa função, mas nada impede que as crianças se dediquem ao empenho do trabalho, pois para muitas essa é a única forma de manter o sustento da família, e muitos são incentivados pelos próprios pais a estarem precocemente

desempenhando trabalho remunerado, pois o que importa na maioria das vezes é a fonte de renda.

No quarto capítulo trataremos sobre a questão do desempenho escolar e trabalho infantil, analisaremos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB, da escola Rodolfo Isauro Dantas da zona rural do Jequiriçá e escola Rural do Galeão, na ilha do Galeão, fazendo uma reflexão acerca dos fatores internos e externos à escola que influenciam na obtenção dos resultados das avaliações externas.

CAPÍTULO 4

DESEMPENHO ESCOLAR E O TRABALHO INFANTIL

4.1. Trabalho Infantil enquanto fator que influencia o desempenho escolar

Dentre os fatores que podem influenciar o desempenho escolar estão os fatores internos e externos à escola. Quanto aos fatores internos podemos destacar a estrutura da instituição e os recursos educacionais disponíveis como, por exemplo, presença de bibliotecas, laboratórios, o uso de tecnologias, qualificação dos profissionais, motivação do professor, metodologias de ensino adequadas de forma a favorecer a aprendizagem.

Também dentre os fatores internos “*(...) importam, de modo significativo, o modelo de gestão e direção da escola, o projeto pedagógico e, finalmente, os outros recursos físicos, humanos e pedagógicos existentes*”. (SOARES, (2004) apud GUARÁ, (2009, p. 69)). Já os fatores externos que podem influenciar no desempenho escolar são, por exemplo, ambiente familiar, e comunidade local; esses fatores “*incluem indicadores da escolaridade dos pais e da população adulta na comunidade, indicadores da distribuição da renda na comunidade, indicadores da qualificação e remuneração dos professores (...)*”. (BARROS; MENDONÇA, 2000, p. 27).

Também, podemos perceber que:

[...] o desempenho de alunos pode, então, ser compreendido como função de três grupos de fatores: a origem familiar e as variáveis individuais de cada aluno; o contexto socioeconômico da escola; e as práticas e insumos pedagógicos da mesma. (SOARES, 2002, p. 386).

Dentre os fatores externos que influenciam o desempenho escolar, o que mais nos interessa neste estudo está associado contexto social, cultural e econômico das comunidades, devido ao modo de produção capitalista crescente e sustentado pelo trabalho de crianças, haja vista que o custo da força de trabalho de uma criança é inferior a de um adulto, assim a lucratividade é maior, uma vez que o capitalista reduz o custo do produto e ganha na competitividade ao reduzir o preço dos seus produtos, também uma criança pode trabalhar a mesma proporção ou mais que um adulto, assim, podemos dizer que as razões atuais de utilização da força de trabalho da criança continua sendo as mesmas da época da revolução industrial, acumulação do capital. Segundo SILVA, (1999):

[...] o trabalho de crianças e adolescentes continua sendo amplamente utilizado pelo capital, principalmente nos países em desenvolvimento; com raríssimas exceções encontramos na cadeia produtiva um produto que não tenha essa mão-de-obra. (SILVA, 1999, p.4).

Ainda, conforme SILVA, (1999), sabemos que a questão do trabalho infantil é muito abrangente e a maioria dos produtos produzidos tanto na indústria quanto no comércio encontram presente o trabalho de crianças em situação irregular.

Além da indústria e do comércio, podemos destacar os fatores externos limitantes do desempenho escolar que por sua vez estão ligados à formação familiar, na medida em que os pais retiram os filhos mais velhos da escola para que possam cuidar e tomar conta dos filhos mais novos, influindo na frequência escolar dos mesmos, pois assim economizam, por não poderem pagar a alguém, nem terem condições de colocá-los numa escola particular de tempo integral, desta forma os pais podem trabalhar. Porém, as crianças que são reiradas da escola para cumprirem tais tarefas são extremamente prejudicadas no seu desenvolvimento.

Também há os pais que de forma inadequada e inapropriada levam seus filhos para o seu ambiente de trabalho. Desta forma, percebemos que o trabalho infantil é comumente desempenhado por crianças que acompanham os pais nas ruas e em galpões ao catarem materiais reciclados, esses por sua vez ajudam na separação e seleção dos materiais, como por exemplo, os plásticos.

Os filhos de Sílvia a acompanhavam na rotina de separação dos plásticos. As três mais velhas permaneciam no galpão apenas por meio período, estando o restante do dia numa escola estadual. Hoje em dia, a mais velha já estuda à noite e trabalha com o pai, também na ASMARE. Os dois pequenos permaneciam com a mãe durante todo o dia. Passei então a encontrá-los no galpão. Foram alguns encontros e logo as meninas entraram em férias. Os dois pequenos passaram dois meses sem acompanhar a mãe, permanecendo em casa com as duas irmãs (de 10 e 12 anos). Para a mãe, é preferível que fiquem por lá, pois reconhece os riscos de estarem no galpão. Doenças decorrentes da insalubridade do local, baixa produtividade no trabalho e risco de acidentes com carrinhos, caminhões, facas e vidros são as consequências de não se ter outra alternativa para o cuidado das crianças. (ALTERTHUM, 2005, p. 27).

Beatriz Graveli de Sousa Barbosa, Marisa Ribeiro Teixeira Duarte e Adriana Cancela Duarte, (2012) afirmam que a renda familiar é de extrema importância para o acesso e permanência da criança no sistema educacional, intervindo no desenvolvimento cognitivo, na saúde e higiene.

Igualmente a alimentação interfere decisivamente no desempenho escolar, pois crianças com uma dieta equilibrada possuem maiores chances de sucesso quanto ao esforço físico e mental. Sabemos que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI oferece

as crianças alimentação diária, visando assim melhorar o desempenho escolar por meio da nutrição, com isso, também, ajuda na renda familiar quando diminui os gastos com alimentação das crianças em suas residências.

Existem outros fatores externos, além dos que já relatados que igualmente influem na questão do desempenho escolar como, por exemplo, as demandas refentes à habitação, onde famílias que por sua vez não possuem casa própria, tendem a ter gastos com aluguel de casa, assim consequentemente investem menos na educação dos filhos. Outra questão refere-se às políticas de educação infantil, na medida em que sua oferta interfere no desempenho escolar,

A educação infantil (que compreende as etapas da creche e pré-escola) traz benefícios pedagógicos e neurológicos, que afetam diretamente o desenvolvimento da criança, além de econômicos e sociais, que interferem na vida futura dela. A “Provinha Brasil” e estudos e pesquisas realizadas pela Fundação Carlos Chagas e por instituições americanas mostram, ainda, que a variável “frequência à pré-escola” foi a que apresentou maior impacto sobre as notas obtidas pelas crianças brasileiras nas avaliações de linguagem e matemática. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2016).

Desta forma, os estímulos e desenvolvimento oferecido nas primeiras fases da vida contribuem para a obtenção de bons resultados nos anos escolares subsequentes. Uma vez que a criança que frequenta a educação infantil tem benefícios quanto à autonomia, desenvolvimento cognitivo e afetivo.

O trabalho infantil utilizado pelo capital ganha maiores proporções quando as empresas terceirizadas subcontratam famílias, que possam produzir em casa assim tendo a ajuda de todos, em geral essas famílias são de ex-operários demitidos que passam a fornecer os serviços. Também, o trabalho das crianças se articula com grandes grupos internacionais, por meio da terceirização como é o caso da indústria de calçados em Franca - São Paulo,

No caso do trabalho infantil disseminado no município de Franca, onde toda a família se envolve na fabricação de calçados, o menino e a menina são inseridos de uma forma ou de outra dentro do processo produtivo. A criança, desde de muito cedo, colabora costurando ou colando pares de sapato que a mãe recebe do intermediário, da fábrica ou das associações de costureiras de calçados, trabalhando durante horas no próprio ambiente doméstico. Além disso, crianças e adolescentes também trabalham nas bancas de pesponto, em ambientes insalubres, ganhando salários baixos, realizando tarefas denominadas “serviços de mesa” – colar, dobrar e aparar as peças de couro que vão compõr o sapato. (SARTORI, 2006, p. 260-261)

Além da indústria em Franca, também encontramos os vestígios do trabalho infantil nas indústrias automobilística e siderúrgica. Conforme afirma SILVA, (1999), as indústrias se beneficiam por meio do consumo de carvão, das carvoarias que utilizam a mão de obra das crianças, em atividades com grande proporção de perigo.

As grandes empresas de cigarro também se beneficiam do trabalho de crianças, pois é comum que na fumicultura haja a incorporação de toda a família no trabalho com o fumo.

No Paraná, especialmente na região dos Campos Gerais, a fumicultura é uma atividade praticada por toda a família; calcula-se que, só no município de Palmeira, mais de duas mil crianças trabalham com fumo, em que a mão de obra infantil é utilizada desde os cinco anos de idade, dela se beneficiam as grandes empresas de cigarros como a Souza Cruz e outras multinacionais. (SILVA, 1999, p. 6).

Nesse sentido, a distribuição da renda influência decisivamente nos indicadores de qualidade da educação.

Conforme Singer, (2015) essas crianças trabalhadoras são filhos de um “*novo proletariado, o subproletariado*⁶¹”, famílias que para educar e sustentar seus filhos dependem e muito de programas do governo como o Bolsa Família.

Há três indícios, todos eles apenas presumíveis, de que o subproletariado continua a englobar parcela expressiva da população brasileira. O primeiro é a quantidade de pessoas que ainda depende do Bolsa Família. A melhora na qualidade de vida propiciada pelas políticas do lulismo não tira, por si só, a pessoa da condição subproletária. Pode representar um alívio na pobreza, mas sem superá-la. O governo Dilma decidiu colocar como limite, para identificar a pobreza extrema, R\$ 70 per capita por mês. O que significa que, do ponto de vista oficial, qualquer pessoa que receber um pouco mais de R\$ 2,30 por dia saiu da pobreza extrema. Com o programa Brasil Carinhoso, Dilma promoveu uma expansão do valor do auxílio e da cobertura do Bolsa Família (BF). Com isso, a partir de março de 2013 o governo garante que todos os beneficiários do BF recebem no mínimo R\$ 70 per capita por mês, ficando, portanto, acima da pobreza extrema. A própria dimensão e a importância que o BF alcançou mostra o tamanho da camada que vive com baixíssima renda no Brasil. Ao completar dez anos, em setembro de 2013, o BF atendia cerca de 50 milhões de pessoas. Trata-se de um quarto da população brasileira⁵, que vive com uma renda aquém daquela que permitiria a reprodução de sua força de trabalho em condições "normais". (SINGER, 2015, p. 8).

Essas famílias subproletariadas na maioria das vezes não possuem casa própria, moram de aluguel e têm grandes dificuldades para conseguirem alimentação regular, não dispõe de acesso aos planos de saúde, nem rede de água, esgoto, energia elétrica e nem de coleta de lixo. Ainda, a maioria das crianças filhas de subproletariados apresentam dificuldades no convívio familiar, refletindo negativamente no desempenho escolar:

⁶¹Subproletários são aqueles que "oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais". O subproletariado encontra-se no centro da equação eleitoral brasileira, e seu coração está no Nordeste. Não somente porque nessa região empobrecida, que é a segunda mais populosa do país, habitam boa parte dos subproletários, mas também porque dela irradiam aqueles que buscam oportunidade no centro capitalista, o Sudeste. Nucleado no Nordeste, onde conta com elementos biográficos, mas estendendo-se para o conjunto do país, o lulismo, segundo indicam os dados eleitorais de 2006, pode ter fincado raízes duradouras no subproletariado brasileiro. (SINGER, 2009).

A criança que cresce em meio a tantas dificuldades passa a preencher a lacuna deixada pelo pai desde cedo para contribuir com o sustento do núcleo familiar. O excesso de responsabilidades que recai sobre essa criança/adolescente representa uma sobrecarga em seu aparelho psíquico, aliada à ausência de cognição (em geral abandona-se os estudos para trabalhar) ou, em determinadas situações, a transposição de fases necessárias à construção da identidade e da personalidade do indivíduo. O ambiente na favela é altamente propício a seduzir o indivíduo a enveredar-se pelo caminho da marginalidade. A possibilidade de ganhos com relativa "facilidade" é tentadora. Desde cedo, algumas crianças são utilizadas pelos traficantes como vigias em pontos estratégicos da favela, ou então transportando drogas. (AMORIM, 1999, p. 3).

Crianças que abandonam a sua infância para tornarem-se mantenedoras de suas famílias, na chamada classe subproletariada, enfrentam dificuldades e diversidades de todo tipo que limitam suas possibilidades de brincar e serem educadas no sentido de manterem a frequência escolar e apresentando bom rendimento quanto ao nível de leitura e escrita.

Em nosso caso o trabalho infantil é um fator externo à escola, que pode influenciar decisivamente o processo de aprendizagem ao criar restrições no desenvolvimento educacional de meninos e meninas.

No âmbito da educação, as crianças e adolescentes que trabalham, em geral, apresentam dificuldades no desempenho escolar, o que leva muitas vezes ao abandono dos estudos. Isso acontece porque eles costumam chegar à escola já muito cansados, não conseguindo assimilar os conhecimentos passados para desenvolver as suas habilidades e competências. É o que mostra os números do estudo "Trabalho Infantil e Adolescente: impacto econômico e os desafios para a inserção de jovens no mercado de trabalho no Cone Sul", realizado pela Tendências Consultoria, apoiada pela Fundação Telefônica. No caso de jornadas de 36 horas semanais, a evasão escolar pode chegar a 40%. Já a queda no rendimento, para a mesma carga de trabalho, varia de 10% a 15%, dependendo da série. Alunos da 8ª série do ensino fundamental que trabalham quatro horas por dia têm queda de cerca de 4% no desempenho em Português e Matemática, se comparados aos que não trabalham. Ou seja, para as crianças que continuam na escola, quanto mais tempo ela trabalha, menores são suas notas. Isso não só faz com que fiquem desestimuladas, como compromete a entrada no mercado de trabalho futuramente, uma vez que ela não terá o rendimento necessário suficiente para quebrar esse ciclo vicioso.⁶²

Existe evidências de que o desempenho ou rendimento escolar no Brasil é fraco, baixo, sobretudo nas áreas rurais do país, onde meninos e meninas são obrigados a contribuir desde cedo no sustento da família, desta forma *"o trabalho infantil afeta tanto os rendimentos futuros, na vida adulta, quanto o grau de escolaridade obtido."* (PEREIRA, 2002, p.3). De acordo com Custódio, (2007),

⁶² Site da Fundação Telefônica-Brasil. Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho-infantil/impactos-e-consequencias/> Acesso em: 02 de fev. 2018.

As principais causas do trabalho precoce envolvem as condições econômicas das famílias, mas também fatores de ordem cultural que legitimam a exploração pelo suposto caráter moralizador do trabalho. A ausência de políticas públicas de atendimento também consiste em um forte componente de reforço na integração de crianças e adolescentes no mundo do trabalho. (CUSTÓDIO, 2007, p.5).

Assim, entendemos que o trabalho infantil tem provocado fracasso escolar, na medida em que também acarreta certa evasão, pois segundo Pereira, (2002, p.14) “*(...) essa evasão tem, entre outras causas, a falta de condições econômicas da família em manter a criança na escola, já que o trabalho dos filhos garantiria um pouco mais de sobrevivência familiar*”. Portanto podemos afirmar que na falta de condições econômicas da família, deverá haver um esforço maior para garantir a qualidade do ensino em regiões empobrecidas que utilizam o trabalho infantil, pois:

Averigua-se assim, que o trabalho e estudo não se toleram facilmente, são divergentes, pois a ocorrência do trabalho precoce concorre com o período necessário de freqüência escolar, assim, ambos raramente podem coexistir; possivelmente os estudos serão postergados, incidindo assim no surgimento do trabalho infantil, mal que retira das crianças e adolescentes o direito de estudar, afeta a saúde física e mental, impedindo que surjam oportunidades que façam elas romper a pobreza, que presenciam no cotidiano. (LIMA, 2013, p.8).

Segundo esse argumento, os alunos entram na escola, mas são prejudicados, pois o trabalho concorre com o tempo da escola, assim as crianças de famílias com condições de pobreza são obrigadas a desprezar os estudos em virtude das necessidades de sobrevivência, perpetuando-se o ciclo da pobreza. Torres, (2010) salienta que:

O trabalho precoce é prejudicial a qualquer jovem, sendo responsável por diversas consequências como: baixa escolaridade, fracasso e evasão escolar, falta de perspectivas futuras devido à baixa qualificação e dificuldades de aprendizagem. (TORRES, 2010, p. 48).

Desta forma entendemos que o trabalho para as crianças é maléfico, enquanto fator determinante do desempenho educacional. Partindo de tal premissa podemos identificar o peso do contexto socioeconômico da escola sobre os resultados das avaliações tanto internas como externas nas varias regiões do país onde os estudos decaem, pois:

Fatores com baixa qualidade das escolas, ou o fraco incentivo dos pais à educação dos filhos, a pequena renda familiar, a restrição de crédito para as famílias de baixa renda, o incentivo de maiores salários no mercado de trabalho que priorizem a experiência as condições de aplicação das leis de combate ao trabalho infantil, choques e instabilidade econômicas, tudo isso aumenta a probabilidade de uma criança ingressar no mercado de trabalho e passar a dividir seu tempo entre estudo e trabalho. (BEZERRA, 2006, p. 26-27).

As estatísticas têm mostrado que as crianças que trabalham possuem menor desempenho e rendimento escolar inferior ao daqueles que só estudam, pois consequentemente o trabalho tem propiciado menor frequência e maior atraso por ano de escolaridade. Para Kassouf, (2002),

O trabalho infantil tem sido criticado e combatido em todo o mundo. A grande crítica refere-se à exploração das crianças que são sujeitas a trabalhar em atividades perigosas e em condições inadequadas, o que leva à perda da infância e reduz a oportunidade de uma boa educação. Trabalho e escolaridade não são variáveis mutuamente exclusivas, pois muitas crianças trabalham e estudam. Entretanto, crianças trabalhadoras, mesmo sendo capazes de estudar, podem ter o tempo de estudo reduzido, prejudicando o aprendizado, e aumentando a repetência e a desistência. (KASSOUF, 2002, p. 01).

Conforme Kassouf, (2002), as crianças podem ter maior ou menor incentivo para estudar dependendo da situação de escolaridade e idade que os pais iniciaram o trabalho. Haja vista que quanto mais desfavorecida financeiramente maiores são as possibilidades de a criança adentrar ao mercado de trabalho precocemente, ocasionando repetências e desistências, já as famílias com níveis mais elevados de renda e de instrução tendem a incentivar os filhos aos estudos, reduzindo assim a entrada precoce ao mercado de trabalho e consequentemente tendo índices de desempenho educacional mais elevado, se comparado com as crianças que trabalham. Pois,

O trabalho ocupa o tempo e dificulta o convívio com seus pares, o repouso, o lazer, vivências lúdicas. Ao limitar ou impedir o direito de brincar e a manifestação do lúdico, a jornada de trabalho interfere em pontos essenciais para o desenvolvimento do afeto e da afetividade, tão importantes para o bom relacionamento na família, na comunidade e desenvolvimento cognitivo de crianças e adolescentes. (LACORTE, 2012, p.21)

Sabemos ainda de acordo com Mynaio-Gomez e Meirelles, (1997, p.139) que devido ao trabalho existe restrições quanto ao desenvolvimento intelectual das crianças, pois as atividades laborais impedem o tempo que as crianças têm para brincar, dificultando o desenvolvimento do raciocínio e criatividade. Também o cansaço provocado pelo trabalho prejudica as habilidades de atenção o que provoca baixo interesse pelas atividades escolares, comprometendo o rendimento escolar adequado.

4.2. Avaliações e o desempenho escolar

O processo de ensino aprendizagem, juntamente com uma série de questões interna e externas à escola, resulta no que chamamos de desempenho escolar que por sua vez está

interligado aos processos avaliativos, desta forma o desempenho escolar pode ser positivo e/ou negativo, o que denominamos sucesso ou fracasso escolar, dificuldades de aprendizado dentre outros termos. E para aferirmos a questão do desempenho necessitamos reconhecer a realidade dos alunos. Quando associamos o termo desempenho escolar ao trabalho infantil, sabemos que existem malefícios quanto à aprendizagem, e na forma de se relacionar dessas crianças que em muitos casos abandonam a escola, a distorção idade-série/ano e repetências é muito comum entre as crianças que fazem parte desse grupo. Quando falamos sobre desempenho escolar de crianças que trabalham, comumente associamos ao termo fracasso escolar. De acordo com Magda Pozzobon, Fénita Mahendra e Angela Helena Marin, (2017), devemos ter atenção quanto:

[...] à possibilidade de o termo fracasso escolar conduzir à exclusão social, uma vez que abala moralmente o indivíduo a quem o termo é atribuído. De forma semelhante, [...] a associação desse termo com indicativos de exclusão escolar e social, frisando que a escola tem se orientado equivocadamente através de uma ótica da progressão *versus* exclusão, sem considerar as individualidades. Outros autores também sinalizam que a utilização do termo está a serviço da manutenção da desigualdade social, na qual a escola se posiciona como transmissora de conhecimentos, assegurando a submissão às ideologias dominantes, retirando de si a responsabilidade do fracasso e repassando ao sujeito a condição de fracassado e excluído. (PEZZOBON; MAHENDRA; MARIN, 2017, p. 388).

Contudo, sabemos que o fracasso na escola nem sempre significa insucesso na vida, nem em tudo que se faz. Todavia é evidente que a família influencia o desempenho escolar dos filhos, logo, fracasso escolar é um conjunto de fatores ligados à escola, família e sociedade.

Muitas vezes quando falamos em desempenho escolar, o que vem em mente é Avaliação Educacional, assim com o objetivo de contribuir com essa questão, este estudo busca identificar um fator relacionado à escola que influencia no desempenho dos estudantes, o trabalho infantil.

Por desempenho escolar entendemos a verificação da aprendizagem por meio de avaliações, seja elas internas e/ou externas, quando existe a aferição por meio de testes padronizados de leitura e escrita. Logo o desempenho escolar é uma variante que classifica a escola e/ou aluno por serem eficiente e ineficiente; superior e inferior em termos de qualidade de ensino aprendizagem.

Assim, pode-se dizer que o desempenho escolar é determinado por diversos fatores e depende do que o aluno traz consigo, bem como daquilo que a escola oferece em termos de ensino, de instalações e de ambiente. Caso se queira pesquisar a complexidade de fatores relacionados ao desempenho escolar, é preciso utilizar instrumentos de modelagem, que envolvam um nível comparável de complexidade. No entanto, mesmo dispondo desses instrumentos, dificilmente se chegará a descrições totalmente fidedignas da realidade (ANDRADE; LAROS, 2017, p. 34).

Os fatores determinantes do desempenho escolar são bastante complexos, mas o trabalho infantil permite-nos explicar questões como número de repetência e evasão, também esclarece sobre o baixo rendimento das crianças da Ilha do Galeão e da zona rural do Jequiriçá em avaliações externas ou em larga escala. A obtenção desses dados é algo difícil nas escolas relatadas, visto que o Inep, por meio da Portaria nº 69, de 05 maio de 2005, em seu Capítulo I, Artigo 2º, institui os objetivos específicos da Prova Brasil:

I – aplicar a avaliação nas escolas públicas, localizadas em zona urbana, que possuam, pelo menos, 30 alunos matriculados em cada uma das séries avaliadas;

II – a aplicação nas escolas definidas no inciso I irá ocorrer nas turmas de 4^a e 8^a séries do ensino fundamental regular de oito anos e nas turmas de 5^º e 9^º ano em escolas que estejam organizadas no regime de nove anos para o ensino fundamental;

III – serão aplicados testes de Língua Portuguesa com foco nas competências e habilidades de leitura definidas na Matriz de Especificações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica;

IV – oportunizar informações sistemáticas sobre as unidades escolares. Tais informações serão úteis para os gestores da rede a qual pertençam as escolas avaliadas". (BRASIL, 2005).

Desta forma percebemos que nem sempre as escolas dessas localidades formam turmas para a amostragem nas provas do governo como é o caso do 5º ano, e às vezes quando formam turmas não atingem o percentual determinado de alunos requerido para realizar tal averiguação, não sendo possível determinar as medias com um quantitativo baixo, ou inexistente de alunos nos anos citados.

As avaliações externas ou em larga escala são elaboradas por pessoas externas à escola, desta forma é concebida como:

[...] um dos principais instrumentos utilizados pelo governo para a implantação e elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino, fazendo com que escola e comunidade alterem suas ações e redirecionem o seu método de trabalho. (PINTO; VIANA, 2015, p.3).

Essas avaliações têm por objetivo propiciar uma percepção ampliada da realidade, contribuindo de forma diagnóstica sobre a situação da educação brasileira.

Essas avaliações informam sobre os resultados educacionais de escolas e redes de ensino a partir do desempenho dos alunos em testes ou provas padronizadas que verificam se estes aprenderam o que deveriam ter aprendido, permitindo inferências sobre o trabalho educativo das escolas e redes de ensino. (BLASIS; FALSARELLA; ALAVARSE, 2013, p. 12).

Dentre esses testes e provas padronizadas está a Prova Brasil⁶³, que começou a ser aplicada em todas as escolas públicas do Brasil, a partir do ano de 2007. A Prova Brasil oferece subsídios que norteiam as diversas políticas públicas e programas de intervenção educacional e visa a melhoria da qualidade do ensino público, também oferece informações que influenciam o desempenho dos alunos ao analisar por meio de questionários a realidade socioeconômica e cultural da comunidade escolar. As médias de desempenho da Prova Brasil do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica- SAEB também auxiliam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB,

O SAEB, inicialmente, não permitia uma visão clara da realidade de cada rede e menos ainda de cada escola que a integra. A Prova Brasil deu nitidez à radiografia da qualidade da educação básica. A percepção que se tinha anteriormente era de que nenhuma escola ou rede pública garantia o direito – um clichê injusto imposto à educação básica pública como um todo. A Prova Brasil revelou que isso não era verdade. Confirmou, sim, a existência de enormes desigualdades regionais, muitas vezes no interior do mesmo sistema. Mas, ao mesmo tempo, revelou boas práticas de escolas e redes de ensino que resultam em aprendizagem satisfatória. (BRASIL, 2007, p. 20).

O IDEB utiliza uma escala de 0 a 10 e seus resultados permitem planejar metas e ações em prol da qualidade da educação. “*Os dados obtidos através da aplicação dessas avaliações são repassados aos governantes pelo MEC, e esses por sua vez trabalham no intuito de sanar possíveis falhas que estejam afetando os alunos no seu convívio social.*” (PINTO; VIANA, 2015, p. 4).

Sabemos que o trabalho infantil enquanto fator extraescolar influencia na qualidade da educação e consequentemente acaba afetando os resultados dessas avaliações, assim uma das ações do governo para sanar o baixo desempenho é a instituição de programas como o PETI. Uma vez que:

A qualidade da educação envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que

⁶³A Prova Brasil é uma avaliação em larga escala aplicada aos alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, nas redes estaduais, municipais e federais.

interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos. (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 205).

Nesse sentido, a avaliação deve antes de tudo levar o educando a refletir sobre a realidade e transformar essa reflexão em ação, em conhecimento interativo contribuindo para a qualidade do aprendizado e permitindo o acesso de todos ao ensino, porém, isso nem sempre ocorre, pois o que vemos na maioria das vezes é o destaque de aspectos quantitativos do desempenho.

É importante reconhecer que a avaliação externa não termina com a divulgação dos resultados das provas e indicadores. Ela continua à medida que envolve a sociedade, escolas, comunidades e poder público nos debates sobre esses resultados e, a partir disso, abrindo caminho tanto para adensar e dialogar com as avaliações internas realizadas no âmbito das escolas (do projeto pedagógico e da ação educativa), quanto no âmbito das secretarias de educação (das diretrizes da política educacional). (BLASIS; FALSARELLA; ALAVARSE, 2013, p.39).

A leitura dos dados dessas avaliações diz respeito a todos, pois se trata de uma tarefa coletiva que se estende não somente aos professores de português e matemática, mas engloba todos os docentes e também a comunidade escolar como um todo, pais e alunos que têm o direito de entender e compreender os resultados obtidos nessas avaliações tornando-os assim cada vez mais comprometidos com o ensino-aprendizagem; de forma que possam também se envolver na tarefa de combater o trabalho infantil visto que este é um agravante do desempenho escolar.

Desta forma entendemos que o professor que avalia constantemente a ação educativa, no sentido indagativo, investigativo do termo, não é aquele que busca verdades absolutas pré-moldadas e terminais; a avaliação deve antes de tudo levar o educando e a sociedade a refletir sobre a realidade e transformar essa reflexão em ação, em conhecimento interativo.

1.3.1. Análise dos índices IDEB das escolas pesquisadas

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB⁶⁴ busca medir a qualidade

⁶⁴ O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb> Acesso em: 15 de jun. 2017.

do aprendizado no país e estabelece metas a serem atingidas por escolas e regiões. Por meio dessas medias acontece o monitoramento da qualidade do ensino.

Para que pais e responsáveis acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o Ideb da instituição, que é apresentado numa escala de zero a dez. Da mesma forma, gestores acompanham o trabalho das secretarias municipais e estaduais pela melhoria da educação. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, s/d).

O indicador da qualidade da educação Ideb, foi criado com o intuito de orientar o planejamento de políticas educacionais no país, norteia também o financiamento da educação.

Conhecendo as metodologias da formulação do Ideb, sabemos que o aumento no número de aprovação nas escolas colabora para a melhoria da media do Ideb, mas o que dizer dessas medias em escolas nas regiões do país onde existe a promoção automática e os professores são definitivamente obrigados à não reprovarem os alunos, mesmo estes não tendo condições de prosseguir para o ano subsequente? Ainda há as escolas que treinam constantemente os alunos com simulados elaborados a partir das Matrizes de referência das provas do Ideb, pois: “*Uma forte tendência é utilizar as Provas Brasil de anos anteriores e aplicá-las em sala de aula até mesmo como instrumento de avaliação das aprendizagens dos alunos durante o ano letivo.*” (SZATKOSKI, 2014, p. 57).

Ainda segundo a autora:

A Prova Brasil apresenta uma Matriz de Referência que direta ou indiretamente faz com que os professores se subordinem e trabalhem com seus alunos os conteúdos estabelecidos por essa Matriz, sem a devida reflexão sobre os conteúdos propostos, os dados da avaliação e as características específicas de cada contexto escolar. Esse movimento desqualifica o trabalho do professor. (SZATKOSKI, 2014, p. 27).

Em consonância com Luckesi, (2006), esse tipo de avaliação tem uma função classificatória que não contribui para a qualidade do aprendizado nem permite o acesso de todos ao ensino, refere-se sempre a padrões científicos ou culturais que são socialmente aceitáveis e desejáveis por escolas e professores, destacando-se na maioria das vezes os aspectos quantitativos de desempenho.

As normas governamentais que regem a forma de avaliar as crianças são afetadas por vários fatores e por isso devem-se relativizar seu poder procurando minimizar os seus efeitos na produção do fracasso escolar. E estas acabam por contribuir para a visibilidade das

desigualdades, expressas pelas condições de vida, recursos disponíveis e baixos salários pagos aos professores, uma vez que:

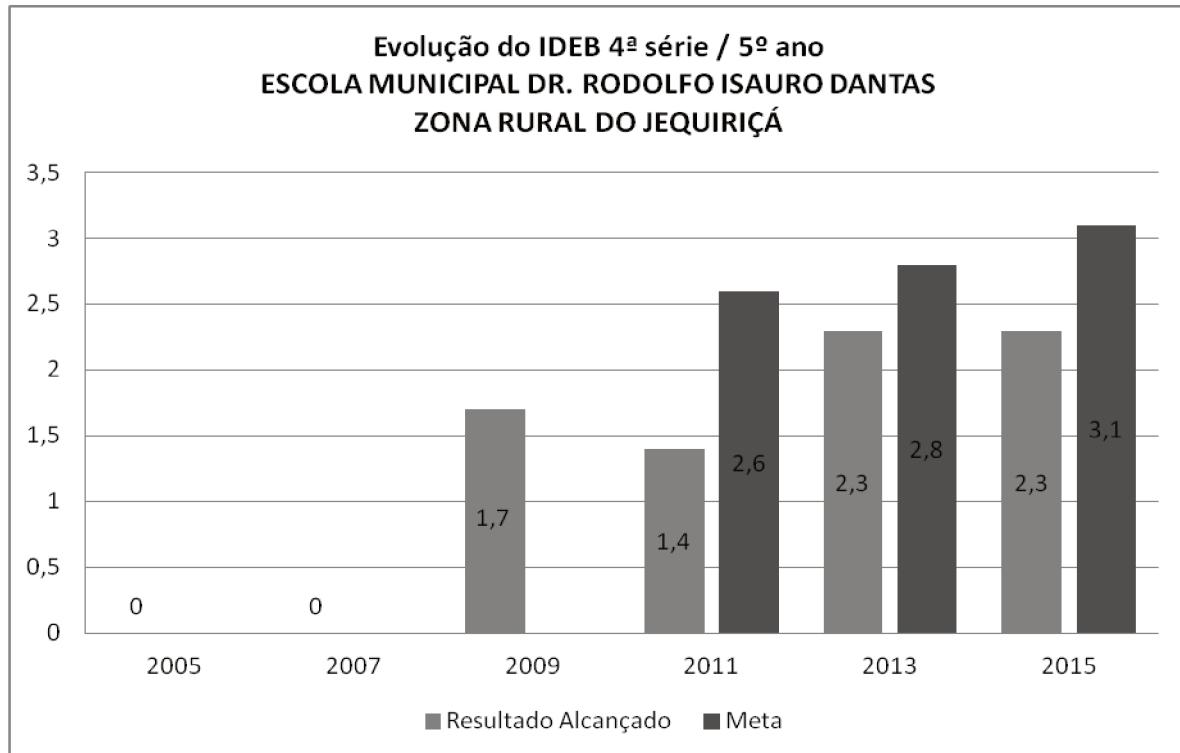
[...] a fixação de metas em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb –, mediante consulta a banco de dados e visitas de inspeção, conduzirá evidentemente ao acompanhamento contínuo do processo escolar, não sendo possível antever em detalhes o seu formato, embora fique patente a importância atribuída às condições escolares, tanto materiais como pedagógicas. Ora, condições materiais dependem, certamente, das condições socioeconômicas de onde estão localizadas as unidades escolares, ou seja, primordialmente elas dependem de fatores extra-escolares. As condições pedagógicas, se bem também se relacionem com o contexto social, remetem, por sua vez, a complexo aparato de formação docente – inicial e continuada –, acompanhamento e crítica da prática pedagógica, mas, sobretudo, à valorização da atividade docente consubstanciada em remuneração condizente e condições de trabalho adequadas – número de alunos por turma, jornada de trabalho, material didático disponível, incentivo ao intercâmbio, entre outros aspectos. (WEBER, 2008, p. 312).

Consideramos a pobreza expressa por meio da obtenção de benefícios do Programa Bolsa Família, que atende a maioria dos alunos das escolas Dr. Rodolfo Isauro Dantas da zona rural do Jequiriçá e Rural do Galeão, na ilha do Galeão, percebemos que essa inferioridade tem contribuído negativamente na obtenção das metas para um desempenho escolar satisfatório.

Conforme Andrade e Laros, (2007, p. 34), *"no processo avaliativo também se deve considerar que o desempenho dos avaliados precisa ser contextualizado. Isto é relevante uma vez que as desigualdades sociais têm implicações diretas sobre a educação"*. Igualmente Perrenoud, (1990) explica através de Bourdieu, que cada criança possui consigo diversos tipos de saberes e aprendizagens individuais. Quando a subjetividade das crianças é desconsiderada, a instituição escolar acaba transformando desigualdades de aprendizagem em desigualdade escolar, afirmando também as desigualdades culturais. Perrenoud enfatiza a questão da *"fabricação da excelência escolar"* que seria a reunião de normas na qual a avaliação constituiria ocupar a posição de fiscal da aprendizagem de tais normas. Os alunos que tivessem maior aproximação com essas normas obtinham êxito nas avaliações e, aprendendo assim, a se comparar com os outros alunos. Perrenoud usa o termo *"fabricação"* para indicar o poder que as organizações políticas têm de impor suas regras e modos de encarar a realidade com se fossem a única a ser aceitável.

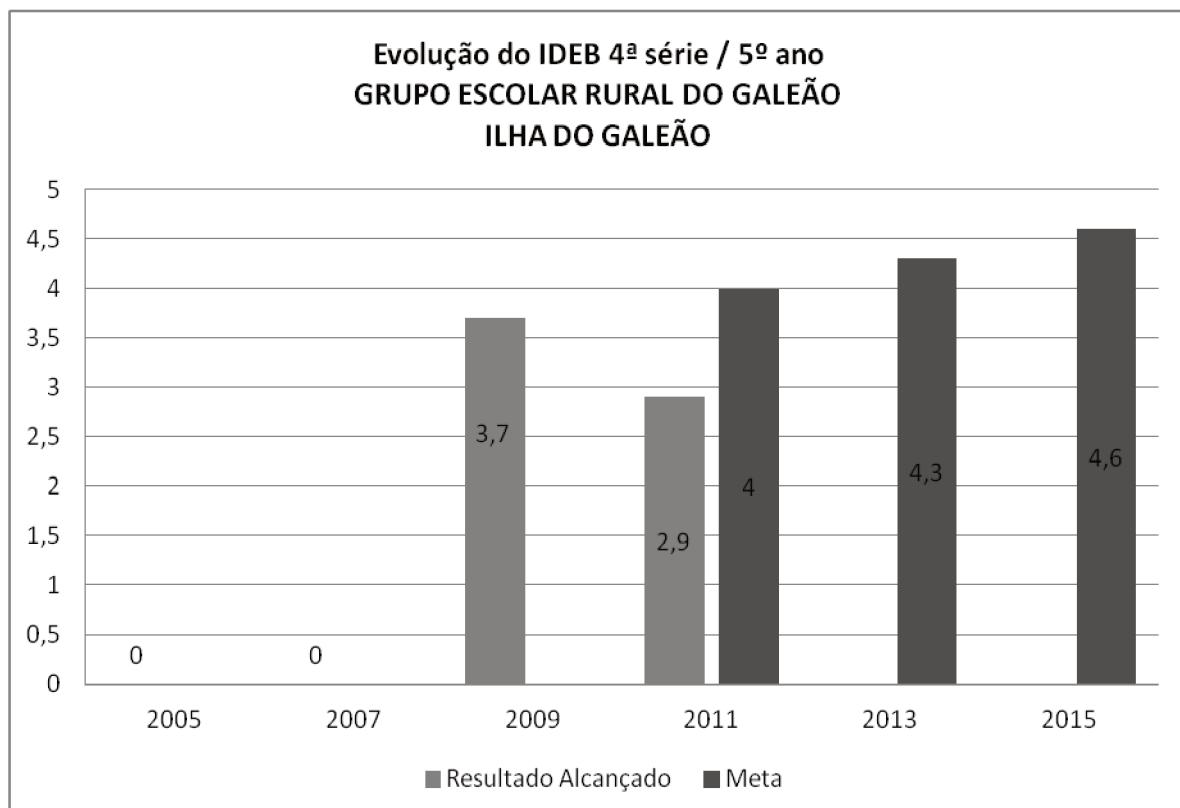
Desta forma, utilizando os dados do IDEB das escolas estudadas entre os anos de 2007 a 2015 obtidos nos sites do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, podemos ver o desempenho das escolas estudadas. (Figura 3 e 4).

Figura: 3. Gráfico de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.



Fonte: INEP, elaboração feita pela autora.

Figura 4. Gráfico de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.



Fonte: INEP, elaboração feita pela autora.

Os resultados na barra em cinza claro mostra o resultado alcançado pela escola no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB, já a barra em cinza escuro mostra as metas que as escolas deveriam alcançar nos respectivos anos. Os anos de 2005 e 2007 não constam nos dados pesquisados para ambas as escolas, uma vez que conforme informações o IDEB foi criado em 2007, estabelecido para avaliar a qualidade do aprendizado nacional e constituir metas para o melhoramento do ensino.

Quando tomamos os dados da escola Dr. Rodolfo Isauro Dantas da zona rural do Jequiriçá, percebemos que houve um decréscimo de 0,3 entre os anos de 2009 para o ano de 2011; e um acréscimo de 0,9 entre os anos de 2011 para o ano de 2013; já com relação ao ano de 2013 para o ano de 2015 as medias se mantiveram constantes.

Os dados da escola Rural do Galeão, na ilha do Galeão constam apenas informações referentes ao ano de 2009 e 2011, num índice que decresce em 0,8 no ano de 2009 não havia uma meta estabelecida; para o ano de 2013 nada consta, uma causa provável é que não tenha formado turma de quinto ano na escola em 2013, já com relação ao ano de 2015 sabemos que a escola também se encontra sem média, pois não participou ou não atendeu aos requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

As avaliações de desempenho atualmente são os maiores indicadores da qualidade da educação, entretanto:

A grande associação do Ideb com as médias de nível socioeconômico das escolas e dos municípios mostra que esse indicador reflete de forma muito clara condições não educacionais. O resultado chama atenção para o fato de que o uso do Ideb como única medida de qualidade do sistema educacional privilegia os municípios e escolas com alunos de melhor nível socioeconômico. Isso implicitamente sinaliza na direção da seleção e, portanto, da exclusão. (SOARES; ALVES, 2013, p. 514).

Mas esses índices muitas vezes são obtidos através de formas não equânimes nos modos de preparação para os exames de avaliação, haja vista que em alguns estados brasileiros os professores recebem uma bonificação (programa de bonificação por resultados), por seus alunos atingirem a meta estabelecida nas avaliações externas, desta forma as políticas meritocráticas ganham espaço no campo da educação. De acordo com Liliane Cecília de Miranda Barbosa, Lívia Fraga Vieira, (2013):

A divulgação dos resultados vem acarretando no município algumas consequências que podem ser consideradas como nefastas à educação. Uma destas consequências é a comparação e o ranking das escolas. [...] essa prática tem gerado sentimentos de incapacidade ou de fracasso e não leva em conta que cada escola tem uma realidade diferente ano a ano. A cobrança e a

comparação parecem ser práticas comuns nas escolas municipais. (BARBOSA; VIEIRA, 2013, 424).

Ainda, as escolas que não atingem a meta acabam por perder recursos federais, a ponto de fecharem as portas e demitirem seus professores. Por esse motivo existem as fraudes nessas avaliações.

No Brasil, há relato de escolas que tiram determinados alunos da sala de aula no dia da avaliação, esses ficam como alunos ausentes para realizar a avaliação, mas na verdade eles estão ocupados com outras atividades fora da classe, desta forma impedidos de realizar a prova. Certos professores fazem isso justamente por saberem que determinados alunos não dominam as capacidades e habilidades requeridas para um bom desempenho nas avaliações do governo e podem rebaixar a média da escola.

Com relação aos impactos do Programa Bolsa Família sobre a evasão escolar e desempenho escolar podemos afirmar que:

No entanto, o impacto do Bolsa Família na taxa de evasão escolar ainda é pequeno. [...] o Bolsa Família representou uma diminuição de 0,5 pontos percentuais nas taxas de evasão escolar nos primeiros quatro anos do ensino fundamental e de 0,4 pontos percentuais nos últimos quatro anos. Os autores argumentam que o efeito do programa sobre a evasão escolar de crianças das famílias beneficiárias seria até três vezes maior do que o impacto global observado, uma vez que apenas um terço das crianças brasileiras são atendidas pelo programa. Ainda assim, o Bolsa Família teria um impacto pequeno sobre a taxa de evasão escolar: de 1,5 pontos percentuais para a 4^a série e de 1,2 para a 8^a série. Isto sugere que os municípios não estariam fiscalizando o cumprimento das condicionalidades do programa, como requer o governo federal. O Bolsa Família tem sido considerado altamente eficaz na redução da pobreza e da desigualdade, alcançando resultados expressivos principalmente na região Nordeste [...]. No entanto, mesmo se uma melhoria na fiscalização do programa provocasse uma queda significativa nas taxas de evasão escolar, não se pode esperar um impacto semelhante no desempenho escolar medido por provas padronizadas, uma vez que tais programas não afetam as condições culturais associadas à pobreza, em especial a baixa escolaridade dos pais de alunos. (ANDREWS; VRIES, 2012, p. 842).

Através destes dados, percebemos que os impactos do Bolsa Família em relação a evasão escolar é pequeno, mas sabemos que sem os recursos desse Programa o número de evasão seria maior, pois atualmente muitas famílias receosas pela possibilidade de perda e/ou de bloqueio do benefício têm tido maior preocupação com relação a frequência escolar das crianças.

Podemos observar que nenhuma das escolas alcançou as metas estabelecidas para os respectivos anos da avaliação. E que fatores como as características do município e da região onde a escola está instalada, condições de infraestrutura, o perfil socioeconômico dos

estudantes, características da gestão e da organização da escola contribuem para esses resultados. Corroborando Júlio Bernardes, (2009) afirma:

“Quando a mãe possui ensino primário, o desempenho do filho é 3 pontos superior do que quando ela não possui estudo, e essa melhora se amplia conforme a formação das mães se estende ao ensino médio e superior”. Alunos que declararam trabalhar fora pontuam até 12 pontos a menos em escolas particulares, contra 7 pontos a menos nas públicas. (BERNARDES, 2009, p.1)

Em relação às escolas apresentadas acima, sabemos que entre esses diversos fatores que contribuem para o rebaixamento das médias, está o trabalho infantil visto em “*lócus*”, identificado enquanto característica que tem papel principal na determinação do desempenho educacional. Esse elemento amplia a compreensão sobre os resultados, reconhecendo que o que está fora da escola adentra as salas de aula numa relação de interdependência social e cultural. Igualmente entendemos que os alunos que trabalham e os que não trabalham têm participação importante em seu próprio desempenho.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens socioeducativas que apresentamos, proporcionaram a chance de pesquisar e investigar uma dada realidade e apresentar reflexões acerca do tema estudado. Apesar dos limites que nos envolve, esperamos ter contribuído para uma reflexão sobre o efetivo processo de combate ao trabalho infantil, pois consideramos um mau para qualquer sociedade democrática, na medida em que compromete as possibilidades de desenvolvimento de uma Educação do Campo de qualidade.

Essa temática é por demais interessante e contribui para uma melhor orientação na busca de diversas ações pedagógicas, dentre elas: levar a conhecimento da sociedade educativa inúmeros debates e reflexões acerca do descomedimento do trabalho infantil, para que possamos buscar meios de evitar a falta de frequência à escola, impedindo que estas crianças tenham um futuro comprometido de forma irreversível, porque quanto mais nos informamos sobre o acesso, permanência e sucesso destas crianças constatamos que em nossa Região “Baixo Sul” é expressivo o número de crianças que perdem a alegria de brincar, o prazer de estudar, assim diminuindo suas chances de terem sucesso na vida profissional.

A solução para um sistema que carece de privilegiar a realidade do campo, baseia-se em uma visão pedagógica contemporânea preocupada com a superação da teoria “tradicional”, pois ajudará o professor a pensar como o aluno pensa e porque ele pensa. De acordo com FREIRE, (1986) é através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos que podemos agir criticamente para transformar a realidade do campo, questionando e sendo questionados, aprendendo a aprender, sabendo pensar, sendo críticos analíticos na formação de sujeitos autônomos, numa perspectiva de valorização indenitária como facilitadora da aprendizagem; pois cultura e identidade são aspectos indissociáveis influenciados pela socialização, principalmente quando pensamos a socialização em meio às classes multisseriadas no campo.

Nesse sentido, a prática pedagógica e didática eficaz da interdisciplinaridade envolve a contextualização do conhecimento evocando fatos da vida pessoal, social e cultural com temas que devem ser facilmente desenvolvidos visando à veiculação da realidade local e rural, traduzindo preocupações de todos da comunidade no dia-a-dia, deste modo envolvendo a criança, a família, a escola, a natureza, o mundo geográfico enfim, um universo de coisas que podem ser socializadas adequando uma leitura do mundo e desenvolvendo o aprendizado e respeito a cultura dos educandos, das crianças e adolescentes.

Seguindo a prática de Educação do/no Campo, faz-se necessário que os profissionais da escola sejam capazes de oferecer oportunidades educacionais que afirmem a identidade cultural dos educandos, visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica nas Escolas do Campo Perecer Nº 36/2001, propõe a adequação da escola à vida em contextos com moradia em fazendas, ranchos, sítios, etc.

Quando as especificidades curriculares não são adequadas à realidade da vida no campo e ao cotidiano rural ocorrem evasão e prejuízo no desempenho dos educandos.

Qualquer proposta pedagógica, seja no campo, seja na cidade, deve ser organizada de acordo com a LDB e com as diretrizes operacionais, mas diretamente relacionada à realidade local. E como forma de arraigarmos as práticas com a realidade rural devemos também ter em mente algumas noções sobre a Pedagogia da Alternância, devido à necessidade de uma educação escolar que atenda às peculiaridades psicossociais dos adolescentes e que também propicie, além da profissionalização em atividades agrícolas, círculos para o incremento social e econômico da sua região, conforme (TRINDADE; TEIXEIRA; BERNARTT, 2008).

Para que desta forma possamos transformar os espaços do campo em lugares dinâmicos de possibilidade, ampliando as relações entre educação e cultura, de forma harmônica com a identidade do campo, pois as normas das escolas que regem a forma de educar as crianças são afetadas por vários fatores e por isso necessitam de relativizar seu poder procurando minimizar os seus efeitos na produção do “fracasso escolar”.

Buscando contribuir para diminuir as desigualdades, carece-nos procurar deixar manifestas as normas e que estas se façam por meio de discussões de todos da instituição, sendo formados pelo coletivo, contribuindo para a melhoria das escolas rurais. Haja vista que algumas professoras também afirmam que na escola do Campo ocorre a divulgação dos novos conhecimentos de forma interativa e com a participação das famílias em busca de melhor aprendizagem das crianças. Espera-se com essa atitude a formação de uma consciência crítica das famílias quanto a sua responsabilidade pela frequência, aprendizagem e inserção cultural dos educandos.

Durante nossa pesquisa, percebemos que existe uma preocupação com o avanço dos educandos, se ele conseguiu outras habilidades, como foi sua aprendizagem global, aspectos que ajudam a melhorar o desempenho escolar das crianças que infelizmente, têm necessidades de trabalhar.

Destarte, percebemos a necessidade que os futuros profissionais em educação têm em fundamentar sua formação ao estabelecer analogias teórico-práticas, na tentativa de desenvolver novas habilidades de compreensão crítica, construtiva e pedagógica,

desencadeando novas motivações para transformar a nós mesmos, o meio em que vivemos e atuamos, principalmente quando este é o ambiente rural, pois de acordo com Arroyo, (2000, p. 46), precisamos colocar a educação do campo no lugar “*(...) onde sempre deve ser colocada, na luta pelos direitos. (...) como direito ao saber, direito ao conhecimento, direito à cultura produzida socialmente*”*,* quando refletimos sobre os problemas, os dilemas e as perspectiva político-pedagógicas que envolvem educandos e educadores no chão da educação no campo.

REFERÊNCIAS:

AGNOL, M. M. D. Trabalho de Crianças e Adolescentes e Problemas Emocionais e/ou de Comportamento. Tese (Doutorado em Epidemiologia) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011. Disponível em: <http://www.epidemio.ufpel.org.br/uploads/teses/Tese%20Marine1%20final%202011%205nov%20W3.pdf>. Acesso em: 05 de abr. 2017.

ALMEIDA, P. N. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo, SP: Loyola, 1995.

ALTERTHUM, C. C. O Encontro com Crianças Filhas de Catadores de Papel: sinalizações para uma creche e uma pesquisa com a “nossa cara”. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Belo Horizonte-MG, 2005. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/HJPB-6ALMPT/o_encontro_com_crian_as_filhas_de_catadores_de_papel.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 de jan. 2018.

AMORIM, D. D. O Adoecimento Psíquico do Subproletariado e suas Implicações nas Relações Familiares. Oficina (Belo Horizonte), v. 6, p. 53-58, 1999. Disponível em: http://douglasamorim.com.br/sis/web/arquivos/7261c23054b918630bebc51f303e7d14b217415f_o-adoecimento-psiquico-do-subproletariado-e-suas-implicacoes-nas-relacoes-familiares.pdf. Acesso em: 01 de fev. 2018.

ANDRADE, J. M.; LAROS, J. A. Fatores associados ao desempenho escolar: estudo multinível com dados do SAEB/2001. Psicologia: Teoria e Pesquisa (UnB Impresso), v. 23, p. 33-41, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n1/a05v23n1.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2018.

ANDREWS, C. W.; VRIES, M. S. Pobreza e municipalização da educação: análise dos resultados do IDEB (2005-2009). Cad. Pesqui., Dez 2012, vol.42, no.147, p.826-847. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000300010&lang=pt. Acesso em: 05 de fev. 2018.

ANTUNIASSI, M. H. R. Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ARENHART, D. Infância, educação e MST: Quando as crianças ocupam a cena. Chapecó: Argos, 2007.

ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. Trad. Dora Flaksman. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ARROYO, M. G. CALDART, R. S. MOLINA, M. C.(Org.). Por uma educação do campo. 4. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ARROYO, M. G. FERNANDES, B. M. A educação básica e o movimento social do campo. Editoração eletrônica: Zenaide. Disponível em:

<http://educampoparaense.eform.net.br/site/media/biblioteca/pdf/Colecao%20Vol.2.pdf> Acesso em: 18 de out. 2011.

BARBOSA, B. G. S.; DUARTE, M. R. T.; DUARTE, A. M. C. Efeitos de um programa de educação infantil em famílias de catadores de papel de Belo Horizonte. Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 20, p. 283-303, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362012000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 31 de jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362012000200004>

BARBOSA, L. C. M.; VIEIRA, L. F. Avaliações Externas estaduais: Possíveis Implicações para o Trabalho Docente. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 409-433, ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/16615/12466>. Acesso em: 05 de fev. 2017.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Uma análise dos determinantes do desempenho educacional no Brasil. Brasília – Projeto Nordeste, 2000. (Série Estudos, n. 8). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000557.pdf>. Acesso em: 27 de mai. 2017.

BECKER, F. O que é o construtivismo? Ideias, n. 20. São Paulo: FDE, 1994. p. 87-93. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_20_p087-093_c.pdf. Acesso em: 27 de abr. 2017.

BERNARDES, J. Condição familiar é fator preponderante no desempenho escolar. Agência USP de Notícias, 2009. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/?p=5933>. Acesso em 05 de fev. 2018.

BEZERRA, M. E. G. O trabalho infantil afeta o desempenho escolar no Brasil? Dissertação (Mestrado em Ciências) Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-09052006-161508/pt-br.php> Acesso em 07 de mai. 2017. 10.11606/D.11.2006.ted-09052006-161508

BLASIS E.; FALSARELLA A. M.; ALAVARSE O. M. Avaliação e Aprendizagem: Avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino. Coordenação Eloisa de Blasis, Patricia Mota Guedes. – São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013, 48p.

BOBBIO, N. A Era dos Direitos. 4º Reimpressão, Tradução de Carlos Nelson.

BRANDÃO, C. R. O Que é Educação. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. Coutinho, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf> Acesso em: 27 de abr. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.** Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, DF, MEC, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf> Acesso em: 02 de jul. 2017.

_____. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais.** Brasília, MEC/SECAD, 2006.

_____. Portaria nº 69, de 04 de maio de 2005. Institui a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC como um dos processos de avaliação que passam a integrar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 13, n. 85, 5 maio. 2005.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família. Brasília, 2005.** Disponível em: www.mds.gov.br Acesso em 30 de mar. 2017.

_____. Presidência da República. **Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família,** 2004.

_____. Presidência da República. **Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família,** 2004.

_____. **Medida provisória n. 132 de 20 de outubro de 2003,** 2003. Cria o Bolsa Família, 2003.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio.** Brasil: Ministério da Educação, 2002.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** (CNE. Resolução CNE/ CEB 1/2002. Diário Oficial da União. Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1. p. 32).

_____. **PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI.** Manual de Orientações. Brasília: Seas, 2002.

_____. **Diretrizes Operacionais para Educação do Campo,** Resolução do CNE de 03/04/2002.

_____. **Diretrizes para a Formação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.** 4 ed. _ Brasília: Conanda, 2002. Co-edição com o MJ/ SEDH/DCA. 68 p.

_____. Diretrizes para a Formação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. 4 ed. _ Brasília: Conanda, 2002. Co-edição com o MJ/ SEDH/DCA. 68 p.

_____. **Lei nº 9.394/ 1996, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASÍLIA. TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: Questões e Políticas. 1998. Disponível em: <http://www.fnpeti.org.br/arquivos/biblioteca/4adec93e0585071ff7cf3a6c6a6a3415.pdf> Acesso em: 08 de jan. 2008.

CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma Análise de Percurso. Revista Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/include/mostrarpdf.cfm?Num=235> Acesso em: 01 de mar. 2011.

CAMPOS, M. S. (Org.). Trabalho Infantil, Desafio à Sociedade: Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Período 1996-97. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: Secretaria de Estado de Assistência Social/MPA.

CARVALHO, I. M. M. Algumas Lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a07v18n4.pdf> Acesso em: 17 de abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000400007>

_____. **O Trabalho Infantil no Brasil Contemporâneo.** Caderno Crh, Salvador, v. 21, n. 54, p.551-569, set/dez, 2008. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000300010&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 de mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000300010>

CAVALIERI, C. H. O Impacto do Trabalho Infantil sobre o Desempenho Escolar: Uma Avaliação para o Brasil Metropolitano. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4649/1200201508.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 21 de mai. 2017.

CAVALLEIRO, E. S. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

COHN, C. Antropologia da Criança. Rio de Janeiro, 2005. Ed. Zahar. 2ª Edição.

COMÊNIO, J. A. Didática Magna – Tratado da Arte Universal de Ensinar tudo a todos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Educação do campo: diretrizes operacionais. Brasília-DF: CONTAG; MDA, s/d.

CPT (Comissão da Pastoral da Terra - CNBB). **Violência contra menores no campo vai além do Trabalho Infantil.** Disponível em: <http://www.rebidia.org.br/noticias/direito/1cc96.html> - 15k . Acesso em: 03 de jan. 2008.

CUNHA, N. H. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar.** São Paulo: Matese, 1994.

CUSTÓDIO, A. V.; SOUZA, I. F. **Conselhos Tutelares como Agentes de Erradicação do Trabalho Precoce.** 2007, Revista Direitos Fundamentais & Democracia. Disponível em <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/65/64>. Acesso em: 06 de fev. 2018.

DAL RI, M. N. VIEITEZ, C. G. **A educação do movimento dos sem-terra.** In: Revista Brasileira de Educação. Nº 26, p. 44-56, Maio/Jun/Jul/Ago 2004.

DEMO, P. **De Que Escola Estamos Falando?** Revista de Educação CEAP, Salvador., v. 10, n 36 mar./mai., p. 89-102, 2002.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios.** Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores), 1978.

EGAMI, C. Y. ET AL. **Panorama das Políticas Públicas do Transporte Escolar Rural. Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes – CEFTRU.** Universidade de Brasília – UNB Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília (DF). Disponível em: <http://docplayer.com.br/14590590-Panorama-das-politicas-publicas-do-transporte-escolar-rural.html> Acesso em: 23 de abr. 2017.

EMERSON, P.; SOUZA, A. **Is Child Labor Harmful ? The Impact of Working Earlier in Life on Adults Earnings.** Sept., 2007 (IZA Discussion Paper 3027).

FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Práticas Interdisciplinares na Escola.** São Paulo: Cortez, 1993.

FERRI, C. **Classes Multisseriadas: Que Espaço Escolar é Esse?** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 1994. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Dissertacao%20Cassia%20Ferri.pdf> Acesso em: 23 de abr. 2017.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia – O cotidiano do professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e educação: ensaios/Paulo Freire.** 5. Ed. Editora Afiliada - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. (Orgs.). **A experiência do Trabalho e a Educação Básica.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GADOTTI, M. **Educação e poder.** São Paulo. Cortez, 1985.

_____. **Trabalho e Educação numa Perspectiva Emancipatória.** II FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Democratização, emancipação e sustentabilidade Florianópolis, 2012. Disponível em: http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/Documents/Pol%C3%ADticas%20Educacionais/Sup erintend%C3%A7%C3%A3o%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o/II%20F%C3%BDrum%20Mun dial%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Tecnol%C3%BDgica%202012/0530_debate_4 _moacir_gadotti.pdf Acesso em: 16 de mai. 2017.

_____. **Interdisciplinaridade: atitude e método.** São Paulo: Instituto Paulo Freire. Disponível em: www.paulofreire.org Acesso em: 22 de abr. 2017.

GANDIN, A. B. **Metodologia de Projetos na Sala de Aula. Relatos de uma Experiência.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social: atuação e desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais.** 2ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Movimentos sociais e educação.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, G.B.B. **Nucleação das escolas rurais.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <http://www.gestrado.net.br/pdf/149.pdf> Acesso em: 29 de abr. 2017

GUARÁ, Isa Maria F. R. **Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola.** Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 65-81, abr. 2009. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2221/2188>. Acesso em: 26 de mai. 2017

KAERCHER, N. A. **Ler e escrever a geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço.** In: SCHÄFFER, N. O. et al. Ensinar e Aprender Geografia. Porto Alegre: AGB Seção Porto Alegre, 1998.

KASSOUF, A. L. **O Que Conhecemos sobre o Trabalho Infantil.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v17n2/v17n2a05.pdf>. Acesso em: 01 de mar. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512007000200005>

_____. **O efeito do trabalho infantil para os rendimentos dos jovens, controlando o background familiar.** Comunicação apresentada no Encontro da Associação Brasileira de 125 Estudos Populacionais, 8, 2002, Ouro Preto - MG. Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/br/documents/texto/o-efeito-do-trabalho-infantil-para-os-rendimentos-dos-jovens-controlando-o-background-da-familia-a-artigo-apresentado-no-xiii-encontro-nacional-de-estudos-populacionais-2002.aspx>. Acesso em 04 de jun. 2017.

LACORTE, L. E. C. **Erradicação do Trabalho Infantil na produção de joias e bijuterias em Limeira-SP: Uma construção de Políticas Públicas em rede Intersetorial.** Dissertação (Mestrado em Ciências). Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-10092012-162500/pt-br.php> Acesso em 02 de jul. 2017. [10.11606/D.6.2012.tde-10092012-162500](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-10092012-162500)

LEIS, H. R. **Sobre o Conceito de Interdisciplinaridade.** Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Nº 73, 2005 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/2176/4455> Acesso em 21 de mai. 2017.

LIMA, S. A. O. **A Evasão Escolar Decorrente do Trabalho Infantil.** Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Sandro-Antonio-de-Oliveira-Lima-FUMDES.2013.pdf> Acesso em: 27 de mai. 2017.

LORENZI, G. W. **Uma Breve história dos direitos da crianças e do adolescente no Brasil.** Disponível em: <http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/70d9fa8f-1d6c-4d8d-bb69-37d17278024b/Default.aspx> . Acesso em 28 de mar. 2017.

LUCKESI, C. C. **Entrevista à revista Nova Escola**, nº 191, abril 2006.

MARTINS, A. **A Proteção Constitucional ao Trabalho de Crianças e Adolescentes.** São Paulo: LTr, 2002.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política.** 6^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino.** São Paulo, SP: Moraes, 1992.

_____. **Manifesto do Partido Comunista.** 9^a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MATTOS, M. C. C. M. **A Diversidade Cultural Presente nos Estoques Informacionais das Escolas Públicas de Santa Catarina: um estudo sobre a implementação da Lei Federal nº 10.639/03.** Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2009.

MENEZES- FILHO, N. **Os Determinantes do Desempenho Escolar do Brasil.** Instituto Futuro Brasil, Ibmez-SP e FEA-USP. Disponível em: http://www.eg.fjp.mg.gov.br/seminarioiv/download/menezes_filho.pdf Acesso em: 19 de mar. 2008.

MÉSZÁROS, I. (2005). **Educação para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo. Disponível em: www.madres.org.univupppm. Acesso em: 19 de jan. 2010.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social:** teoria, método, e criatividade / Sueli Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (Org.) _ Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO-GOMEZ, C.; MEIRELLES, Z. V. **Crianças e Adolescentes Trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336>>. Acesso em: 03 de fev. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Reflexões sobre o trabalho infantil no campo -** 14/12/2006 Fonte: Área Técnica de Saúde do Trabalhador. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=28444. Acesso em: 03 de jan. 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ - MPPR. **Educação Infantil 2016 - Benefícios da Educação Infantil.** Disponível em: <http://www.mppr.mp.br/pagina-6419.html> . Acesso em 31 de jan. 2018.

MORAN, J. M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias.** 2013. Disponível em: http://www.pucrs.br/famat/viali/tic_literatura/artigos/tics/Ensino%20e%20aprendizagem%20inovadores%20com%20tecnologias.pdf. Acesso em: 24 jul. 2012.

MORTON, G. D. **Acesso à Permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano.** Revista Política e Trabalho, n. 38, 2013, p. 43-46.

NASCIMENTO, C, T; BRANCHER, R,V; OLIVEIRA, V, F. **A Construção Social do Conceito de Infância:** algumas interlocuções históricas e sociológicas. Disponível em:<<http://www.ufsm.br/gepeis/infancias.pdf>. Acesso em 16 de jul. 2016.

NOVAES, M. H. **Psicologia do Ensino Aprendizagem.** São Paulo: Atlas, 1977.

ONO, I. B. **O Impacto do Trabalho Infantil no Desempenho Escolar.** Dissertação (Mestrado Economia Aplicada) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba-SP, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-30042015-160037/pt-br.php> Acesso em: 17 de abr. 2017. 10.11606/D.11.2015.tde-30042015-160037

ORRICO, E. G. D. **Interdisciplinaridade: Ciência da informação e lingüística.** In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade. Brasília: IBICT, 1999.

OSOWSKI, C.; MARTINI, J. G. **Trabalhadores infanto-juvenis de escolas de primeiro grau; contribuindo para repensar o currículo.** ANPEd, GT Trabalho e Educação. In: ANPEd 25 anos, CD-ROM histórico, 2002. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/trabalhadores_infanto_juvenis.asp?f_id_artigo=255 Acesso em: 08 de jan. 2008.

PEREIRA, C. A.; NEUDORF, L. A. S. P. **Trabalho Infantil e Evasão Escolar.** Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Universidade do Contestado-UNC, Canoinhas-SC, 2002.

PERRENOUD, P. **La formation équilibrée des élèves, chimère ou changement du troisième type ?, C.O.** Informations (Genève), novembre, n° 8, pp. 16-41, 1990.

PETI. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.** Disponível em: <http://www.andi.org.br/tid/arquivos/pol/PETI.doc>. Acesso em: 14 jun. 2008.

PINTO, R. A.; VIANA, M. C. V. **As Avaliações Externas e a Escola: Possibilidades e Desafios para a Sala de Aula.** In: VII EMEM-Encontro Mineiro de Educação Matemática, 2015, São João Del Rei. Práticas Educativas e de Pesquisa em Educação Matemática. São João Del Rei: UFSJ, 2015. v. único. p. 1-10. Disponível em: <http://www.ufjf.br/emem/files/2015/10/AS-AVALIA%C3%87%C3%95ES-EXTERNAS-E-A-ESCOLA-POSSIBILIDADES-E-DESAFIOS-PARA-A-SALA-DE-AULA.pdf> Acesso em: 13 de jun. 2017.

PIRES, F. F. **A Casa Sertaneja e o Programa Bolsa-Família: Questões para Pesquisa.** Política & Trabalho, n. 27, 2009, p. 1-15. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6808/4243>> Acesso em: 30 de mar. 2017

POZZOBON, M.; MAHENDRA, F.; MARIN, A. H. **Renomeando o Fracasso Escolar.** Psicologia Escolar e Educacional L (Impresso), v. 21, p. 387-396, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000300387&lang=pt#aff1. Acesso em: 02 de fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/02131120>

QUINTANEIRO, T. BARBOSA, M. L. O. OLIVEIRA, M. G. **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** 2. ed. ver. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RAMOS, A. R. N. e NASCIMENTO, A. D. **Trabalho Infantil na Área Rural da Região Sisaleira do Estado da Bahia: “criança cidadã”: Município Riachão do Jacuípe.** Salvador: UFBA/FFCH/CRH, 1997. 74p.

RECK, J. (Org.). **Novas Perspectivas para Educação do Campo em Mato Grosso. Contextos: (RE) significando a aprendizagem e a vida.** Seduc, MT, 2007.

REUSCH, P. T.; WEIMER, D. R. M. **O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Direito à Educação: Garantia de Cidadania para as Crianças.** In: XII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade, 2015, Santa Cruz do Sul. Anais do XII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/download/.../2369> Acesso em: 28 de mar. 2017.

Revista Criança do Professor de Educação Infantil. **Educação no Campo.** Ministério da educação, nº 45, dez. 2007, p. 19-26.

RIBAS, D. **A Docência no Ensino Superior e as Novas Tecnologias.** Revista Eletrônica Latu Sensu, ano 3, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/nufordes/pedagogia-universitaria?download=7:a-docencia-superior-e-as-novas-tics> Acesso em: 29 de abr. 2017.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para a eficiência nos estudos.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Cortez, 2005. 92 p.

SARAT, M. **Reflexões sobre Infância: Elias, Mozart e memórias de velhos.** IX Simpósio Internacional Processo Civilizador, Tecnologia e Civilização Ponta Grossa: 2005. Anais., p.01-10. Disponível em: www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/.../art19.pdf Acesso em: 29 de jun. 2016.

SARTORI, E. **Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente.** Disponível <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30393.pdf> Acesso: 14 de out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100011>

SILVA, F. C. L. **O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista.** Revista Educar, Curitiba, v. 1, n.15, p. 83-101, 1999. Disponível em: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_15/lopes_da_silva.pdf. Acesso em: 12 de jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.193>

SILVA, S. O. **Uma Experiência Enquanto Educadora Social na Zona Rural do Jequiriçá, Valença-Ba.** In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária-ENGA, 2012, Uberlândia-MG. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA? Territórios em Disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_eng_2012/eixos/1070_2.pdf Acesso em: 08 de fev. 2018.

SILVA, S. S. FLEITH D. S. **Psicologia Escolar e Educacional. Desempenho escolar e autocençento de alunos atendidos em serviços psicopedagógicos.** Psicol. esc. educ. v.9 n.2 Campinas dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000200006. Acesso em: 19 de mar. 2008.

SILVA, T. T. **A produção social da identidade e da diferença.** In SILVA, Tomaz, Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais*. 9a edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

SILVEIRA, C.; AMARAL, C.; CAMPINEIRO, D. **Trabalho Infantil: examinando o problema, avaliando estratégias de erradicação.** [S. l.]: Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa - NAPP / Fundo das Nações Unidas - Unicef: nov. 2000. 46 p.

SINGER, A. V. **Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo.** Psicologia USP (Impresso), v. 26, p. 7-14, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642015000100007&lang=pt#fn5. Acesso em: 01 de fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20140012>

_____. **Raízes sociais e ideológicas do Lulismo.** Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 85, p. 83-99, 2009. Disponível em: <http://terraramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4393563-EI6578,00-Raizes+sociais+e+ideologicas+do+Lulismo+Ultima+Parte.html>. Acesso em: 01 de fev. 2018.

SOARES, J.F; ALVES, M. T. G. **Efeitos de escolas e municípios na qualidade do ensino fundamental.** Cad. Pesqui, 2013, vol.43, n.149, pp.492-517. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200007&lang=p Acesso em: 05 de fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000200007>

SOARES, S. **Os fatores que determinam o sucesso educacional.** Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 385-394, 2002. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/136/71>. Acesso em 27 de mai. 2017.

SOUZA, C. T.; MULLER, V. R. **Educador Social: Conceitos fundamentais para sua formação.** In: IX Congresso Nacional de Educação EDUCERE, 2009, Curitiba. Anais do III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009.

SZATKOSKI, L. **A Prova Brasil no cotidiano escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10433/1/Luciane%20Szatkoski.pdf>. Acesso em: 03 de fev. 20018.

TORRES, M. C. N. **Direito à Educação: A Evasão Escolar Causada pelo Trabalho Infantil.** Monografia (Especialização em Direito) Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná, 2010. Disponível em: http://www.femparpr.org.br/monografias/upload_monografias/Marcia%20Cristina%20Noguir a%20Torres.pdf. Acesso em: 14 de out. 2017.

TRILLA B. J. **Ensayos sobre la escuela. El espacio social y material de la escuela.** Barcelona: Laertes, 1985.

TRINDADE, G. A. ; TEIXEIRA, E. S. ; BERNARTT, M. L. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa.** Educação e Pesquisa (USP), v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/02.pdf>. Acesso em: 19 de abr. 2017.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Cadernos didáticos sobre educação no campo.** Salvador: Editora, 2010.

UNICEF. **Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras: diversidade e equidade.** [S.l.] [s.d.].

VEIGA, J. P. C. A Questão do Trabalho Infantil. (Org.) Claudio Salvadori Dedecca. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998.

VENDRAMINI, C. R. **Educação e Trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo.** Campinas: Cad. Cedes, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

VYGOTSKY, L.S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar.** In: VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1988. p. 103-117.

_____. **A formação social da mente.** São Paulo, Martins Fontes, 1984.

WEBER, S. **Relações entre Esferas Governamentais na Educação e PDE: O que Muda?** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 305-318, maio/ago. 2008.

ZOCAL, G. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Uma Análise da Trajetória no Brasil.** Disponível em <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simpósio/PROGRAMA%20DE%20ERRADICA%C3%87%C3%83O%20DO%20TRABALHO%20INFANTIL%20UMA%20AN%C3%81LISE%20DA%20TRAJET%C3%93RIA%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em : 17 de abr. 2017

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO PARA A PESQUISA CIENTÍFICA

ENTREVISTADO (A): _____

ESCOLA: _____

LOCAL/ REGIÃO: _____

NÚMERO DE ALUNOS EM SUA CLASSE: _____

Analizando os (as) seus (as) alunos (as):

- 1. Entre eles (as) alguns exercem outros tipos de atividades, fora da escola? Quais atividades?**
- 2. Algum deles exercem atividades remuneradas?**
- 3. Quantos deles trabalham para ajudar os pais?**
- 4. Você conhece alguma Lei ou Programa de combate à exploração infantil?**
- 5. Quais períodos seus (as) alunos (as) mais faltam às aulas? Quais os motivos das faltas? Existem em sua classe alunos (as) repetentes ou alguma desistência? Quantos? Quais motivos?**
- 6. O que sua escola tem feito para ajudar a melhorar o desempenho escolar das crianças que tem necessidade de trabalhar?**
- 8. Quais os aspectos negativos que você percebe na aprendizagem dos (as) alunos (as) que trabalham?**
- 9. Você acha que o Programa do PETI ajuda a melhorar o desempenho escolar? Evita realmente que as crianças estejam trabalhando?**
- 10. E você professor (a) quando criança trabalhou? Se você trabalhou sentiu-se prejudicada nos estudos?**

APÊNDICE B

ENTREVISTAS DA PESQUISA

Comunidade da Ilha do Galeão, Cairu-Ba dezembro de 2007

Morador da Ilha do Galeão, 82 anos. Ele diz que a ilha de Galeão foi um grande centro de produção agropecuária e mais recentemente de exportação de piaçava e dendê que eram então beneficiadas no local. Esse beneficiamento foi por muitos anos a principal fonte de renda dos moradores dessa vila, mas que devido a problemas trabalhistas obrigaram os trabalhadores a reclamarem direitos e deveres dos proprietários das fazendas, esses serviços foram desativados e o beneficiamento hoje é feito em outros centros. Ele ainda destaca que essa ruptura no sistema econômico, levou a pequena ilha do Galeão a se recolher essencialmente nas atividades de mariscagem bem como as produções de piaçava e dendê que muito gera empregos nas fazendas ainda hoje.

Morador da Ilha do Galeão, 42 anos, diz que o distrito de Galeão, atualmente, possui uma população com pouco mais de mil habitantes. Essa quantidade de moradores refere-se ao número de trabalhadores adultos economicamente ativos: “em Galeão existe umas 800 casas, cada casa possui um casal, que na maioria das vezes têm de três a cinco filhos, por isso aqui tem bem mais de mil pessoas”. Ainda disse que por volta de 1982 a Rua da Igreja de São Francisco, onde ele mora desde quando nasceu tinha três casas, e que hoje deve ter umas sessenta casas.

Moradora da Ilha do Galeão, 63 anos, uma comerciante local e ex-marisqueira, também afirmou que esses dados referem-se ao número de títulos eleitorais cadastrados na zona, que somam um total de aproximadamente mil títulos. “*Na época em que nasci o Galeão já tinha por volta de umas 300 casa*” – ela nasceu no ano de 1954. Logo, nota-se que as estimativas apresentadas pelos dois referem-se apenas aos cidadãos.

Moradores da Ilha do Galeão relataram sobre a origem da Ilha, cantaram a história de um grande fazendeiro conhecido por Marabá que controlava o comércio da região e trazia pessoas de fora para a ilha, no intuito de trabalharem em suas fazendas tanto na colheita da piaçava, do dendê e na criação de gado. “*Toda semana vinha três/quarto barco carregado de animal para abater em Valença*”.

Morador da Ilha do Galeão, 42 anos, diz que a dinâmica da cidade ainda é a piaçava e o dendê, mas que também se trabalha com a pesca, mas que como a pesca é por tempo não pode mais fazer disso a única fonte de renda. Dona Creuza diz: “*oxe, não pode vivê o que? Hoje as pessoa tem as leis de direito, o defeso*”. - ela se refere ao projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2003 que decreta ao pescador profissional que exerce sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fazer jus ao benefício de seguro- desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie – a piaçava hoje está menos desenvolvidas, segundo dona Creuza.

Morador da Ilha do Galeão, 42 anos, trabalha com a piaçava e o dendê disse que vende a (@) da piaçava suja por R\$ 14,00 e a limpa por R\$ 22,00. “*Pago R\$ 7,00 pros homi tirar a piaçava do pé e R\$ 3,00 pras as mulher catar*”. O dendê normalmente ele vende a R\$ 150,00 a tonelada (t), mas para a OLDESA ele vende a R\$ 250,00t. Esses produtos são transportados por barcos. “*Aqui as mulheres trabalha bastante, os homi pesca e as mulher catá*”, disse dona Creuza.

Comunidade da Ilha do Galeão, Cairu-Ba agosto de 2011

Moradora da Ilha do Galeão, 53 sou marisqueira, cato siri, pesco, pesco peixe, rubalo e todo tipo de peixe que pesca com linha de anzol. Aqui no Galeão o custo de vida é muito dificultoso e as crianças quando começam a crescer que pega m de nove anos para cima eles começam a trabalhar para ajudar suas pais, comprar sua merenda porque muitas vezes os pais não têm como oferecer à eles; então eles mesmo vai pegar estiva e muitos deles ganham para ajudam seus pais em casa. Se eles não tivessem trabalhando não é que as famílias estivessem passando mais dificuldade, mas é uma forma que eles têm de contribuir com seus pais, muitos deles ali, não tem pai, tem só a mãe, na estiva o que eles ganham ali, já compram um pão. Eles trabalham nos horários que os barcos chegam, se fossem meus filhos, eu não deixaria eles pegarem estiva, mas ta na consciência de cada mãe. Meus forma criados aqui, mas filhos nunca pegou estiva, porque eles nunca quiseram, eles ajudavam coma as coisas em casa, mas pegar estiva, não isso porque ele nunca quis.

Moradora da Ilha do Galeão, 32 anos, moradora da Ilha do Galeão, Cairu-Ba. O trabalho mais visível, dos meninos aqui é que eles ficam pegando estiva né, o pessoal vem de Valença para carregar a feira para levar nas casa, eles vão pro mato armar ratoeira para pegar guaiamu, vão com os pais pescar e não é muito, são mais essas coisas mesmo, às vezes eles

vai na rua vender um geladinho, vender cocada. E na minha opinião de uma certa maneira, não é explorado, eles faz para ajudar os pais, não é um trabalho pesado para acabar eles não. De uma certa madeira pode prejudicar na escola e provocar cansaço sim, porque o tempo que eles tão fazendo esse trabalhando, eles podiam realmente tá em casa tomando a lição, o desempenho deles aqui na escola, a maioria dos meninos não é bom, justamente, não só pelo trabalho infantil mas porque muitos é desinteressado mesmo. Com relação ao trabalho pra mim não é muito puxado pra eles não, porque é um trabalho que eles faz em prol de ajudar os pais que necessita da ajuda deles.

Auxiliar do PETI Galeão e mãe de estudante da escola Rural do Galeão, 38 anos, distribuo a merenda e a comida aqui no PETI, eles estarem aqui é uma maravilha, como se fosse um reforço pra eles, quando eles saem do colégio eles vêm almoçar ficam logo aqui para estudar, aprender mais um pouco né, no colégio eles já aprendem o bastante, e aqui é como se fosse um reforço eles vão fazer os deveres de casa, as tarefas daqui que os professores passa. O PETI não impede de eles estarem trabalhando na estiva nem armando ratuera, eles vão para a estiva porque querem ter um trocado na mão, porque eles vão mais dia de sábado, é o dia que eles pegam mais estiva, não tem colégio e eles em vez de está na rua, muitos no tempo de está parado, eles vão pegar uma estiva porque já ajuda até o pão e o dinheiro que as mães ganha no marisco não dá nem para sobreviver, muitas ganha o bolsa família e outras não, é uma forma de ajudar os pais.

Moradora da Ilha do Galeão, 48 anos. Nem uma comida dentro de casa eu tenho, porque o dinheiro é pouco, agradeço muito a Deus em primeiro lugar, ao governo federal e ao prefeito porque se ele tirasse esse PETI daqui, muitas mães ia sofrer porque seus filhos não ia o que alimentar. As mães já sabe que quando procurar seus filhos sabe que estão no PETI, sabe que eles tem almoço, sabe que eles tem merenda, eles não falta nada, nem merenda, nem almoço, nem professor, até uma biblioteca aqui tem pra eles pesquisar, são livros velhos mais serve pra eles pesquisar. Eu não sei o que seria de mim se não fosse o PETI, porque as minhas filhas agradeço muito a Deus por elas estarem aqui, porque o horário do almoço, dias mesmo não sei nem o que dar café pra eles. O meu marido é pescador de pescar siri, dias ele pega o siri, dias não pega, já pensou chegar no horário de meio dia e não ter o que comer. Já tem o PETI, eles almoçam, é um lugar para eles ficarem ao invés de está na rua e aqui tem tudo que eles querem, brincam no horário certo, tem tudo no horário certo. Pena que quando chegar no mês de dezembro, já vai encerrar aqui, pra mim já vai ser o motivo de eu mim virar mais ainda no siri, porque, tem que ter o café da manhã, tem o almoço, tem o café da noite como

vai ser se eu num trabalhar, só o meu marido trabalha. Quem vai para o mangue tudo bem, mas eu que só posso mim vira com o siri.

Educador Social do PETI Galeão, 22 anos, sou educador do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Algumas das crianças na minha turma exercem atividade fora do PETI, ajudando a lavar roupa, prato, outras ajudam a catar siri que uma atividade aqui da comunidade de pescadores. Elas dão uma ajuda aos pais, não é mesmo um trabalho, a faixa etária delas é de 9 à 14 anos, aqui na minha turma. Conheço o Comissariado de menores e o Conselho Tutelar que a função deles é fiscalizar se estas crianças estão ou não trabalhando, eu também exerce essa função de está fiscalizando, chamo os pais para conversar porque essas crianças não podem está trabalhando porque se não o rendimento escolar delas vão cair. Só que os pais falam que não é um trabalho, estão colocando as crianças apenas para aprender algumas funções, tanto que eles não colocam as crianças para poder trabalhar horas determinadas e sim alguns minutos, alguns momentos se precisarem. Para melhorar o desempenho escolar das crianças, aqui nos trabalha com jogos, algumas atividades escritas, perguntas orais, bate papo, conversas e as crianças tiram duvidas e curiosidades fazendo perguntas. As crianças que não trabalham direcionada aos estudos, com certeza têm um rendimento melhor do que aquelas que trabalham, as que trabalham consequentemente tem um rendimento menor. Acredito que o PETI, tem uma função muito importante nesse momento de educação, porque as crianças vão para a escola e os professores tem carga horária a cumprir e as horas que eles recebem municipais não dão para eles organizarem direito as aulas, o tempo de sala é curto com essas crianças e são muitas crianças por sala e as vezes não dá para fazer um acompanhamento direto com essas crianças, e o PETI, acaba conseguindo por ser um número menor de crianças por sala aqui no Galeão.

As Crianças do PETI no Galeão julho de 2011

Lucas Silva, 12 anos, participa da jornada ampliada PETI – Galeão: eu trabalhava na estiva para ganhar um dinheirinho e comprar uma bermuda, ia para a estiva para conseguir dinheiro, hoje não vou mais para a estiva, mas armo ratueira, (uma espécie de armadilha feita com Garrafa Peti, um elástico e pedaço de arame para pegar gaiamum) primeiro eu armo a ratueira no mato para pegar os “bitrelo” que é os gaiamum grande, os outros eu cevo e vendo, ganho 15, 12 reais. Desse dinheiro eu dou algum pros meus pais. Eu sou mais ficar na estiva do que armar ratuera, porque no Porto agente não fica sozinho, a estiva cansa pouco, só que

na ratuera, no mato é mais arriscado cobra, um bocado de bicho, se cortar; no mato eu fico sozinho.

Milena Oliveira da Silva, 12 anos, a timidez foi o principal aspecto em sua fala, envergonhada ao relatar que além de ir ao PETI e a escola Rural do Galeão, nas horas vagas tem que trabalhar e algumas vezes faz por pedido dos pais “*venho pro PETI porque eu gosto, aqui eu brinco, faço o dever, pinto, eu prefiro está aqui no PETI do que está em casa, quando eu estou em casa eu vou para a rua vender ostra, e o dinheiro que eu ganho dá para comprar comida, as vezes minha mãe que pedi para eu ir vender ostra*”.

Os Meninos da Estiva, estudantes da Escola Rural do Galeão, setembro de 2011

Ronaldo de Jesus, 12 anos, estudante desistente da escola rural do Galeão, afirma que trabalha na estiva, mas não tem o carrinho e esta juntando dinheiro para comprar um carro e carregar mais compras, pois no braço ele não agüenta carregar muita mercadoria, diz que o principal objetivo em esta trabalhando é comprar o seu próprio carro para carregar mais compras, e que gosta de fazer isso, pois com esse dinheiro pode comprar merenda e algumas vezes compra comida e pão com esse dinheiro. “Vem um barco de noite, seis horas, agente vem pegar a feira dos outros, e ganha um trocadinho para comprar um pão, a comida. O nosso trabalho na estiva ajuda o povo aqui do Galeão.” Percebo que este garoto estava no porto durante à manha e também à tarde, e ele se justifica dizendo que: “hoje eu perdi a aula, não fui para a escola...” A diretora da escola afirma que já deu vários conselhos para ele, pois até para trabalhar na estiva é necessário saber ler e escrever, para entregar a mercadoria, o pacote, certo à pessoa certa, mas que Ronaldo de Jesus, já é desistente neste ano letivo.

Jadson Santos, 10 anos, “aqui no Porto eu pego estiva de vez em quando, pegar estiva é carregar uma feira para ajudar minha mãe, ser criança aqui no Galeão é passear, tomar banho de maré, ir para a escola...”

Lavio Galeno, 10 anos, 4^a série escola Rural do Galeão, “a estiva para mim é uma coisa boa para agente ganhar dinheiro, de vez em quando que eu não venho porque eu vou pra escola, depois eu vou pra banca, só venho de quatro hora (16 horas da tarde) para de noite, tem barco aqui de noite, eu venho porque eu gosto de vir, vou juntar dinheiro para comprar um carro de plástico, eu não tenho força para fazer esse trabalho, mas eu pego o que eu guento, eu não faltou muito à, só faltei um dia que eu fui para Valença com esse dinheiro vou ajudar os meus pais à pagar a roupa da minha formatura, o *smoque*, se eu não estivesse agora aqui na estiva eu estaria em casa estudando”.

José dos Anjos, 11 anos. Eu venho para a estiva para ficar aqui “brincando”, carregar carrinho com mercadoria é uma brincadeira para ganhar dinheiro, eu ajudo minha mãe, não canso porque na estiva pega eu e pega meu colega, outra coisa que eu fazia era trabalhar no bar com minha mãe para ajudar ela. Aquele carro que eu trabalho foi minha mãe que mim deu no dia das crianças, ela perguntou o que eu queria e eu disse que queria um carrinho de mão, uma galiota. Agente estuda pela manhã, e à tarde agente fica aqui todo dia pegando estiva, para ajudar a mãe à comprar pão e alimentos, é um trabalho pesado, para homem forte, mas agente consegue fazer se eu não estivesse aqui eu estaria armando ratueira, mas aqui agente também ganha dinheiro.

Crianças da Escola Estadual do Galeão, dezembro de 2007

José Carlos, 11 anos, aluno da 4^a série é filho de pais separados, mora com o padrasto, sua mãe e 5 irmãos. Sua mãe é marisqueira e o mesmo tem que tomar conta dos irmãos no turno oposto ao da aula, para que a sua mãe possa trabalhar e segundo ele algumas vezes fica impossibilitado de ir à aula, mas sua mãe o ajuda nas atividades da escola quando tem alguma dificuldade. Quanto a sua professora ele diz que ela é ótima e ensina bem, e que ele não tem muitas dificuldades, tanto que vai passar de série sem ficar na recuperação. Para José Carlos, seu futuro é ser policial, porque ganha bem e ele quer ajudar sua família; e por esse motivo procura faltar as aulas apenas quando esta doente.

Marcos Santos, 14 anos, 4^a série, relata que está atrasado na escola e que perdeu dois anos por causa de brincadeiras. Seu pai é pescador “coloca camboa”, para pescar peixes e mariscos; sua mãe é marisqueira. Seu sonho é ser marinheiro, pois o mesmo acompanha seu tio durante as sextas-feiras, ao sábados e domingos, na embarcação fazendo cobrança dos passageiros e além disso ele também conduz o barco como ajudante.

Gestão da Escola Rural do Galeão, dezembro de 2007

Diretora e professora, 48 anos, graduanda no V semestre de Pedagogia, moradora da cidade de Valença, e há dois anos a frente da direção da referida escola. Ela inicia falando sobre a escola, que era de responsabilidade do Estado com o nome de Escola Estadual do Galeão, mas que desde 1997 passou a ser responsabilidade do Município passando a se chamar Escola Rural do Galeão. Perguntamos se isto foi bom ou ruim para a comunidade. Virginia declara: “foi bom no sentido de que houve mudanças em relação a recursos para a

escola, antes para se conseguir algum recurso material ou financeiro era muito mais complicado, era muita burocracia, tudo dependia da Direc em Valença. Já com a prefeitura fazemos a relação das necessidades e enviamos no inicio do ano, sendo providenciado com antecedência para o ano letivo”. Procuramos saber se a escola possuía um projeto pedagógico. Ela afirma que sim, porém precisando reformular, haja vista o tempo de criação, foi produzido no ano de 2002 pela Secretaria. A escola atualmente funciona em três turnos. Pela manhã já com o ensino fundamental de 9 anos, que foi implementado desde 2006. Uma turma de 2º ano e três turmas de 3º ano. A escola está subdividida em ano e série. Destaca também, ainda existir uma turma de 3º série pela manhã. À tarde têm turmas de 4º série, Maternal, Infantil I, Infantil II e uma turma de 1º ano do ensino fundamental e a noite tendo uma turma da Educação de Jovens e Adultos que é multisseriada. Sendo que a escola tem apenas 4 salas com 11 turmas, por este motivo sendo utilizadas 2 salas do prédio da Associação Comunitária, funcionando como anexo. Atualmente, a unidade escolar tem um total de 223 alunos e funcionando seu núcleo da seguinte forma: Diretora, Vice-Diretora, Secretaria, 11 Professores e 2 Merendeiras. Finalizamos perguntando quando foi fundada a instituição escolar: a diretora declarou que tinha documento registrado, mas que no momento não podia verificar, pelo fato de ter que procurar em um monte de papéis, podia dizer que a escola tinha muitos anos de existência. Logo após fizemos junto com a diretora uma observação nas instalações da escola.

Professora da escola na zona rural do Jequiriçá – 2009

Professora, 44 anos. Uma vez em uma reunião alguém se queixou da falta de alunos nas épocas de colheita do feijão e do cravo e queria propor uma adequação do calendário de acordo com as épocas para que os alunos não faltassem. Porém os demais professores fizeram pouco caso do assunto, pois os mesmos residem na zona urbana, e possuem família e filhos que estudam na escola da cidade sendo assim, querem que o calendário da escola onde ensinam seja favorável com as férias de seus filhos, para poderem estar juntos no mesmo período. Existe muitas faltas, mas convocamos os pais essas crianças pedindo que reservem no mínimo duas horas durante o dia para esses alunos se dedicarem as tarefas proposta como: pesquisa, tarefa escrita...